



PMDI 2019>2030

**Plano Mineiro de
Desenvolvimento Integrado**

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

PMDI 2019 > 2030



BELO HORIZONTE
setembro de 2019

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Otto Alexandre Levy Reis

Subsecretária de Gestão Estratégica

Beatriz de Oliveira Góes

Superintendencia Central de Gestão de Ações Estratégicas

Solimar Assis

Presidente da Fundação João Pinheiro

Helger Marra Lopes

Assessoria Técnica da Presidência da Fundação João Pinheiro

Mauro César da Silveira

Elaboração

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação João Pinheiro

Coordenação

Subsecretaria de Gestão Estratégica
Assessoria Técnica da Presidência
da Fundação João Pinheiro

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Comunicação Social / SubSecom
Assessoria de Comunicação / Seplag

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário Geral do Estado

Igor Mascarenhas Eto

Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ana Maria Soares Valentini

Secretário de Estado de Cultura e Turismo

Marcelo Landi Matte

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Manoel Vitor de Mendonça

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Elizabeth Jucá

Secretário de Estado de Educação

Júlia Figueiredo

Secretário de Estado de Fazenda

Gustavo de Oliveira Barbosa

Secretário de Estado de Governo

Olavo Bilac Pinto Neto (Bilac Pinto)

Secretário de Estado de Infraestrutura

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Mario Lúcio Alves de Araújo

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Germano Luiz Gomes Vieira

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Otto Levy

Secretário de Estado de Saúde

Carlos Eduardo Amaral

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Lavínia Rosa Rodrigues

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG

Sérgio Gusmão Suchodolski

Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig

Cledorvino Belini

Fundação João Pinheiro -FJP

Helger Marra Lopes

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER - SA

Gustavo Laterza de Deus

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Renato Teixeira Brandão

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Dante de Matos

Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI
Thiago Coelho Toscano

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig
Evaldo Ferreira Vilela

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Titular: Dep. João Vítor
Suplente: Dep. Cássio Soares

Universidade Federal de Minas Gerais
Titular: Prof. Sandra Regina Goulart Almeida
Suplente: Prof. Frederico Gonzaga Jayme Júnior

Associação Mineira de Municípios – AMM
Titular: Julvan Lacerda

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
Titular: Flávio Roscoe Nogueira
Suplente: Teodomiro Diniz Camargos

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG
Titular: Roberto Simões
Suplente: Altino Rodrigues Neto

Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas
Titular: Aguinaldo Diniz Filho
Suplente: José Epiphânio Camillo dos santos

Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – Federaminas
Titular: Emílio César Ribeiro Parolini
Suplente: Valmir Rodrigues Silva

Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais - CIEMG
Titular: Cássio Braga dos Santos
Suplente: Giana Marcellini

Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL
Titular: Marcelo de Souza e Silva
Suplente: Ana Paula Bastos

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg
Titular: Vilson Luiz da Silva
Suplente: Pedro Mário Ribeiro

Coordenação Intersindical dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Minas Gerais - ASSIMA
Titular: Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni
Suplente: Marco Antônio Couto dos Santos

Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Minas Gerais – FETCEMG
Titular: Sergio Luis Pedrosa
Suplente: Luciano Medrado

Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais – FETRAM
Titular: Eduardo Enham Lima
Suplente: Mônica Andréa Siebler Gomes

Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG
Titular: Ronaldo Scucato
Suplente: Isabela Chenna Perez

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais - SEBRAE-MG
Titular: Afonso Maria Rocha
Suplente: João Cruz Reis Filho

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Minas Gerais
Titular: Cláudio Roberto Ferreira Utsch
Suplente: Geraldo Antonio Henrique da Conceição

CUT – Central Única dos Trabalhadores
Titular: Lourdes Aparecida de Jesus
Suplente: Paulo Henrique S. Fonseca

UGT – União Geral dos Trabalhadores
Titular: Paulo Roberto da Silva
Suplente: Leonardo Vitor Siqueira Cardoso Vale

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
Titular: Alvimar Silveira de Paiva
Suplente: Luciana Aparecida dos Santos

Diogo Godinho Ramos Costa
Claudio Djissey Shikida
Paulo Henrique Cotta Pacheco
Amanda Flávio de Oliveira
Frederico Silva Miana
Bernardo Assis Fonseca Santos
Gustavo Henrique de Barroso Franco
Fernando Schuler
Paulo César Hartung Gomes
Carolina Antunes

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	11
2. Contextualização.....	13
3. Identidade, Objetivos, Indicadores e Metas para 2030.....	41
4. Diretrizes Estratégicas.....	51
4.1. Diretrizes Estratégicas para Áreas Temáticas Finalísticas	52
4.1.1 Agricultura, Pecuária e Abastecimento	52
4.1.2 Cultura e Turismo	54
4.1.3 Desenvolvimento Econômico	57
4.1.4 Desenvolvimento Social	63
4.1.5 Educação	64
4.1.6 Infraestrutura e Mobilidade	66
4.1.7 Meio Ambiente	67
4.1.8 Saúde	69
4.1.9 Segurança Pública	71
4.2 Diretrizes Estratégicas para Áreas Temáticas de Apoio e Suporte	74
4.2.1 Advocacia Geral	74
4.2.2 Fazenda	74
4.2.3 Governo e Gabinete Militar	77
4.2.4 Planejamento e Gestão	78
4.2.5 Transparência, Combate à Corrupção, Integridade e Ouvidoria	80
REFERÊNCIAS	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Produto Interno Bruto Municipal, 2018	17
Figura 2: Produto Interno Bruto per capita Municipal, 2018	18
Figura 3: Meta Ideb 2017 para ensino fundamental I, I e ensino médio	27
Figura 4: Percentual da população atendida com serviços de abastecimento e esgotamento sanitário, 2017	35
Figura 5: População Urbana Atendida e Municípios por Tipologia de Destinação Final, 2017	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de resolubilidade total da prestação dos Serviços Hospitalares da Atenção Terciária com ocorrência em Minas Gerais (macrorregional), 2008 - 2017	30
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das Receitas e Despesas de MG - 2002 - 2018 (Preço constante em R\$ bilhões de 2018)	13
Gráfico 2: Evolução das despesas dos grupos “Pessoal e Outros Encargos Sociais,” “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” de MG - 2002 - 2018 (Preço constante em R\$ bilhões de 2018)	14
Gráfico 3: Evolução das receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de MG - 2010 - 2018 (Valores em R\$ Milhões correntes)	14
Gráfico 4: Percentual de Despesas com Pessoal com relação à Receita Corrente Líquida, 2008 - 2017	15
Gráfico 5: Taxa Anual de Variação do PIB real, 2003 - 2018, de MG e Brasil	16
Gráfico 6: Participação Relativa dos Setores na Produção de Minas Gerais, 2003 - 2018	19
Gráfico 7: Participação de MG no PIB Nacional (%), 2003 - 2018	20
Gráfico 8: Composição da Pauta exportadora por Intensidade Tecnológica de Minas Gerais, 2003 - 2018	21
Gráfico 9: Composição do Emprego e Taxa de Desocupação de Minas Gerais, 2012 - 2018	22
Gráfico 10: Taxa de frequência escolar líquida ajustada por grupo etário Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais, 2018	23
Gráfico 11: Taxas de aprovação na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018	24
Gráfico 12: Taxas de reprovação na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018	24
Gráfico 13: Taxas de abandono na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018	25
Gráfico 14: Proficiência em matemática da rede estadual de Minas Gerais, 2005 - 2017	26
Gráfico 15: Proficiência em língua portuguesa da rede estadual de Minas Gerais, 2005 - 2017	26
Gráfico 16: Taxa de Mortalidade Infantil, por mil nascidos vivos, em Minas Gerais, 2001-2017	28
Gráfico 17: Taxa de Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) pelas 4 principais DCNTs - Minas Gerais, 2008 - 2018	29
Gráfico 18: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Minas Gerais, 2014 - 2018	29
Gráfico 19: Taxa de Homicídios Consumados por 100 mil habitantes, no Brasil e em Minas Gerais, 2006 - 2017	31
Gráfico 20: Taxa de Roubos por 100 mil habitantes, por tipo de roubo, no Brasil e em Minas Gerais, 2017	31
Gráfico 21: Nível de conservação e segurança da malha rodoviária de jurisdição estadual em Minas Gerais	33
Gráfico 22: Nível de Conservação e segurança da malha rodoviária de jurisdição estadual em Minas Gerais	33
Gráfico 23: Percentual de domicílios com canalização interna - PNAD	34
Gráfico 24: Percentual de domicílios de Minas Gerais com rede de esgoto ou fossa séptica	34
Gráfico 25 - Matriz Energética do Brasil em 2017	36
Gráfico 26: Media da Tarifa de Energia Convencional por Estado (R\$ / kWh)	36

Gráfico 27: Evolução do Índice GINI, 2003 - 2017	37
Gráfico 28: Percentual da população extremamente pobre e pobre em relação ao total da população em situação de vulnerabilidade financeira, residente em domicílios particulares permanentes no Brasil e em Minas Gerais, entre os anos 2016-2017	38
Gráfico 29: Percentual de pessoas em idade produtiva (de 18 a 64 anos) e sem ocupação no Cadastro Único para Programas Sociais. Ano: 2017	38
Gráfico 30: Participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária de Minas Gerais no VAB total de Minas Gerais e no VAB da agropecuária do Brasil - 2002 - 2018	52
Gráfico 31: Fluxo Turístico – Minas Gerais – 2008-2018	55
Gráfico 32: Receita Turística – Minas Gerais – 2008-2018	56
Gráfico 33 - Variação das Exportações por Fator Agregado - Minas Gerais - 2018	58
Gráfico 34: Taxas de Variação do PIB e do Valor Adicionado por setor acumulada nos últimos quatro trimestres em relação ao mesmo Período do ano anterior - Minas Gerais e Brasil - 2o Trim. 2019	59
Gráfico 35: Percentual dos dispêndios em Ciência e Tecnologia em relação às receitas totais, em relação aos estados. 2000 - 2016	60
Gráfico 36: Percentual dos dispêndios em Ciência e Tecnologia em relação às receitas totais, em media. 2000 - 2016	60
Gráfico 37: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento em relação às receitas totais, em relação aos estados. 2000 - 2016	61
Gráfico 38: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento em relação às receitas totais em media. 2000 - 2016	61
Gráfico 39: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede estadual de Minas Gerais, 2005-2017	64
Gráfico 40: Processos de licenciamento ambiental pendentes de decisão – Série histórica 2012 a 2018	67
Gráfico 41: Distribuição temática das ações de fiscalização em Minas Gerais em 2018	68
Gráfico 42: Taxa de Crimes Violentos por 100 mil habitantes em Minas Gerais (2015 a abril de 2019)	71
Gráfico 43: Taxa de Homicídios Consumados por 100 mil habitantes em Minas Gerais (2015 a abril de 2019)	72
Gráfico 44: Evolução da receita tributária e de transferências correntes – Minas Gerais – 2002-2018 – Preço constante em bilhões de 2018	75
Gráfico 45: Composição das Despesas Totais por tipo de Função, Minas Gerais, 2002 e 2018 (%)	76

1. APRESENTAÇÃO

Dois aspectos fundamentais têm norteado o processo de elaboração e construção do desenvolvimento econômico brasileiro: a estabilização da moeda e a expansão das fronteiras comerciais. Desde meados de 1994, com a implementação do Plano Real, o país não precisou mais lançar mão de planos econômicos capazes de conter a escalada desenfreada de preços, nem enfrentar todos os efeitos deletérios daí decorrentes. Acrescido à estabilização da moeda, deu-se início, a nível internacional, ao processo de globalização dos mercados, à intensificação das trocas comerciais e ao rompimento de barreiras técnicas e culturais. Ao longo de 25 anos, a economia brasileira ganhou projeção internacional e novos desafios foram sendo apresentados gradativamente aos formuladores de política pública. Em última instância, são eles os norteadores das nações. O século XXI vem se apresentando, contraditoriamente, lisonjeador em prosperidade e desafiador em desigualdades.

Minas Gerais, o quarto estado brasileiro em dimensão territorial e o terceiro em produção econômica, é o retrato dessa evolução temporal, na qual ganhos e desafios se entrelaçam em caminhos a serem, muitas vezes, desbravados. Entender o atual estado da arte do desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade mineira é o ponto de partida para se construir um plano de desenvolvimento integrado capaz de solidificar ações e estratégias que reflitam a real dimensão de onde se pretende estar. Como diria Guimarães Rosa, “as coisas mudam no devagar depressa dos tempos”. E, como bons mineiros, jamais perdemos o trem (da história).

E para lidar com as incertezas, o planejamento se revela como instrumento fundamental. Planejar é intervir na realidade em busca de resultados e, em grande medida, pressupõe conhecimento da realidade social. Planejar é concatenar as ações dos diferentes atores da máquina pública. Planejar é implementar e coordenar uma sequência de intenções a fim de transformá-las em realidade, em políticas efetivas. Planejar é, em suma, um meio institucional que busca solucionar problemas sociais e políticos.

É por meio do planejamento que são elaboradas as diretrizes da ação governamental e as estratégias de monitoramento dessas ações. Outrossim, estabelece os parâmetros para avaliação de seus esforços, de modo a possibilitar correções de rotas, tendo em vista os objetivos estabelecidos e os interesses sociais envolvidos, possibilitando o êxito das políticas empreendidas.

Em Minas Gerais, o planejamento governamental de longo prazo está calcado na Constituição Mineira de 1989 (Art. 231) e se estabelece por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

O PMDI estabelece objetivos e diretrizes estratégicas, que se estendem aos planos de curto e médio prazo (tal qual o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG) e articula, por sua concepção abrangente, as ações e programas formulados pelos órgãos do Governo, de modo a conferir coerência aos processos decisórios e níveis satisfatórios de coordenação e integração de determinado projeto político.

Nesse sentido, o PMDI pretende promover a articulação entre os diversos planos de curto e médio prazo, como forma de estabilizar uma política de longo prazo em torno dos permanentes problemas e oportunidades do Estado. Isso pressupõe uma alocação estratégica pautada pela clareza de prioridades.

Constitui, assim, um instrumento de transformação social, de promoção de ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável.

São muitos os fatores que reforçam a necessidade do planejamento para o setor público, entre eles, a complexidade da administração pública; a escassez de recursos e a necessidade de uso racional e eficiente; as crescentes demandas dos cidadãos, que passam a exigir o cumprimento dos direitos assegurados pela Constituição e mais qualidade dos produtos e serviços públicos ofertados pelo Estado, além da responsabilidade com o bem-estar social e com a solução de problemas sociais.

No âmbito governamental, o processo de planejamento esbarra na complexidade de sua estrutura, na multiplicidade de fins e de interesses. Portanto, a inserção de uma visão estratégica no planejamento governamental depende do estabelecimento de uma sequência de procedimentos que se inicia com a identificação das prioridades e a tradução delas em objetivos (a serem alcançados em um dado tempo). Em seguida, é preciso que se estabeleçam as ações, suas etapas, bem como indicadores e metas para que o processo seja monitorado e as ações sejam redirecionadas, quando necessário.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2019-20130

A grave crise fiscal em que Minas Gerais se encontra impõe duas agendas igualmente relevantes: uma de curto prazo, voltada para a recuperação fiscal e, conseqüentemente, para a retomada da capacidade do Estado de fazer investimentos e implementar políticas públicas; a segunda voltada para a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, este PMDI estabelece as medidas emergenciais necessárias à recuperação fiscal, mas não o faz a despeito dos interesses da sociedade, cerne das políticas públicas.

O futuro que começa a ser construído hoje tem como visão **“Orgulho de ser mineiro”**.

Na busca por este futuro, foram considerados dez princípios que deverão nortear as ações governamentais. A partir desta perspectiva, foram definidas quatro Bandeiras para marcarem a identidade do estado.

Essas Bandeiras foram desdobradas em dez objetivos estratégicos, para os quais foram definidos indicadores e metas de médio e longo prazo para os anos de 2022, 2026 e 2030.

Por fim, foram definidas as diretrizes estratégicas para cada área temática contida neste plano.

O PMDI 2019-2030 foi elaborado com o apoio de aproximadamente 500 colaboradores, entre representantes do governo – como governador, vice-governador, secretários, demais líderes dos órgãos autônomos (comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, do Gabinete Militar do governador, chefe da Polícia Civil, advogado Geral do Estado, controlador Geral do Estado e ouvidora Geral do Estado) – e dirigentes da administração indireta, servidores públicos de diversas áreas temáticas, além dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Além desta apresentação, este PMDI está estruturado em três partes. A seguinte descreve brevemente a situação do Estado, a segunda apresenta a estratégia, os objetivos e as metas, enquanto a última parte apresenta as diretrizes estratégicas a serem seguidas por área de Governo para o alcance dos objetivos e das metas definidas.

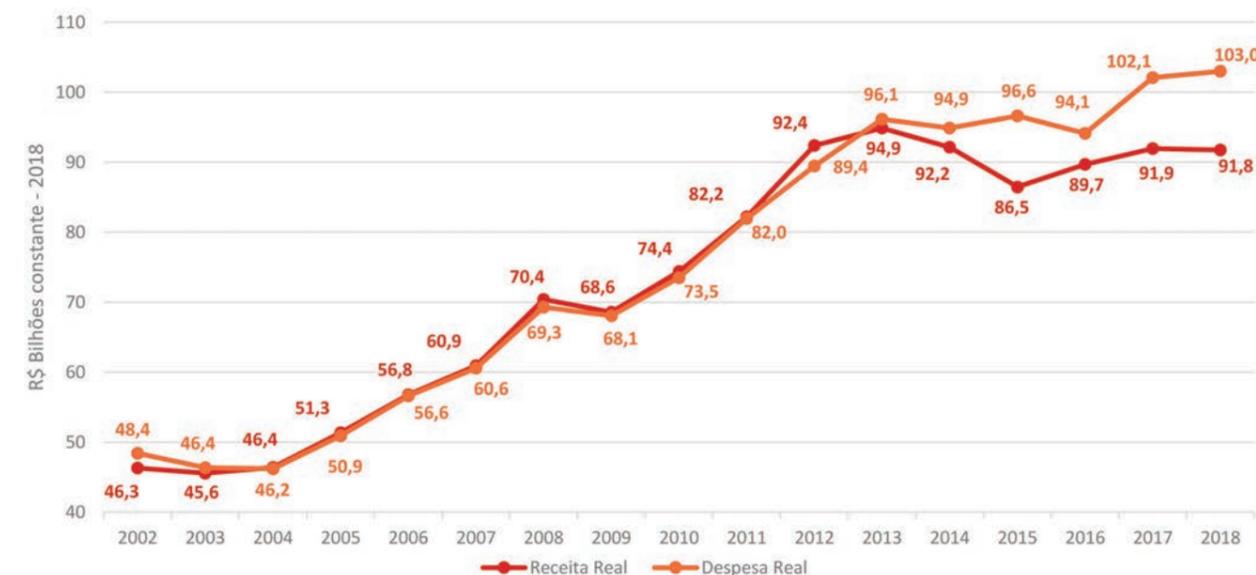
2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A crise fiscal dos estados ficou evidente com a contração da economia brasileira, a partir de 2015. Em maior ou menor grau, as 27 unidades da Federação enfrentam escassez de recursos para investimentos, regimes previdenciários deficitários e dificuldades com o pagamento de dívidas. Minas Gerais retrata bem essa situação.

Se por um lado o crescimento das receitas apresentou expressiva desaceleração no último quadriênio (2015-2018), por outro, as despesas continuaram crescendo acima da inflação. Dessa forma, considera-se que a retração da atividade econômica, associada à dificuldade de conter o crescimento da despesa, resultou na piora sensível do quadro fiscal e do déficit da previdência. O resultado tem sido o surgimento de déficits fiscais crescentes, dificuldade de honrar compromissos, atrasos de pagamento de servidores e fornecedores, dentre outros.

Desde o início da recessão econômica, Minas Gerais tem apresentado sucessivos déficits fiscais. Em 2018, seu valor nominal foi superior a R\$ 10 bilhões, o que equivale a mais de 10% de sua receita total, como pode ser visto no Gráfico 1.

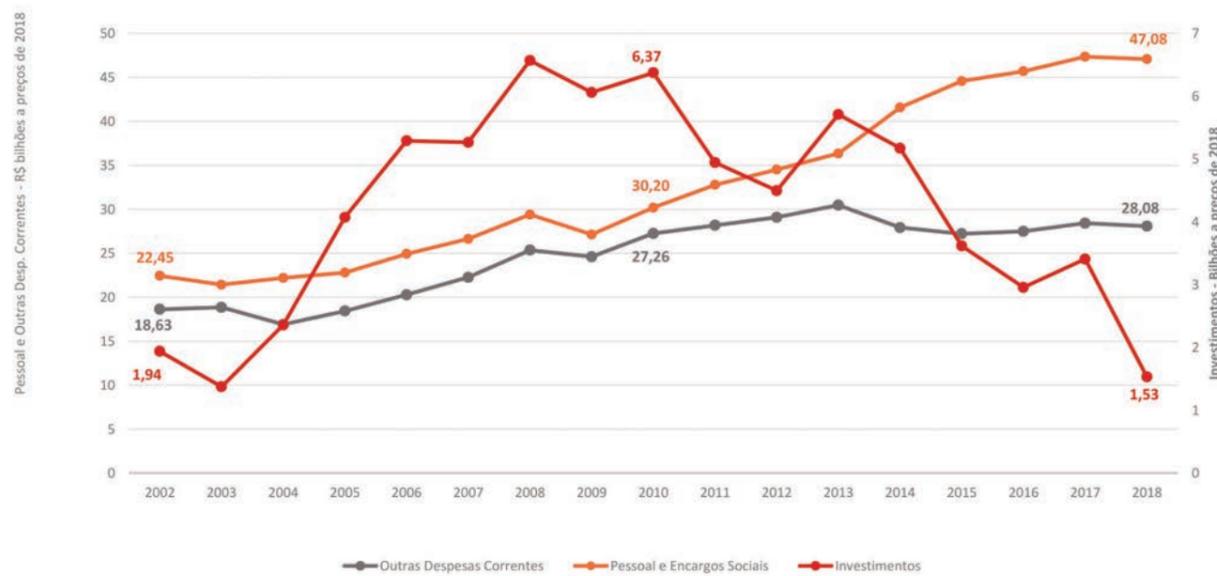
Gráfico 1: Evolução das Receitas e Despesas de MG - 2002 - 2018 (Preço constante em R\$ bilhões de 2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siafi-MG.

Descontadas as despesas intraorçamentárias, nota-se que, nos últimos anos, os gastos com outras despesas correntes, em termos reais, estão em um nível inferior ao observado em 2013, enquanto os gastos com pessoal têm crescido de forma constante. O desequilíbrio fiscal implica em redução da capacidade do Estado de fazer investimentos, como ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução das despesas dos grupos “Pessoal e Outros Encargos Sociais”, “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” de MG - 2002 - 2018 (Preço constante em R\$ bilhões de 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Siafi-MG.

Em linhas gerais, o ritmo de crescimento das despesas desacelerou nos últimos anos. No entanto, no conjunto, elas continuam crescendo acima da inflação. Em particular, os gastos previdenciários e com amortização da dívida têm pressionado as despesas.

Em um contexto marcado pelo envelhecimento populacional e pelo aumento da expectativa de vida, diversos estados brasileiros apresentam déficits em seus sistemas previdenciários. O desafio imposto a grande parte deles é a insuficiência do volume das contribuições para o provimento de benefícios de aposentadorias, pensões e auxílios, como pode ser observado no Gráfico 3.

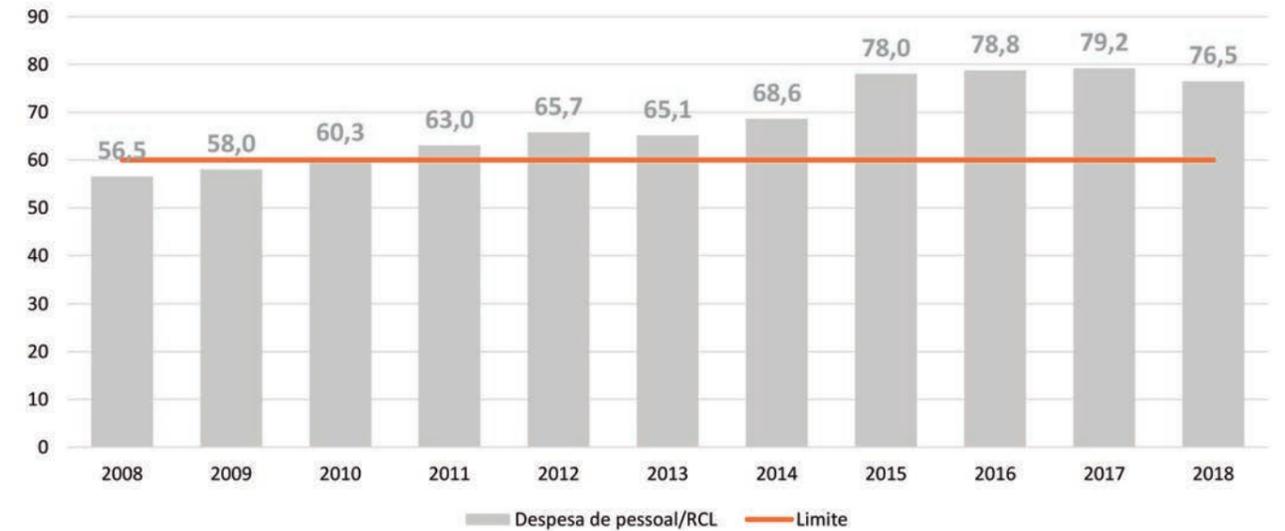
Gráfico 3: Evolução das receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de MG - 2010 - 2018 (Valores em R\$ Milhões correntes)



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Anexo 4 da Lei de responsabilidade Fiscal.

Aliado aos recorrentes déficits, houve piora em indicadores-chaves da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A relação entre gastos com pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL)¹ ultrapassou o limite de 60% permitido pela legislação, como mostra o Gráfico 4. A relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) está mais próxima do limite de 200% (189% no último quadrimestre de 2018).

Gráfico 4: Percentual de Despesas com Pessoal com relação à Receita Corrente Líquida, 2008 - 2017



Fonte: Programa de Ajuste Fiscal (PAF/STN).

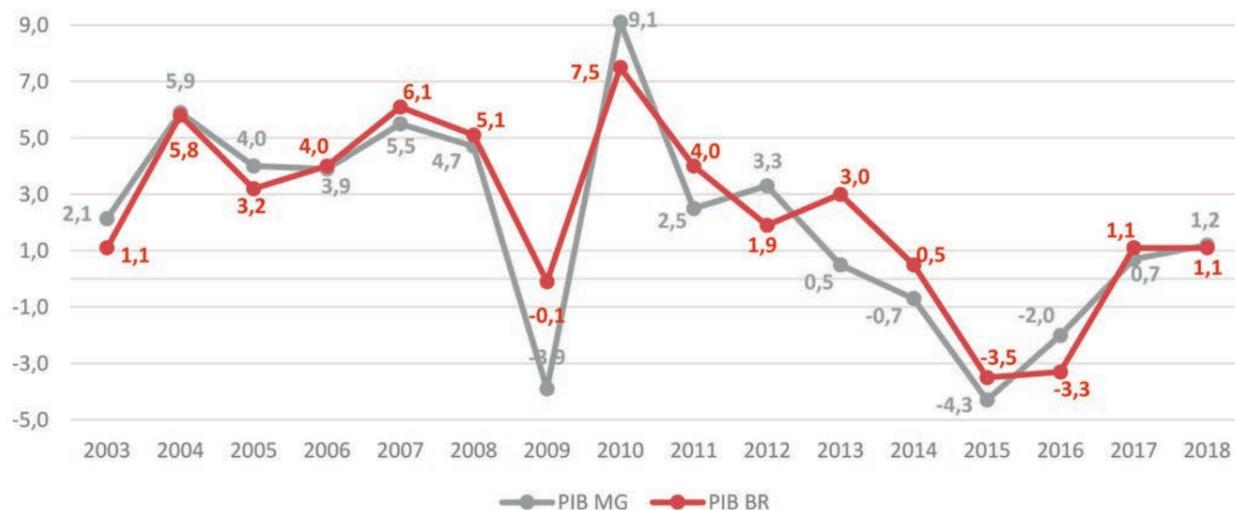
Nos dias atuais, apresentar para a sociedade as necessidades e obrigações que a gestão pública tem para garantir a promoção do bem-estar se traduz em levantar a discussão da construção de novos arranjos e formas de atuação do Estado, de reformas estruturais, donde se encontra a previdência pública, e de ações que incluam e permitam ao setor privado ser capaz de atuar efetivamente em espaços antes exclusivamente públicos.

Tendências antagônicas entre o crescimento da folha e a piora do resultado fiscal do Estado repercutem diretamente em sua capacidade de atuar nas áreas fundamentais que lhe são pertinentes - educação, saúde e segurança -, o que vêm impondo pressão na gestão pública, sobretudo ao limitar sua capacidade de promoção e garantia do bem-estar da sociedade.

Não é possível superar esta situação sem o crescimento econômico. Apesar da crise econômica grave e prolongada deflagrada a partir de 2015, os valores monetários da produção e das transações comerciais em nada se comparam com anos anteriores. Minas Gerais esteve todo o tempo envolvida nessa expansão. Por ser a terceira maior economia do país, o estado é um termômetro importante da atividade econômica nacional, e seus movimentos de expansão e contração se dão de forma sincronizada com os verificados para o país, como mostra o Gráfico 5.

¹ A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde ao somatório das receitas correntes deduzidas as transferências legais e as contribuições para a previdência dos servidores públicos.

Gráfico 5: Taxa Anual de Variação do PIB real, 2003 - 2018, de MG e Brasil.

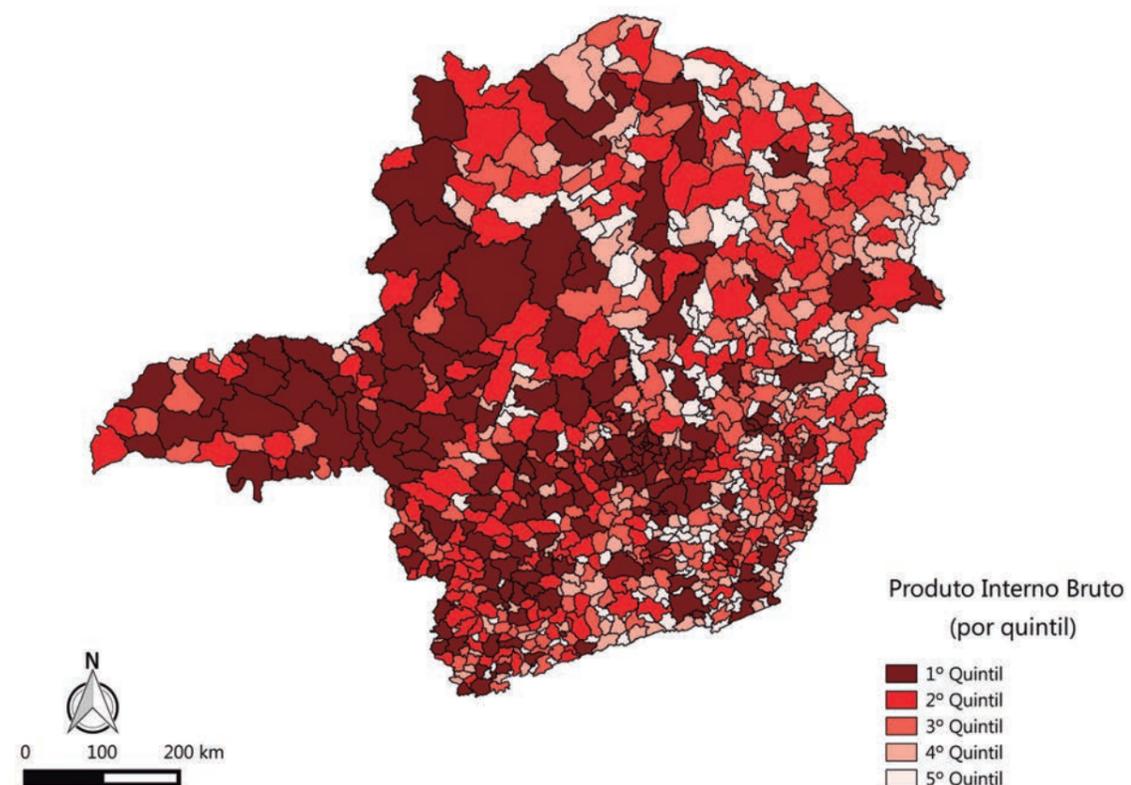


Fonte: IBGE.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) seja a informação mais relevante do ponto de vista macroeconômico, os resultados agregados da produção econômica de Minas Gerais não são suficientes para revelar especificidades e disparidades regionais. Ou seja, diferenças intermunicipais de volume e diversidade de produção agregada não necessariamente refletem diferenças médias de renda entre os municípios, uma vez que maior produção pode estar atrelada a maior concentração populacional e, em termos per capita, apresentar valores próximos àqueles percebidos onde tanto a produção quanto a concentração populacional são menores.

Dessa maneira, torna-se imprescindível conhecer os resultados municipais tanto a nível agregado quanto per capita, para, em última instância, avaliar as disparidades regionais em termos econômicos. Em nível municipal, o Produto Interno Bruto ilustra bem essa afirmativa. Como se pode notar na Figura 1, a maior concentração da produção, em 2018, se dá nos municípios situados nas regiões central, sul-sudeste e mais acentuadamente em direção ao oeste do estado.

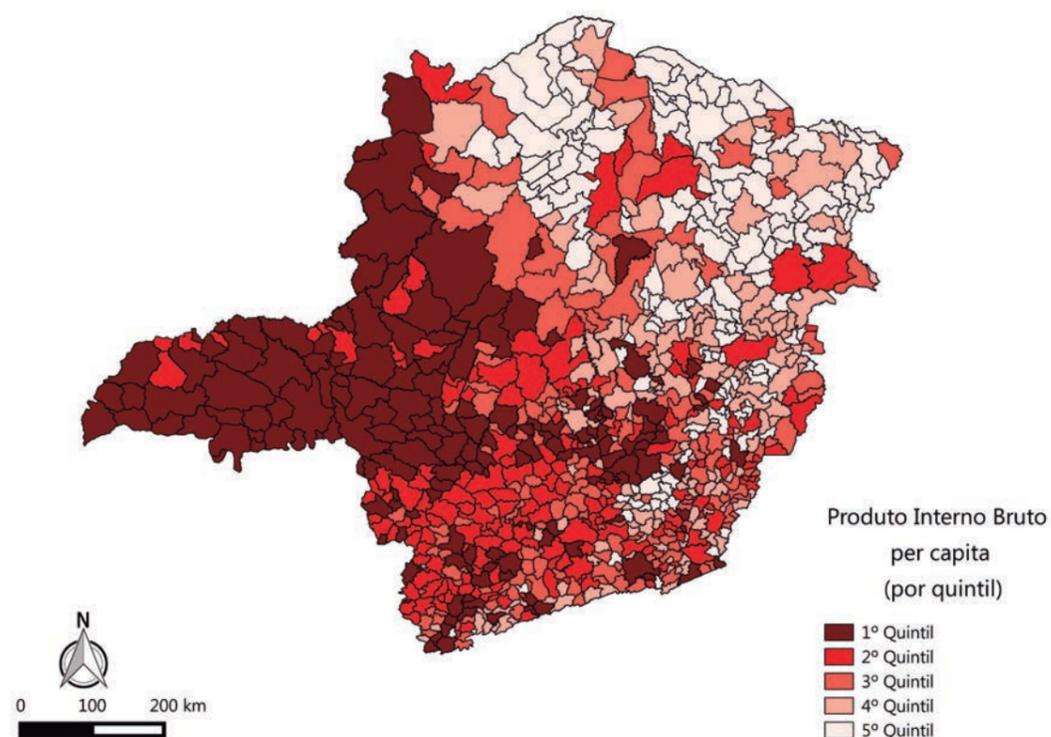
Figura 1: Produto Interno Bruto Municipal, 2018



Fonte: FJP.

Em geral, a produção econômica encontra-se atrelada aos movimentos de expansão urbana e de crescimento populacional. Como dito anteriormente, é importante averiguar como a concentração da produção está associada às condições médias de vida. Sob esse aspecto, a medida de PIB per capita torna-se relevante por ser uma métrica capaz de anular os efeitos do dado bruto – neste caso, o PIB agregado municipal. A Figura 2 indica que, nas regiões onde há maior concentração da produção de bens e serviços da economia mineira, observa-se maior renda per capita, e, portanto, os efeitos de geração e concentração de renda tornam-se ainda mais evidentes.

Figura 2: Produto Interno Bruto per capita Municipal, 2018

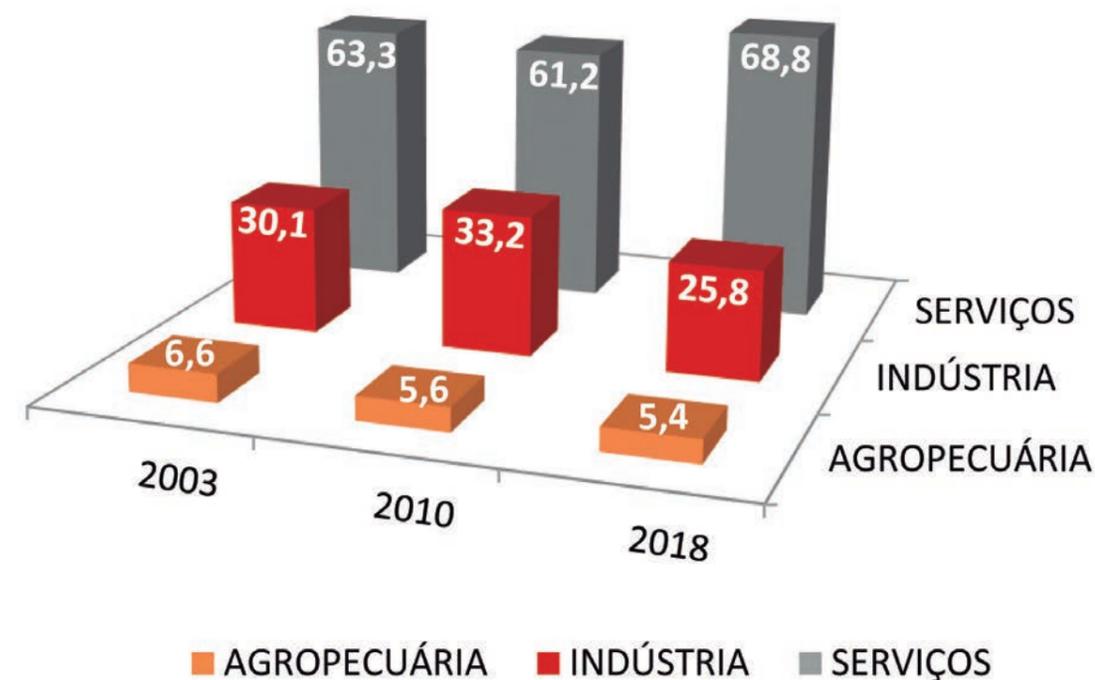


Fonte: FJP.

Geralmente é de se esperar que o surgimento e a expansão de determinadas atividades acabem por demandar e atrair novas e, a partir de então, gerar o encadeamento de uma série de outras atividades econômicas. A concentração do PIB dos municípios mineiros é fruto do grande desenvolvimento, simultaneamente, dos setores agropecuária, indústria e serviços nas mesmas regiões, refletindo a noção anteriormente exposta de encadeamento (e atratividade) das atividades em locais específicos. De modo que, em Minas Gerais, os três setores da economia concentram suas principais atividades nas regiões centro, sul-sudeste e oeste.

Independentemente da distribuição espacial da produção, Minas Gerais segue a tendência nacional de maior concentração de sua produção no setor serviços. De 2003 até 2018, percebe-se retração da participação relativa da indústria e, em nível menor, da agropecuária, contrabalanceada pelo incremento do setor de serviços. Em 15 anos, este setor teve incremento de 5,5 pontos percentuais na participação relativa da produção mineira. Essas informações podem ser visualizadas no Gráfico 6.

Gráfico 6: Participação Relativa dos Setores na Produção de Minas Gerais, 2003 - 2018

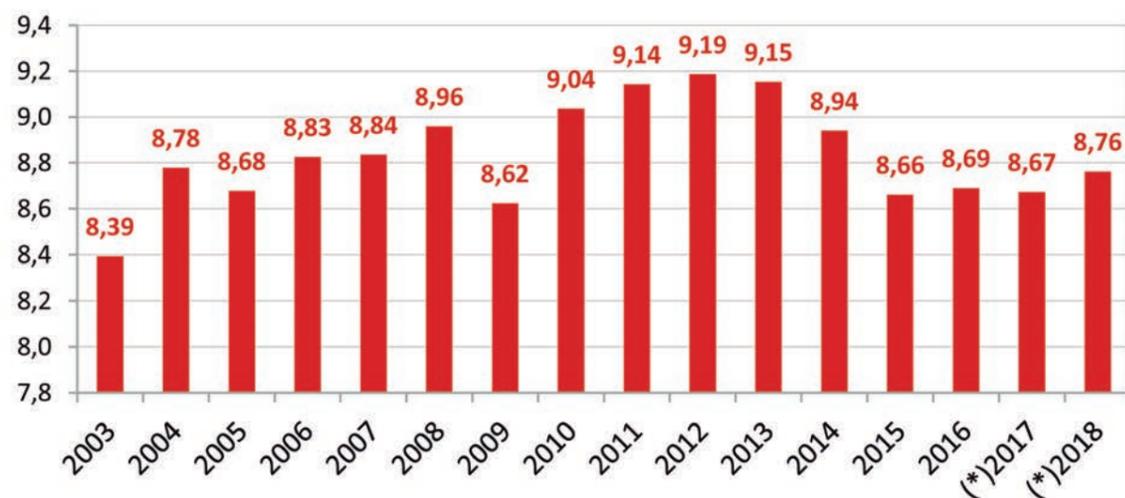


Fonte: IBGE.

Numa análise para além do nível primário de participação relativa do setor da agropecuária para a dimensão do agronegócio, dados da Fundação João Pinheiro (FJP) da e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), registram que o mesmo teve uma participação de 33,29% no PIB Mineiro no exercício de 2018 e de 13,5% no PIB do Agronegócio Nacional, evidenciando a pujança e expressividade do setor.

Até o presente momento, a expansão do setor de serviços não tem sido acompanhada por ganhos relativos na contribuição da produção total de Minas Gerais para a produção nacional. Em 2003, a participação mineira no PIB nacional era de 8,39%. Em 2012, foi alcançada a maior participação no período observado, 9,19%. Deste ano até 2015, houve queda na participação e, desde então, vem se mantendo estável em torno de 8,7% da produção total nacional, como pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Participação de MG no PIB Nacional (%), 2003 - 2018.



Fonte: FJP.

Nota (*): Resultados de 2017 e de 2018 são preliminares e sujeitos a revisão.

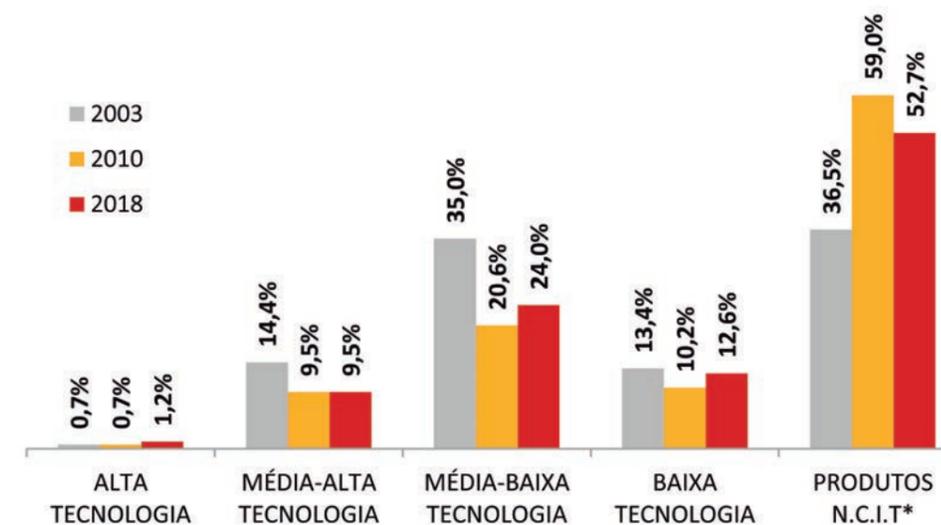
Compreender a inserção de Minas Gerais no contexto nacional perpassa, dentre outras questões, por conhecer sua pauta de exportação e seu posicionamento relativo na respectiva pauta nacional.

Em 2018, a participação mineira no total das exportações brasileiras diminuiu para 10%, o menor nível anual da série histórica que compreende os anos de 1997 a 2018. Também perdeu para o Rio de Janeiro a segunda posição nacional que ocupou desde 2004. Além disso, a pauta de exportação mineira é muito concentrada, uma vez que os dez principais grupos de produtos representam cerca de 83% dela.

Dois aspectos são fundamentais na análise sobre a pauta exportadora: nível de intensidade tecnológica e vulnerabilidade da produção a efeitos exógenos, como, por exemplo, climáticos, e a variação de preços de commodities. De 2003 a 2018 (Gráfico 8), os resultados sugerem que, para que haja mudança de patamar tecnológico, é necessário investimento substancial em produtos com mais intensidade tecnológica. Neste gráfico, pode-se observar que apenas 1% dos produtos da pauta de Minas Gerais são de alta tecnologia, e cerca de 46% possuem de média-alta a baixa tecnologia; ao final, aproximadamente 53% da pauta refere-se a produtos sem nível específico de processamento tecnológico². Ainda mais agravante é o fato de que, ao se comparar 2003 com 2018, nota-se crescimento relativo na pauta de produtos sem especificação, em contraponto à queda dos produtos de média-alta e média-baixa intensidade tecnológica.

² A classificação por intensidade tecnológica da Secretaria de Comércio Exterior – Ministério da Economia segue a definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O grupo Produtos N.C.I.T. refere-se aos produtos não classificados em intensidade tecnológica e, em geral, são aqueles que não sofreram alguma transformação que envolvesse algum nível de tecnologia.

Gráfico 8: Composição da Pauta exportadora por Intensidade Tecnológica de Minas Gerais, 2003 - 2018.



Fonte: Ministério da Economia.

Nota: * Não Classificados segundo a Intensidade Tecnológica.

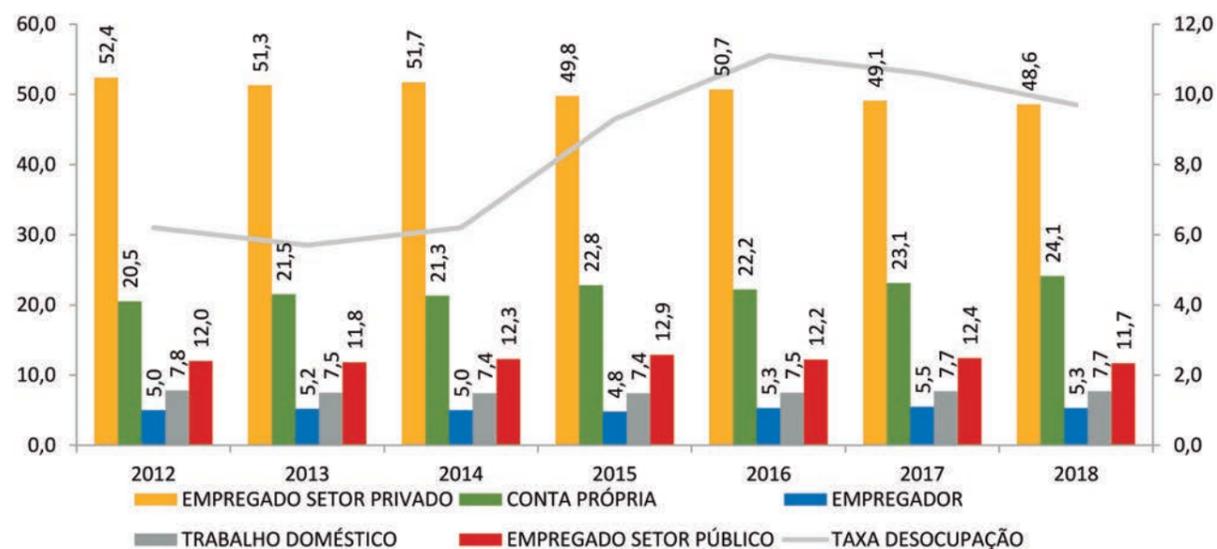
Dito isso, urge olhar com mais atenção para a pauta de exportação, criar estratégias e ambientes atrativos para a produção de bens e serviços de mais intensidade tecnológica para que, posteriormente, o estado possa se tornar referência nacional na pauta exportadora.

Outra ponta da produção econômica se relaciona ao mercado de trabalho. A clássica correlação entre emprego e produção torna a taxa de desemprego/desocupação variável chave no acompanhamento da tendência da atividade econômica³. Os dados mais recentes para Minas Gerais indicam ligeira queda do desemprego em 2017 e 2018, apesar do aumento elevado observado entre 2014 e 2016, como mostrado no Gráfico 9. Adicionalmente, destaca-se a alteração na composição da força de trabalho ocupada: de 2012 a 2018, a redução da participação dos empregados do setor privado (3,8 pontos percentuais) foi praticamente compensada pelo aumento dos trabalhadores contábil-próprios (3,6 pontos percentuais), sugerindo que a alternativa para aqueles que anteriormente eram empregados tem sido sua realocação como autônomos.

Do lado da produção, esse arranjo se reflete no crescimento da participação do setor de serviços na economia estadual. Outra informação importante sugerida pelo gráfico 9 é a manutenção dessa tendência - expansão dos trabalhadores autônomos e queda da participação dos empregados (formais) do setor privado.

³ Mudanças metodológicas promovidas pelo órgão oficial do governo federal que elabora as estatísticas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não permitem uma comparação histórica mais longa, uma vez que os dados mais recentes em termos comparativos da taxa de desocupação remetem a 2012.

Gráfico 9: Composição do Emprego e Taxa de Desocupação de Minas Gerais, 2012 - 2018



Fonte: IBGE.

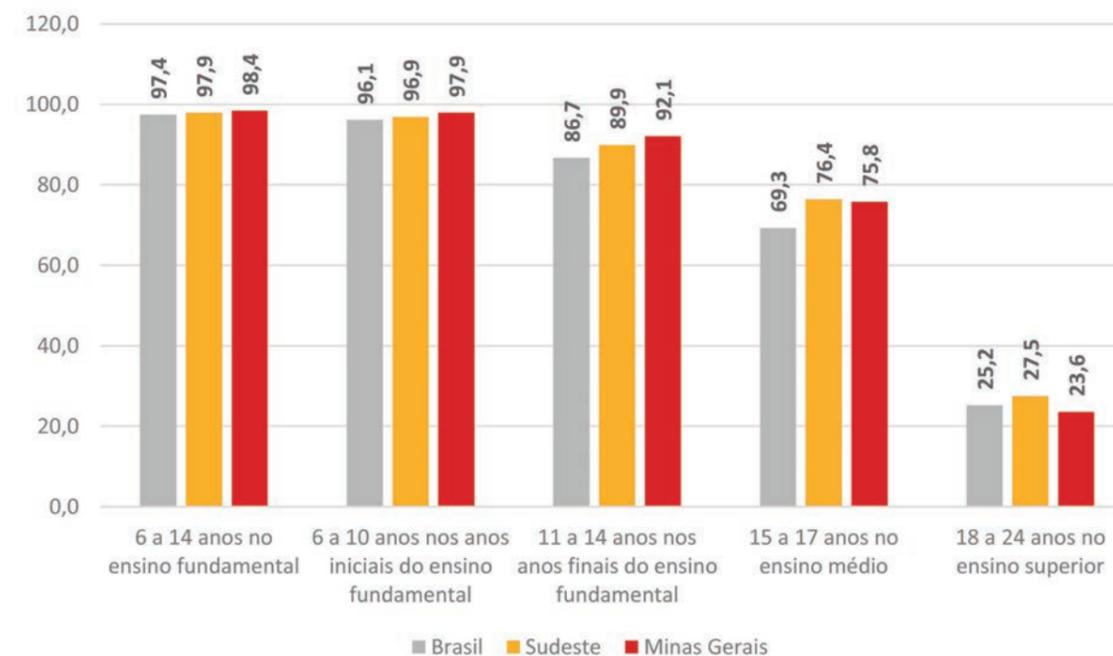
Enquanto, do lado da microeconomia, as ciências econômicas e sociais em geral estudam o comportamento do mercado de trabalho investigando relações entre escolaridade, gênero e raça como variáveis determinantes dos salários e do emprego, do lado da macroeconomia, ganhos de produtividade, bem como avanços tecnológicos e expansão e contração da atividade produtiva são associados aos movimentos agregados de emprego e, em última instância, ao comportamento das taxas de juros e inflação.

Cabe às políticas do Governo Federal e do Banco Central atuarem no controle do nível de preços da economia, da taxa de juros e do incentivo à produção e ao emprego. Aos governos regionais – estados e Municípios – cabe a criação de estratégias de atração de produção e estímulo à geração de emprego, o que não se dissocia de seu papel de prover melhores condições de educação, saúde, segurança e infraestrutura de transporte.

No que diz respeito ao sistema educacional, sua estruturação e seu funcionamento adequado envolvem um conjunto de relações complexas entre recursos, normas, entes federados, organizações e níveis organizacionais distintos, interagindo com culturas, públicos e contextos variados e desiguais. Parte-se do princípio de que um sistema educacional minimamente funcional é aquele no qual todos os indivíduos possuem acesso ao ensino, aprendem, progredem, permanecem e concluem a escolaridade esperada para cada grupo etário. Apesar de avanços notáveis, o sistema educacional de Minas Gerais (como o do Brasil) está longe de satisfazer tais critérios.

O acesso é entendido não apenas como capacidade de atendimento do sistema de ensino, oferta de vagas e distribuição adequada, mas também como capacidade de garantir o atendimento efetivo a todo público-alvo. Se o acesso ao ensino fundamental já está praticamente universalizado, a permanência e progressão ainda se configuram como uma questão a ser enfrentada. Em Minas Gerais, para a população de 15 a 17 anos, 90,5% frequentavam algum estabelecimento de ensino em 2018, mas apenas 75,8% cursavam o ensino médio, nível adequado a essa faixa etária (Gráfico 10). Pode-se dizer, portanto, que a cada 100 jovens na idade de 15 a 17 anos, cerca de dez estão fora da escola e 15 estão cursando o ensino fundamental.

Gráfico 10: Taxa de frequência escolar líquida ajustada por grupo etário - Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais, 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PAD Contínua). Elaboração: FJP.

Nota: A taxa ajustada de frequência líquida e a proporção de pessoas que frequenta escola o nível de ensino adequado à sua faixa ETÁRIA e daquelas que já concluíram esse nível, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Ela capta, além do acesso ao sistema de ensino, o atraso escolar de determinado grupo ETÁRIO em relação ao nível de ensino adequado.

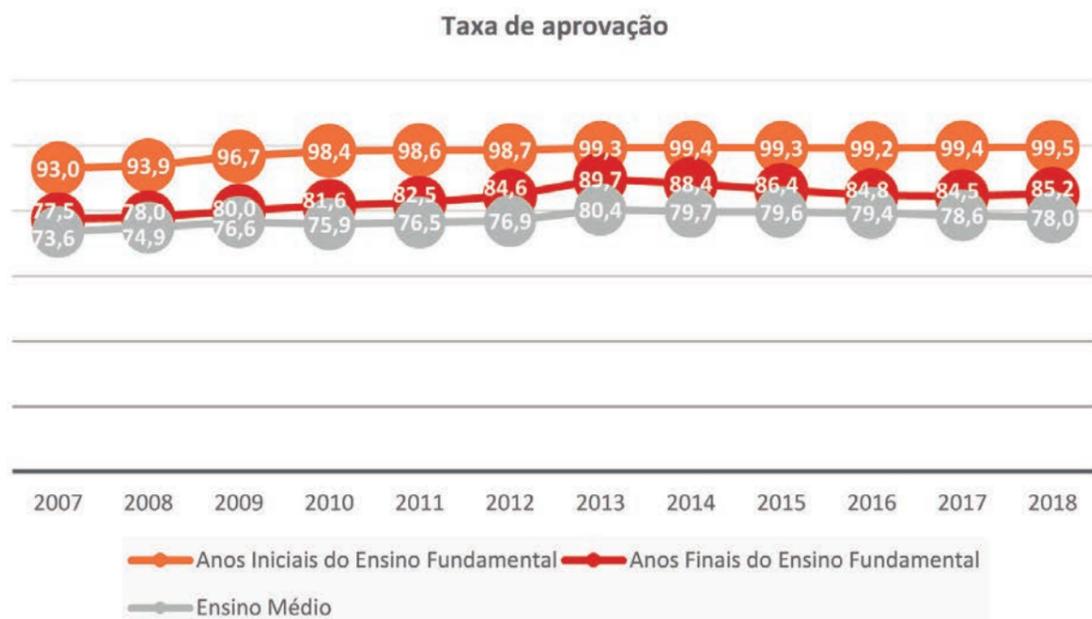
Dois pontos importantes estão por detrás desses números. O primeiro é que grande parte dos jovens evadiram do sistema de ensino sem completar ao menos o ensino médio. Quando se considera uma faixa etária mais ampla, 15 a 29 anos, quase 1/5 deles estava fora do mercado de trabalho e do sistema educacional em 2018⁴. A falta de investimento educacional nessa etapa da vida tende a trazer impactos negativos para a trajetória profissional dos jovens que, somados ao afastamento do mercado de trabalho, podem aprofundar a condição de vulnerabilidade desse segmento da população. De outro lado, isso significa perda de qualidade potencial do estoque de mão de obra, com os prejuízos decorrentes para o desenvolvimento econômico.

O segundo ponto é a eficiência do sistema de ensino, ou seja, a progressão ou retenção dos alunos entre as séries. Ela pode ser captada tanto pela taxa de frequência escolar líquida ajustada quanto pelas taxas de rendimento (Gráfico 11). As taxas de reprovação (Gráfico 12) e abandono (Gráfico 13) são bem mais altas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A reprovação e o abandono sistemático dos alunos ao longo do sistema de ensino acarretam o rompimento do processo educacional sem que os jovens alcancem altos níveis de escolaridade. É, portanto, um dos fatores da baixa escolaridade da população mineira (9,2 anos médios de estudo em 2017⁵).

⁴ IBGE/Pnad contínua.

⁵ Anos médios de estudo da população de 15 anos ou mais (IBGE/Pnad contínua).

Gráfico 11: Taxas de aprovação na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018



Fonte: Inep/MEC. Elaboração: FJP.

Gráfico 12: Taxas de reprovação na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018



Fonte: Inep/MEC. Elaboração: FJP.

Gráfico 13: Taxas de abandono na rede estadual de Minas Gerais por etapa de ensino, 2007 - 2018



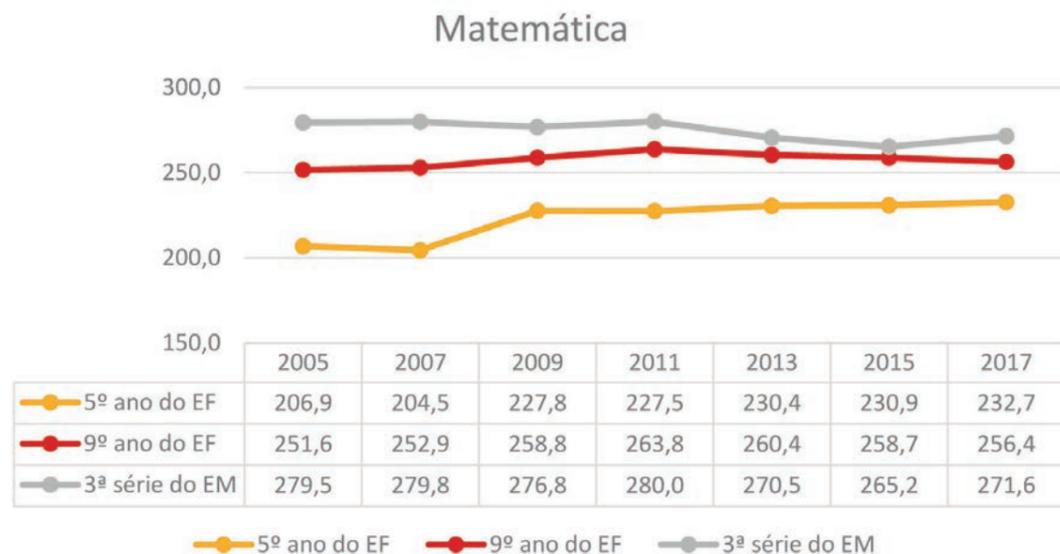
Fonte: Inep/MEC. Elaboração: FJP.

Outra dimensão importante da educação é sua qualidade. A proficiência em matemática no (Gráfico 14⁶) 5º ano do ensino fundamental está praticamente estagnada desde 2009. No 9º ano, observa-se uma melhora entre 2007 e 2011 e um declínio posterior. Na 3ª série do ensino médio, apesar de pequena melhora entre 2015 e 2017, os níveis de proficiência alcançados em 2017 ainda são inferiores aos de 2005. Em língua portuguesa (Gráfico 15⁷) o 5º ano vem apresentando gradativa melhora nos níveis de proficiência, assim como no 9º ano, porém a uma taxa de crescimento bem menor. Já a proficiência da 3ª série do ensino médio encontra-se praticamente estagnada.

⁶ Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), avaliação externa em larga escala aplicada a cada dois anos pelo Inep que avalia os alunos em língua portuguesa e matemática no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio.

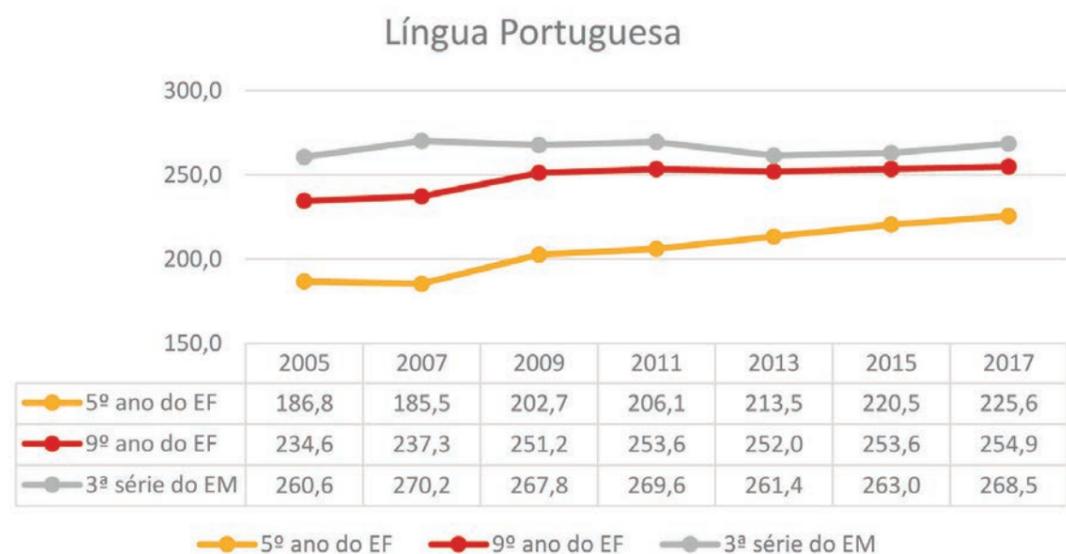
⁷ Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), avaliação externa em larga escala aplicada a cada dois anos pelo Inep que avalia os alunos em língua portuguesa e matemática no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio.

Gráfico 14: Proficiência em matemática da rede estadual de Minas Gerais, 2005 - 2017



Fonte: Inep/MEC. Elaboração: FJP.

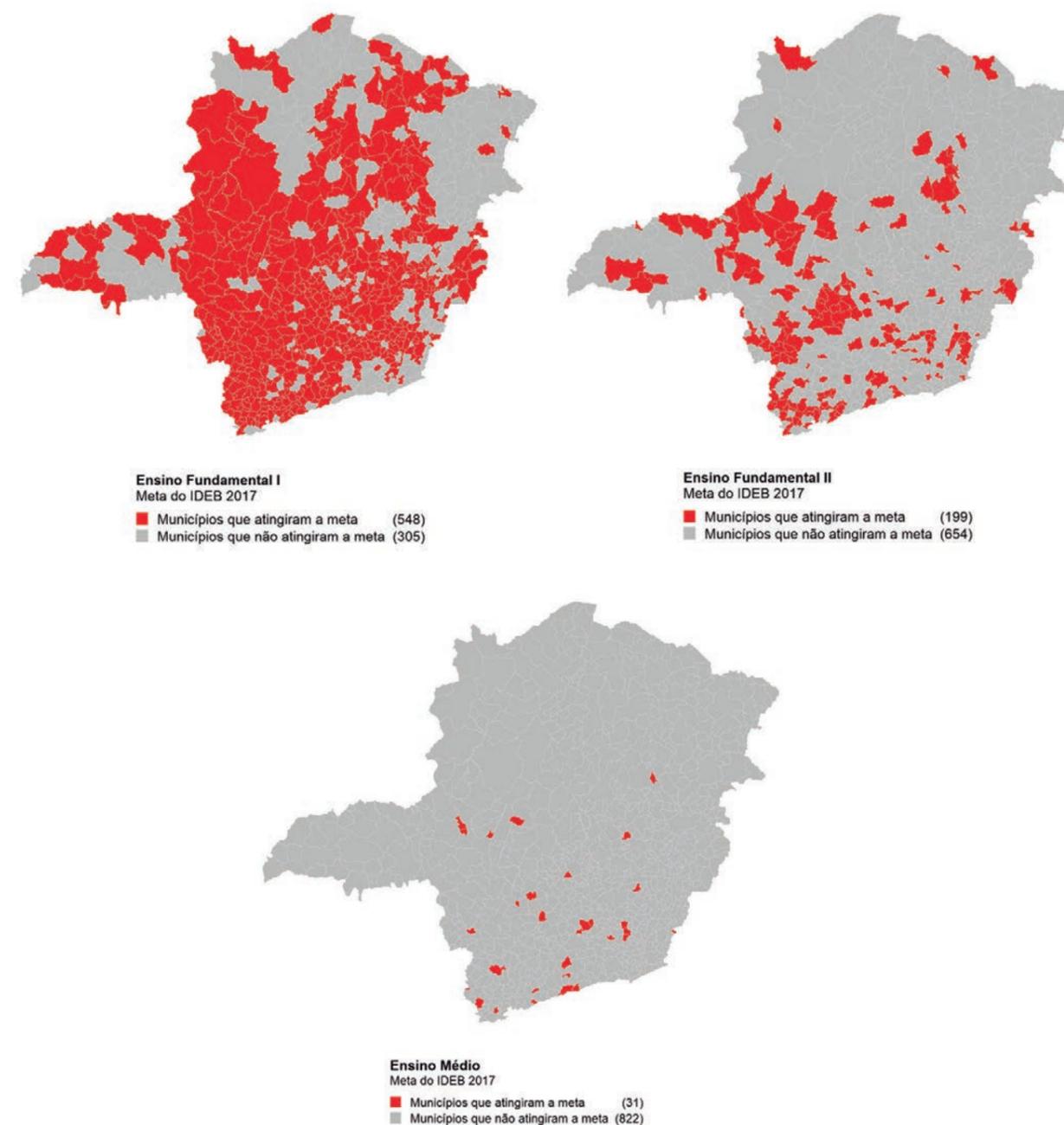
Gráfico 15: Proficiência em língua portuguesa da rede estadual de Minas Gerais, 2005 - 2017



Fonte: Inep/MEC. Elaboração: FJP.

Ainda no sistema educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 indica que, em Minas Gerais, cerca de 64% dos municípios atingiram a meta estipulada para o ensino fundamental I. Avançando para o ensino fundamental II, o alcance da meta caiu para 23% dos municípios do estado e, no ensino médio, chega-se a apenas 4% dos municípios (Figura 3). A expressiva queda no cumprimento das metas com a evolução dos anos de escolaridade é forte indício da necessidade de se repensar as políticas públicas para educação em Minas Gerais.

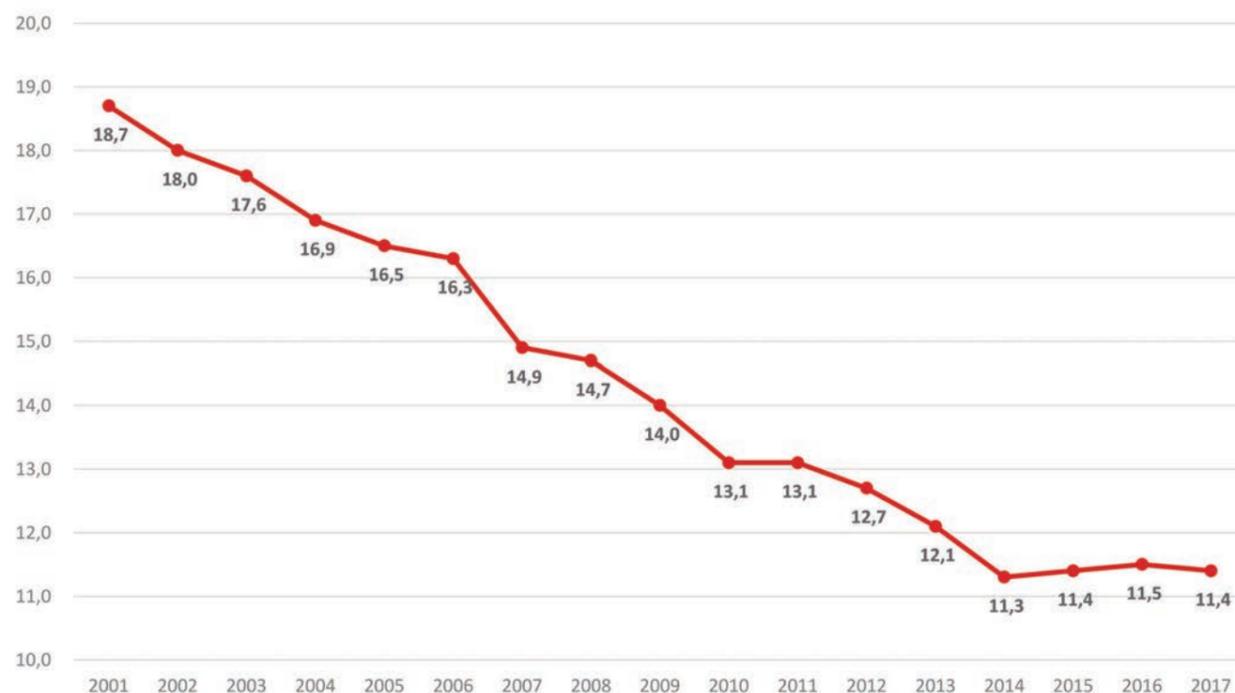
Figura 3: Meta Ideb 2017 para ensino fundamental I, II e ensino médio



Do ponto de vista regional, mantêm-se as disparidades e inter-relações entre municípios com maior nível de desenvolvimento econômico e ganhos de escolaridade.

No que diz respeito à saúde, os indicadores em Minas Gerais têm apresentado melhorias nas últimas décadas, mas o ritmo delas tem caído e apresenta novos desafios para o Estado. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, de certa forma, reflete as condições de desenvolvimento socioeconômico e da infraestrutura ambiental, podendo ser proxy para o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde materna e infantil. O histórico 2010-2017 é apresentado no Gráfico 16 e indica estagnação da queda da taxa.

Gráfico 16: Taxa de Mortalidade Infantil, por mil nascidos vivos, em Minas Gerais, 2001 - 2017

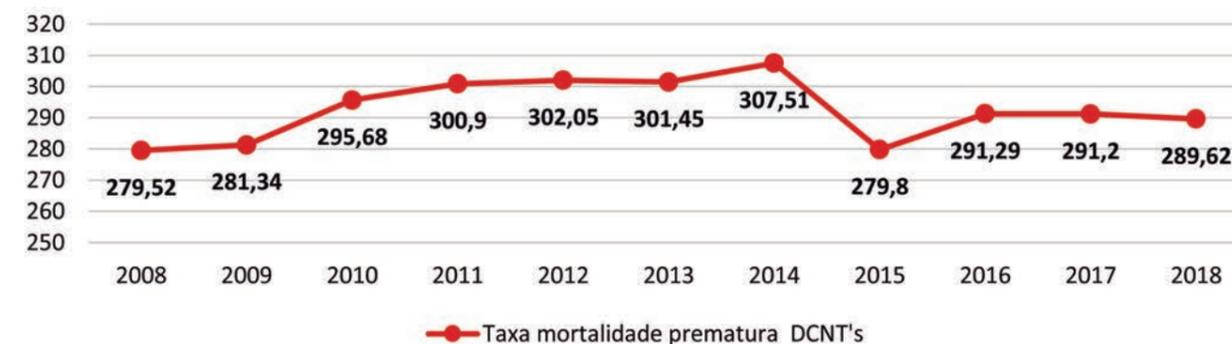


Fonte: Minas em Números (2019).

Os valores inferiores a 20 óbitos por mil nascidos vivos já são considerados baixos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Todavia, pode-se observar que, a partir de 2014, o indicador está praticamente estável. E, em 2017, Minas Gerais tinha a sétima menor taxa de mortalidade infantil entre os estados brasileiros, o que lhe impõe o desafio maior de retomar a trajetória de queda deste indicador.

A taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na população de 30 a 69 anos representa a maior carga de morbimortalidade em Minas Gerais e no Brasil. As principais DCNT são: doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Entre 2008 e 2018, esta taxa cresceu 3,6% e, desde 2016, encontra-se praticamente estável, conforme pode ser observado no Gráfico 17.

Gráfico 17: Taxa de Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) pelas 4 principais DCNTs - Minas Gerais, 2008 - 2018.



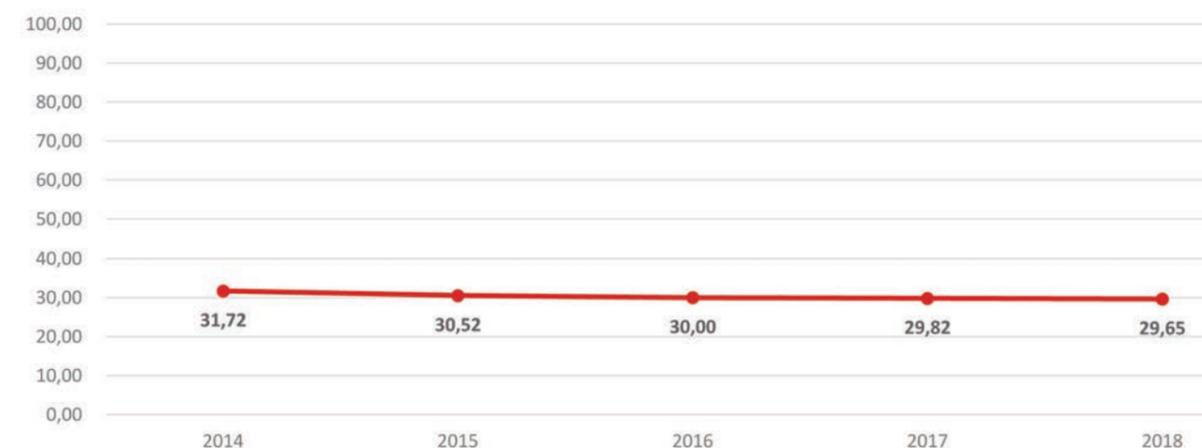
Fonte: SIM/CPDE/DASS/SVEAST/SubVPS/SES/MG.

O Sistema Único de Saúde (SUS) organiza-se por meio de uma rede de atenção, e sua operacionalização adequada é essencial para os resultados das políticas públicas de saúde. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), por meio da portaria nº 2.436, a atenção básica deve ser resolutiva em 80% dos problemas de saúde.

Dessa forma, a existência de internações por condições sensíveis à atenção básica sugere problemas de acesso ou de efetividade da atenção primária. A proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção básica é, em geral, utilizada para analisar a efetividade do cuidado neste nível de atenção, assim como o desenvolvimento de ações de regulação do acesso às internações hospitalares.

Em 2014, o estado de Minas Gerais apresentava proporção de aproximadamente 32% de internações por condições sensíveis à atenção básica e, em 2018, essa proporção diminuiu para 29,65% (Gráfico 18). Apesar da tendência de queda, as internações por condições sensíveis à atenção básica ainda não atingiram a meta de resolutividade de 80%, conforme aprovado na nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Gráfico 18: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - Minas Gerais, 2014 - 2018



Fonte: SES/MG, 2019.

Ainda em relação à gestão da rede de atendimento, deve-se observar a taxa de resolubilidade macrorregional. Este indicador permite mensurar o nível alcançado pela regionalização da assistência à saúde, estratégia adotada pelo SUS para garantir a universalidade e integralidade do cuidado. Dentre as 13 macrorregiões de saúde do estado, sete apresentavam Taxa de Resolubilidade acima de 83% em 2017. Mesmo que as demais apresentem valores abaixo desta referência, estas apresentam comportamento de ascensão, como pode ser verificado na Tabela 1.

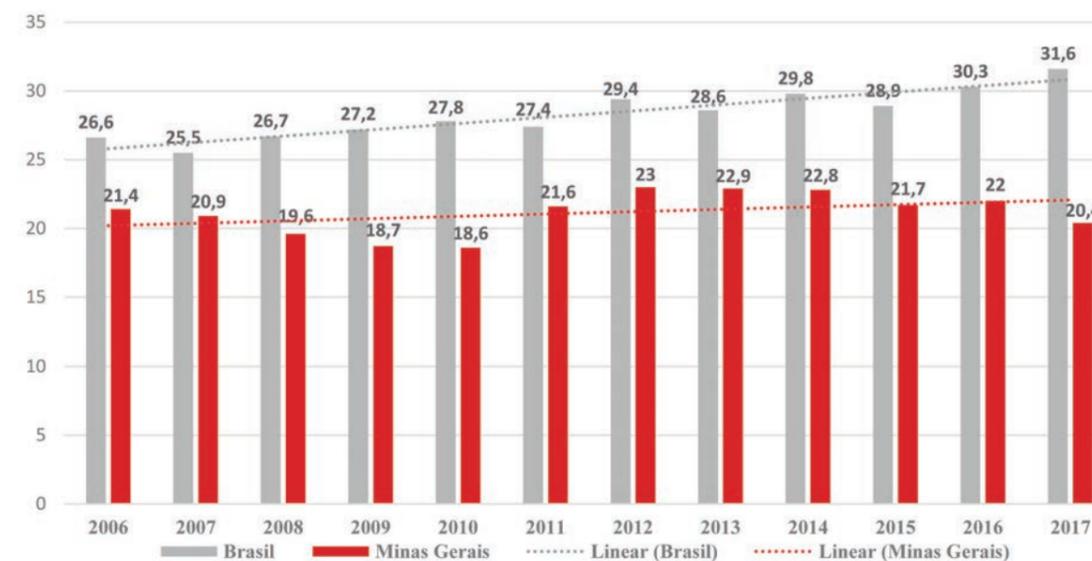
Tabela 1: Taxa de resolubilidade total da prestação dos Serviços Hospitalares da Atenção Terciária com ocorrência em Minas Gerais (macrorregional), 2008 - 2017.

RAS (macrorregião)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Centro	99,64	99,53	99,52	99,52	99,43	99,41	99,53	99,47	99,47	99,48
Centro Sul	64,46	61,43	65,19	64,75	64,13	61,74	59,90	60,94	62,08	64,99
Jequitinhonha	25,79	31,07	30,94	38,52	38,65	47,70	48,93	54,48	56,48	65,65
Leste	79,24	79,42	81,46	83,60	83,85	85,35	85,07	83,67	86,05	87,02
Leste do Sul	43,43	42,72	50,50	54,39	55,04	58,07	57,50	58,63	58,55	56,12
Nordeste	47,20	52,40	53,57	62,42	68,47	64,04	61,86	61,95	62,34	66,19
Noroeste	35,38	55,52	59,18	66,49	68,19	66,14	63,85	62,87	68,62	66,12
Norte	95,10	95,69	94,82	95,49	96,12	96,33	95,97	96,22	95,51	95,28
Oeste	49,96	51,11	51,26	57,56	54,71	51,39	50,66	50,28	47,37	58,62
Sudeste	98,03	97,23	96,76	96,16	96,39	97,07	97,04	96,77	97,09	97,12
Sul	94,07	93,73	94,48	95,54	95,90	96,20	96,45	97,06	97,29	97,36
Triângulo do Norte	96,99	97,74	97,10	97,38	96,78	97,32	96,02	94,88	95,86	96,73
Triângulo do Sul	98,27	98,63	98,10	98,13	97,71	97,46	97,62	98,00	98,03	97,46
Total MG	88,48	88,81	89,01	89,64	89,84	89,88	89,81	89,80	89,81	89,82

Fonte: SES/SMACSS/DEAA - DATASUS.

Por outro lado, segundo o Datasus (2017), 12,77% das mortes em Minas Gerais são fruto de causas externas. Entre elas, pode-se destacar os homicídios, que representam aproximadamente 30%. Comparando com outros países, o Brasil possui números expressivos de homicídios e, na última década, houve crescimento de 24% nas taxas deste crime. Em Minas Gerais, não só as taxas de ocorrência de homicídios são sistematicamente inferiores aos padrões obtidos pelo país, como também observam certa estabilidade temporal, com períodos de decréscimo. Assim, enquanto o país observa o já mencionado crescimento na ocorrência de homicídios, houve um decréscimo de 2,4% nas taxas deste crime no estado, conforme o Gráfico 19.

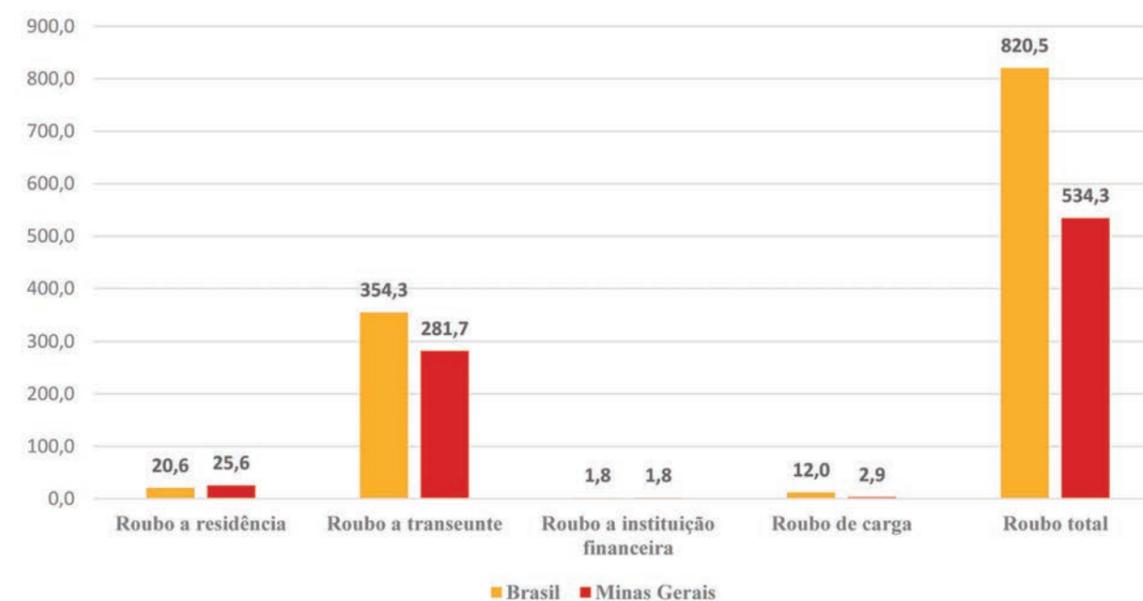
Gráfico 19: Taxa de Homicídios Consumados por 100 mil habitantes, no Brasil e em Minas Gerais, 2006 - 2017



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).
Nota: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CID 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/lpea e FBSP.

Entre os crimes violentos, os roubos representam grande parte das ocorrências. Tanto em Minas Gerais quanto no Brasil, o tipo mais comum é o roubo a transeuntes, com taxas maiores entre os diferentes tipos deste crime. Levando-se em consideração o tamanho populacional, as ocorrências no estado foram, em 2017, inferiores às observadas no país, com exceção das ocorrências de roubo às instituições financeiras, que observaram os mesmos padrões (Gráfico 20).

Gráfico 20: Taxa de Roubos por 100 mil habitantes, por tipo de roubo, no Brasil e em Minas Gerais, 2017



Fonte: secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, IBGE, Banco Central do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Também as taxas de ocorrências de latrocínio, quando há roubo seguido de morte da vítima, são maiores no país do que em Minas Gerais. Em Minas, a ocorrência de latrocínio correspondeu, em 2017, a uma taxa de 0,5 crime para cada grupo de 100 mil habitantes. No país, a uma taxa de 1,2 crime para cada grupo de 100 mil habitantes. No entanto, ao levar em consideração a gravidade deste crime e a sua forte interferência sobre a sensação de segurança das populações, tais taxas escondem números expressivos. Elas corresponderam a 2.460 vítimas de latrocínio no Brasil e a 104 em Minas Gerais em 2017.

A análise das taxas e dos comportamentos temporais dos Crimes Violentos⁸ permite inferir tanto os fatores sociais, econômicos e políticos relacionados à emergência do fenômeno da violência em territórios quanto a efetividade de políticas públicas de segurança. A ocorrência destes crimes mais graves, mais visíveis e que afetam sobremaneira o cotidiano, exerce forte demanda sobre processos de tomada de decisão no âmbito da ação pública. Daí a necessidade de seu monitoramento de modo sistemático e rotineiro, de maneira a tornar possível a avaliação de políticas.

Outra área relacionada diretamente ao desenvolvimento socioeconômico que merece destaque é a infraestrutura de transporte e mobilidade, pois é essencial para o desenvolvimento do estado. Trata-se de área facilitadora dos fluxos de mercadorias, pessoas e serviços, perpassando suas externalidades por todos os setores da sociedade que induzem o desenvolvimento econômico.

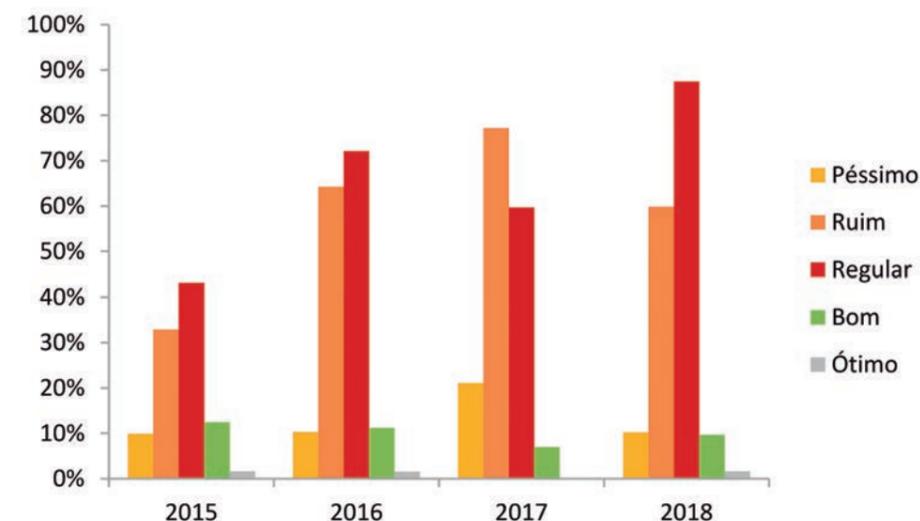
Na maioria das vezes, a atuação governamental na área de infraestrutura e mobilidade envolve ações estruturantes de grande porte e, conseqüentemente, associadas a recursos financeiros volumosos, ainda mais se considerarmos que a estrutura existente é insuficiente em diversos aspectos. Numa época de crise fiscal e de carência de recursos tanto na esfera estadual quanto na nacional, a otimização do uso do dinheiro público é um desafio prioritário neste contexto.

Como principal modal de transporte do estado, a infraestrutura física de transporte rodoviário (estradas, rodovias, pontes e viadutos) é responsável pelo transporte de aproximadamente 53% das cargas no estado (BDMG, 2002). Além do transporte de cargas, a malha rodoviária atende também ao transporte de passageiros, que possui função de integração social e indução de desenvolvimento, interagindo com aspectos como educação, saúde e cultura, entre outros, que ultrapassam a área propriamente dita.

De acordo com dados da Confederação Nacional de Transportes (CNT) (Gráfico 21), 51,5% da malha rodoviária pavimentada de jurisdição estadual em Minas Gerais possui níveis de conservação e segurança regular, e 41,2%, níveis ruins ou péssimos (Pesquisa CNT de Rodovias, 2018).

⁸ Homicídio consumado, homicídio tentado, roubo tentado, roubo consumado, extorsão mediante sequestro consumado, extorsão consumada, sequestro e cárcere privado consumado, estupro consumado, estupro tentado, estupro de vulnerável consumado e estupro de vulnerável tentado

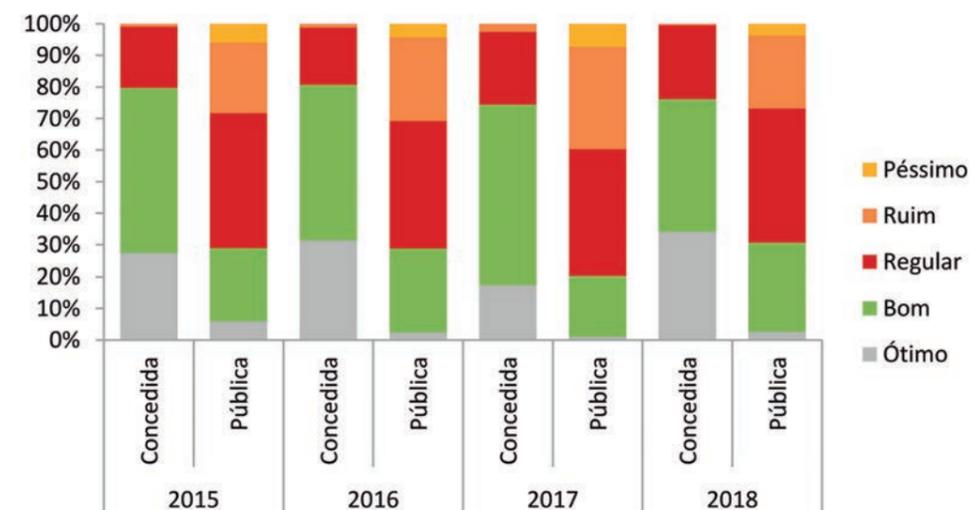
Gráfico 21: Nível de conservação e segurança da malha rodoviária de jurisdição estadual em Minas Gerais



Fonte: CNT.

Ainda conforme os resultados da pesquisa da CNT de 2018 apresentados no Gráfico 22, a malha operada via concessão privada apresenta perto de 76% das estradas em condições ótimas ou boas, ante apenas em torno de 30% das rodovias públicas na mesma situação.

Gráfico 22: Nível de Conservação e segurança da malha rodoviária de jurisdição estadual em Minas Gerais

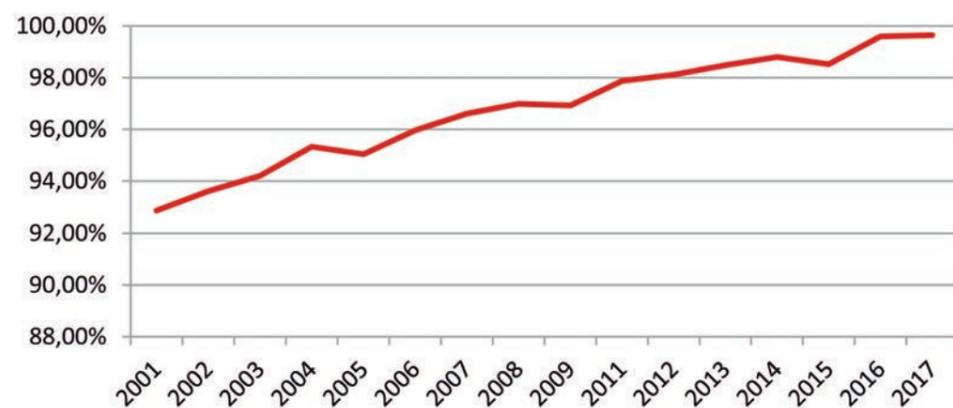


Fonte: CNT.

Dada a prevalência do modal rodoviário, torna-se relevante encontrar formas de garantir a conclusão de obras e melhorar os níveis de conservação e segurança aos usuários nas estradas mineiras.

No que diz respeito ao saneamento básico, notadamente nos aspectos de abastecimento de água e coleta de esgoto doméstico, pode ser observado um cenário em evolução gradual rumo à universalização destes serviços. No quesito de abastecimento de água, que representa os domicílios particulares abastecidos por rede de água (distribuição, poço ou nascente) com canalização interna, o estado alcançou um índice de 99,65% (Gráfico 23) em 2017. Desde 2001, esse número aumentou de 92,86% para os atuais 99,65%, mostrando forte crescimento. No entanto, Minas Gerais ainda é o 10º estado da federação neste tema.

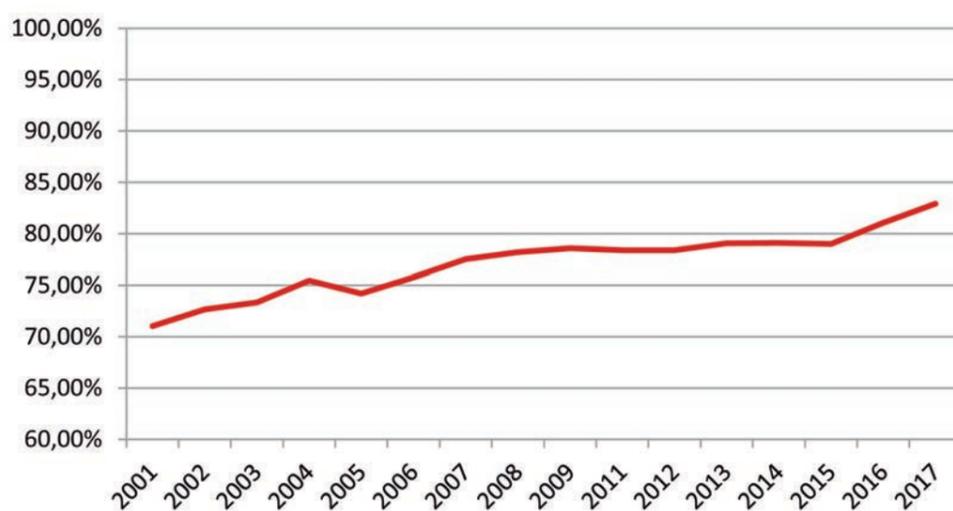
Gráfico 23: Percentual de domicílios com canalização interna - PNAD



Fonte: PNAD - IBGE (Minas em Números - [HTTP://www.numeros.mg.gov.br](http://www.numeros.mg.gov.br)).
Nota: Em 2010 não houve a PNAD, ano censitário.

Quanto ao esgoto, a situação é pior apesar de importantes avanços nos últimos dois anos. A quantidade de domicílios com acesso a rede de esgoto ou fossa séptica passou de 71,04%, em 2001, para 82,91% em 2017, colocando Minas Gerais em 4º lugar no Brasil (Gráfico 24).

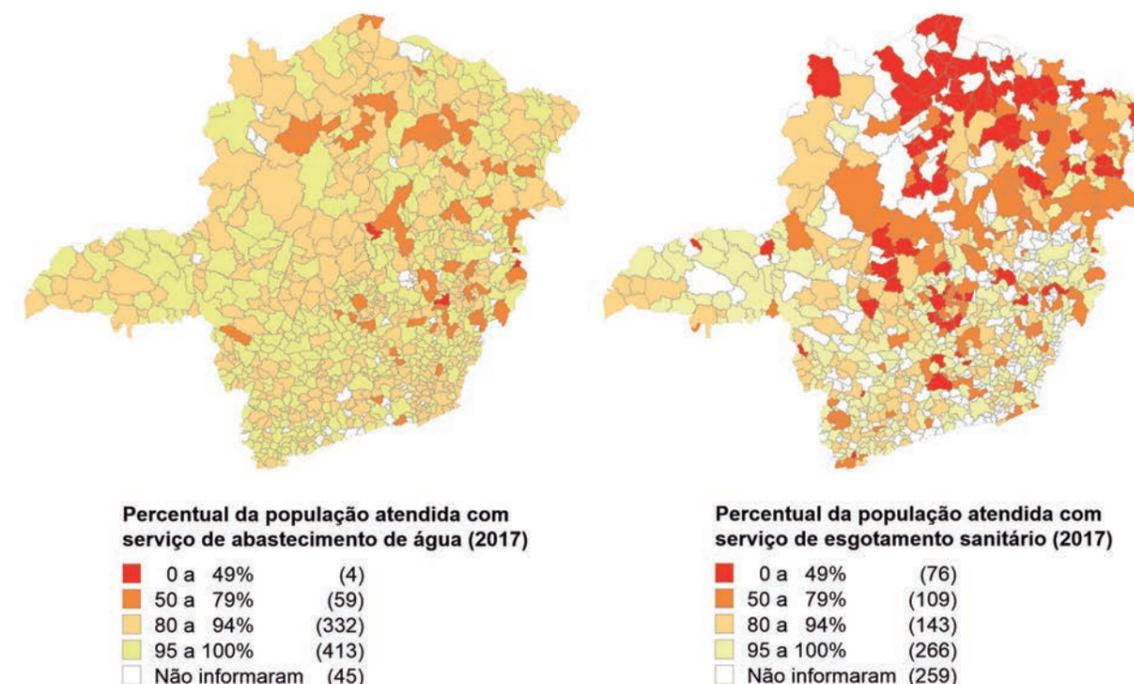
Gráfico 24: Percentual de domicílios de Minas Gerais com rede de esgoto ou fossa séptica



Fonte: PNAD - IBGE (Minas em Números - [HTTP://www.numeros.mg.gov.br](http://www.numeros.mg.gov.br)).
Nota: Em 2010 não houve a PNAD, ano censitário.

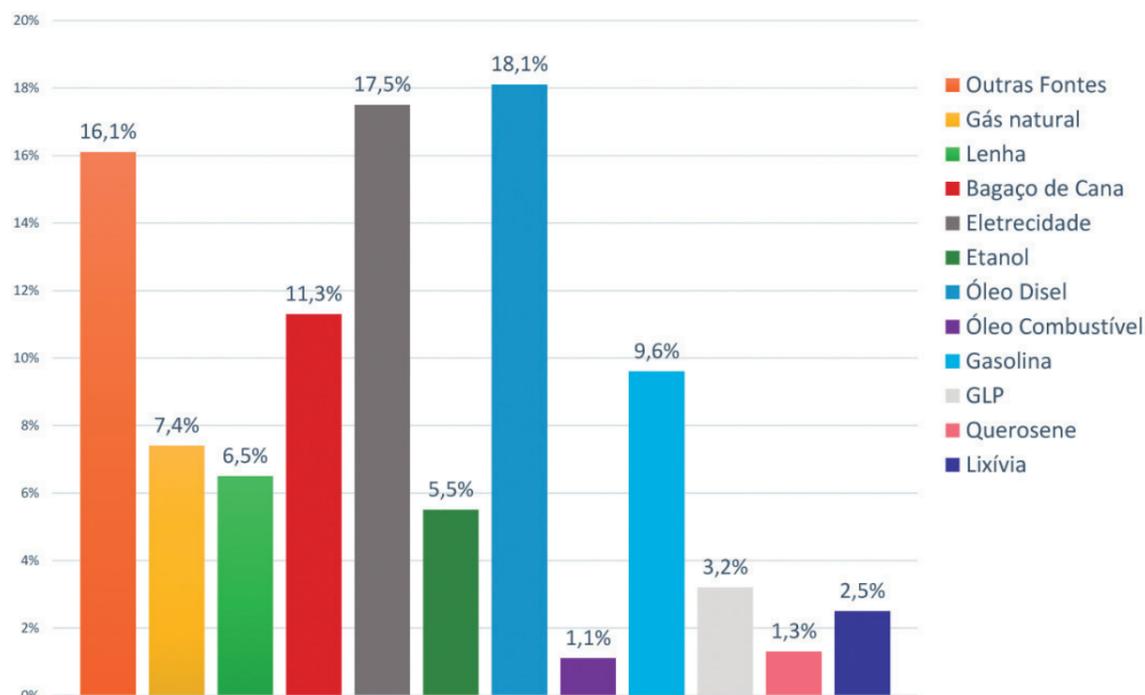
A distribuição territorial, entretanto, apresenta realidades bastante distintas (Figura 4).

Figura 4: Percentual da população atendida com serviços de abastecimento e esgotamento sanitário, 2017



Por sua vez, as discussões a respeito da matriz energética, suas principais fontes e a garantia de acesso também ganham destaque o cenário econômico brasileiro e mineiro. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, de 2017, a energia elétrica se apresenta como a segunda fonte de energia mais relevante no Brasil, representando 17,5% do consumo total, ficando atrás apenas do óleo diesel, como é possível observar no Gráfico 25.

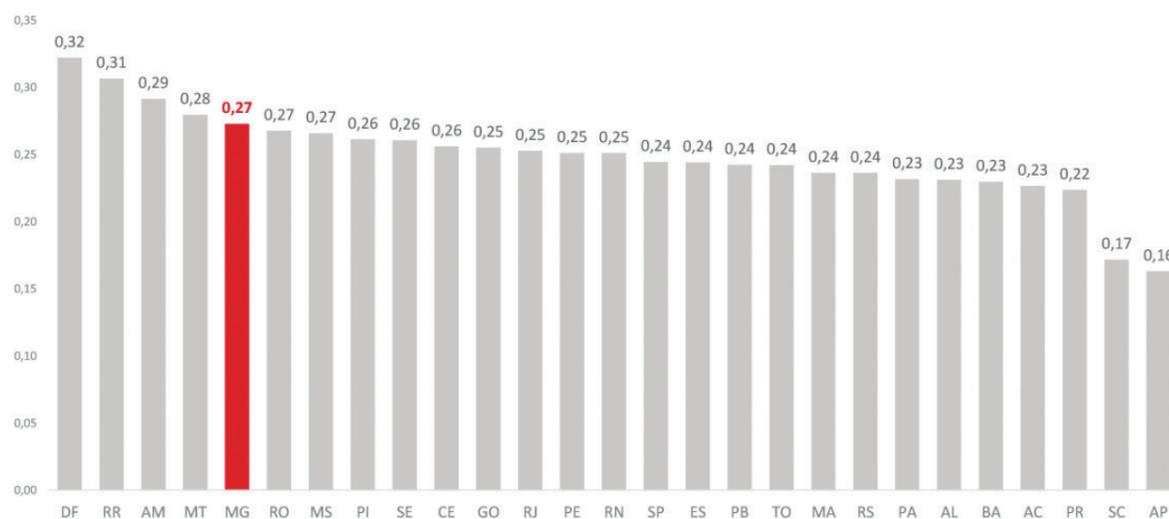
Gráfico 25 - Matriz Energética do Brasil em 2017



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

Entretanto, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Minas Gerais possui a quinta tarifa de energia elétrica mais cara do Brasil e a primeira mais cara da região sudeste (Gráfico 26), o que pode representar um gargalo para a produtividade da economia do estado. A estratégia para a expansão da geração, transmissão e distribuição deve ser pautada na diversificação da matriz energética e na melhoria da infraestrutura. Algumas das potencialidades do setor são o fomento à geração distribuída como estratégia de redução dos custos da energia e o fomento à abertura do mercado para gerar maior competitividade, levando em consideração a maturidade e institucionalidade do ambiente regulatório do setor.

Gráfico 26: Media da Tarifa de Energia Convencional por Estado (R\$ / kWh)



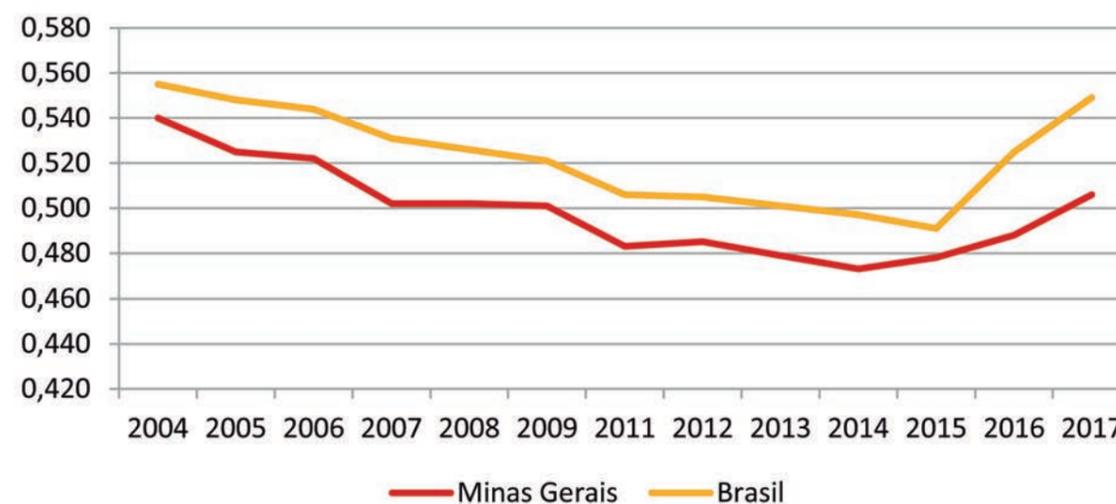
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; Aneel.

Todos os temas já abordados até aqui impactam o desenvolvimento social do estado. Deve-se observar que Minas Gerais vem apresentando o acirramento da desigualdade social nos últimos anos. Em 2014, o Índice de Gini foi de 0,473 e, em 2017, passou para 0,506, com uma variação relativa de 6,9%.

Dada a essencialidade dos serviços de saneamento básico em geral, com destaque para o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, torna-se relevante encontrar formas de garantir a ampliação do acesso e da qualidade desses serviços, tendo como norte a universalização das estruturas e a eficiência no atendimento aos usuários.

O Índice de Gini de 2017 revela um aumento das diferenças de rendimento, retornando a patamares de dez anos atrás, mesmo tendo havido uma redução da diferença durante longo período a partir de 2004. Os dados do Gráfico 27 mostram que o aumento da desigualdade de renda em Minas Gerais ocorreu a partir de 2015, antes do aumento do Brasil. Em 2014, o Índice de Gini Brasil foi 0,497, permanecendo em queda em 2015 com o valor de 0,491. Em 2016, apresentou tendência de crescimento, passando para 0,525, e, em 2017, para 0,549, conforme Gráfico 25.

Gráfico 27: Evolução do Índice GINI, 2003 - 2017

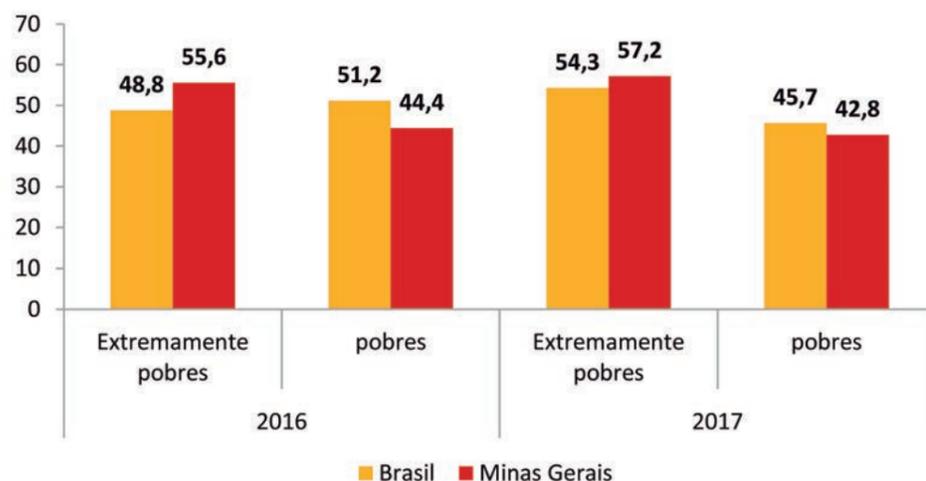


Fonte: IBGE PNAD 2004 a 2017.

Nota: para 2017, considerou-se o índice a partir da distribuição do rendimento mensal real efetivo domiciliar per capita.

O Gráfico 28 apresenta a divisão da população em situação de vulnerabilidade financeira (com renda per capita mensal inferior a R\$ 186,00), na condição de pobreza e extrema pobreza. Em 2016, 55,6% da população de Minas Gerais em situação de vulnerabilidade se encontrava em extrema pobreza, e 44,4%, na condição de pobreza. Em 2017, o primeiro grupo passou para 57,2%, e o segundo caiu para 42,8% (Gráfico 28). Ressalta-se que o percentual da população em situação de vulnerabilidade financeira em Minas Gerais foi o mesmo nos anos de 2016-2017, na ordem de 6,5% da população do Estado.

Gráfico 28: Percentual da população extremamente pobre e pobre em relação ao total da população em situação de vulnerabilidade financeira, residente em domicílios particulares permanentes no Brasil e em Minas Gerais, entre os anos 2016-2017



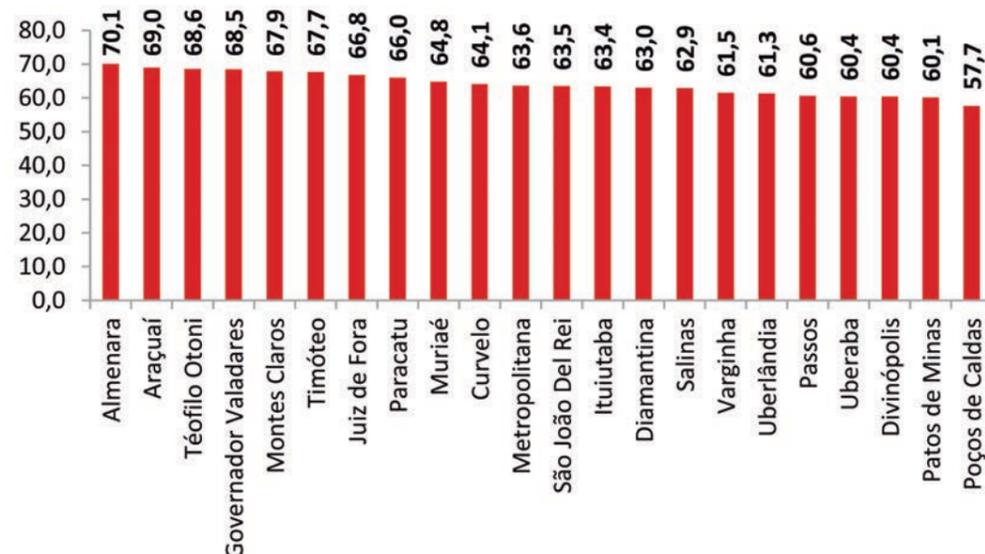
Fonte: Dados básicos: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração: FJP, Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: para o segmento extremamente pobres, utilizou-se a renda domiciliar per capita menor ou igual a R\$93,00; para o segmento pobre, utilizou-se a renda domiciliar per capita entre R\$93,00 e R\$186,00 (pobres).

Observa-se disparidades entre a realidade da população conforme os territórios: enquanto a regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) de Poços de Caldas tem 57,7% da população inscrita no Cadastro Único com idade de 18 a 64 anos sem ocupação em 2017, a regional de Almenara apresenta o percentual de 70,1% desse mesmo grupo etário.

Destaca-se que as regionais da Sedese cujos municípios historicamente se encontram com maior concentração de população em situação de pobreza são também aquelas que apresentam o maior percentual do segmento em idade produtiva sem ocupação no grupo populacional em situação de vulnerabilidade (Gráfico 29).

Gráfico 29: Percentual de pessoas em idade produtiva (de 18 a 64 anos) e sem ocupação no Cadastro Único para Programas Sociais. Ano: 2017



Fonte: Dados Básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Elaboração: FJP, Diretoria de Estatística e Informações (Direi).
Nota: Base amostral do CadÚnico.

O reconhecimento dos direitos sociais em nível constitucional fomentou a consolidação das ações que trazem em seu escopo o desafio da reconfiguração das condições da população em prol da dignidade de vida, principalmente os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social. A perspectiva da intersectorialidade entre as políticas sociais tornou-se o caminho necessário para compreender as dimensões que afetam os indivíduos e suas famílias, num esforço conjunto que abarque os desafios da realidade e as potencialidades em prol da cidadania.

Um exemplo desse desafio da intersectorialidade nas políticas sociais aponta para uma gestão ambiental voltada à sustentabilidade, que se impõe como condição para o bem-estar social de longo prazo em um dado território. Por exemplo, a perda de cobertura vegetal é variável de extrema importância para a gestão ambiental estadual, tendo em vista as consequências negativas do desmatamento (erosão de solos, desertificação, perda de biodiversidade e outros serviços ecossistêmicos).

Entre 2017 e 2018, Minas Gerais foi o estado com a maior área de Mata Atlântica desmatada no Brasil: 3.379 hectares, de acordo com a Fundação S.O.S. Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), situação que evidencia a necessidade de se empregar mais esforços para preservar os biomas do estado. É importante considerar também os outros biomas, especialmente o cerrado, cujo desmatamento vem sendo reduzido ao longo dos últimos dez anos, segundo dados do Inpe, mas que merece destaque em função de sua relevância ecológica e extensão territorial no estado.

Outro ponto de atenção é a disponibilidade e qualidade da água. A escassez hídrica vivida em anos recentes, que afetou tanto o abastecimento de água quanto a geração de energia hidrelétrica, remete à necessidade de se antecipar às incertezas climáticas. Deve-se, assim, adotar uma política estadual da água, com aproveitamento, planejamento e gestão racional dos recursos hídricos.

A intensidade de emissões de gases de efeito estufa pela economia de Minas Gerais em 2014 aponta para o fato de que, de acordo com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), foram emitidas 124 milhões de toneladas de carbono equivalente, o que representa um acréscimo de 24% em relação a 2005.

Além disso, destaca-se a necessidade de se expandir e melhorar os serviços de disposição adequada de resíduos sólidos, que, de acordo com dados da Feam, ainda alcançam menos de 60% da população urbana do estado.

3. IDENTIDADE, OBJETIVOS, INDICADORES E METAS PARA 2030

Neste contexto marcado pela escassez de recursos para fazer frente às demandas da sociedade, os governos e gestores precisam escolher alternativas que possam maximizar a eficiência, a eficácia e a efetividade do emprego de tais recursos, com vistas ao atendimento dos anseios da sociedade. Todavia, considerando a complexidade dos problemas econômicos e sociais, não se pode descartar um problema recorrente de planejamento que nasce na dificuldade dos gestores públicos de selecionar prioridades e orientar as ações de curto prazo pela visão de longo prazo.

Diante deste contexto, e assumindo a responsabilidade de definir prioridades, este Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) tem como desafio conciliar os dois compromissos fundamentais para o desenvolvimento de Minas Gerais. O primeiro voltado aos temas imediatos da crise fiscal e orçamentária; o segundo buscando orientar a construção do futuro dos mineiros. Este desafio está traduzido na visão de futuro, definida como: orgulho de ser mineiro.

Princípios

Em outras palavras, embora se reconheçam os inúmeros obstáculos, há um olhar para o futuro, um desejo de construir um amanhã mais auspicioso para o estado. Na construção deste futuro, os princípios precisam ser compartilhados para orientar o comportamento e a atuação de todos os participantes deste processo. Em ambiente de mais autonomia para os servidores, princípios direcionam e garantem o alinhamento da ação estatal. Neste PMDI, estes princípios estão assim sintetizados:

- I. Foco nos resultados, respeitada a justiça nos meios.
- II. O cidadão é quem gera riqueza, cabendo ao Estado a função de regulação da economia e de promoção da justiça social.
- III. Estímulo à concorrência, garantia e proteção da propriedade e do patrimônio, cumpridas suas funções sociais.
- IV. Equilíbrio Fiscal como base na redução e no controle de despesas, bem como no aperfeiçoamento da tributação e na retomada do crescimento econômico a longo prazo.
- V. Descentralização de decisão e delegação de funções a terceiros.
- VI. Desburocratização dos processos em geral.
- VII. Simplificar e dar mais eficiência, clareza e objetividade às ações, acompanhando a efetividade das mesmas.
- VIII. Integração entre áreas e órgãos por meio de ações e informações transparentes e compartilhadas.
- IX. O servidor e o cidadão são autônomos, responsáveis e responsabilizáveis por seus atos.
- X. Meritocracia, com igualdade de oportunidades e justiça social.

Identidade

Quatro bandeiras foram definidas para marcar a identidade que queremos para Minas Gerais.

Elas buscam também orientar a tomada de decisão em todos os níveis, direcionar e fortalecer o desempenho, além de ser o alicerce para definição dos objetivos até 2030.

Esses são os pilares deste plano, a identidade se quer para o estado, um governo eficiente e inovador a serviço das pessoas; focado nas suas responsabilidades essenciais; protagonista no desenvolvimento econômico e tecnológico e com um governo com alto grau de investimento reconhecido pelas instituições de risco pela excelência na gestão fiscal sustentável.

Essas bandeiras devem ser as principais referências do governo em suas ações cotidianas, orientar a gestão e influenciar o processo decisório. Seu objetivo primordial é assegurar a continuidade dos esforços e coordenar as diversas iniciativas, evitando a dispersão de recursos e tempo.

Governo eficiente e inovador a serviço das pessoas



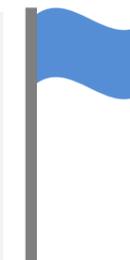
Governo focado em suas responsabilidades essenciais



Economia mineira como protagonista no desenvolvimento econômico e tecnológico



Governo com alto grau de investimento reconhecido pelas instituições de risco pela excelência na gestão fiscal sustentável



Novos modelos de gestão, impondo arranjos não apenas estatais para lidar com problemas coletivos complexos para atender as crescentes demandas por serviços públicos mais responsivos, transparentes e sustentáveis. Governo com modelos integrados de gestão, capazes de incorporar tecnologias emergentes e prestar serviço com mais qualidade e menos custos para o cidadão. Governo que adota práticas colaborativas, para que esses sistemas promovam a capacidade de inovar, de forma a atender às reais necessidades das pessoas e aos valores do setor público, com processos sistemáticos de avaliação de políticas públicas.

O governo direcionando seus melhores esforços na busca da excelência nas suas missões essenciais, produzindo saltos de qualidade. Novos arranjos que garantam a prestação de serviços públicos com qualidade, independentemente de quem seja o responsável pela prestação desses serviços.

Estado com tributos simplificados, processos de regularização mais ágeis, com maior liberdade econômica e segurança jurídica, propiciando um ambiente atrativo para novos negócios. Minas Gerais com cadeias produtivas fortalecidas e diversificadas, com desenvolvimento de elos produtivos de maior agregação de valor e produtividade, com foco em C&T e inovação. Empreendedores mineiros protagonistas, nos cenários nacional e internacional, criando e desenvolvendo iniciativas inovadoras para desenvolvimento sustentável das regiões.

Estado com capacidade de honrar seus compromissos tempestivamente com reconhecimento pelo mercado por sua solidez financeira e institucional. O equilíbrio das contas públicas atraindo parcerias com o setor privado e otimizando custos com fornecedores. Estado pautado pela responsabilidade fiscal, valorizando suas atividades finalísticas e garantindo a prestação de serviços com qualidade à sociedade mineira.

Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

A partir da visão de longo prazo para 2030 e das bandeiras definidas, sem nunca abandonar os princípios, foram estabelecidos dez objetivos estratégicos, representando o que queremos alcançar até 2030:

1. Ser um Estado simples, eficiente, transparente e inovador.
2. Aumentar a segurança e a sensação de segurança.
3. Proporcionar acesso a serviços de saúde de qualidade.
4. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas.

5. Ser referência em qualidade, eficiência e oportunidade em ensino.
6. Reduzir a vulnerabilidade social, promovendo o acesso a direitos e a trajetória para a autonomia.
7. Desestatizar e estabelecer parcerias com o setor privado.
8. Recuperar o equilíbrio econômico e financeiro do Estado.
9. Ser o melhor destino turístico e cultural do Brasil.
10. Ser o Estado mais competitivo e mais fácil de se empreender no Brasil, em agronegócio, indústria e serviços, propiciando ambiente para maior geração de emprego e renda e promovendo o desenvolvimento regional com vistas à redução das desigualdades.

Visão de Futuro 2030 - Orgulho de ser mineiro



Indicadores e Metas até 2030

Para cada objetivo, um ou mais indicadores irão ajudar no monitoramento do alcance desejado.

Objetivo	Indicador	Descrição	Valor de Referência	Ano de Referência	Fonte	Periodicidade	Polaridade	Metas		
								2022	2026	2030
I) Ser um Estado simples, eficiente, transparente e inovador	Índice de transformação digital do serviço público	Serviços oferecidos por meio digital	45 %	2018	Seplag	Anual	↑	60 %	70 %	80 %
	Razão das despesas de custeio e investimento com recursos ordinários, das áreas finalísticas não obrigatórias em relação às mesmas despesas das áreas meio	Razão das despesas de custeio e investimento com recursos ordinários, das áreas finalísticas não obrigatórias em relação às mesmas despesas das áreas meio	2,4	2018	Seplag	Anual	↑	2,6	2,9	3,2
	Prazos de licenciamento	Esse indicador será obtido pela modalidade de licenciamento convencional, pela seguinte fórmula de cálculo: Σ (data da finalização do processo no ano de referência - data de formalização)/total de processos finalizados no ano de referência	NA	NA	SISEMA	Anual	↓	180	150	120
II) Aumentar a segurança e a sensação de segurança	Taxa de crimes violentos (ICV-11)	Taxa por 100.000 hab	445,4	2018	OSPC / Sejusp	Mensal	↓	440,5	420,2	380
	Taxa de homicídios	Taxa por 100.000 hab	14,7	2018	OSPC / Sejusp	Mensal	↓	14,5	14	13,5
III) Proporcionar acesso a serviços de saúde de qualidade	Percentual de internações por condições sensíveis à atenção primária	(N. de internações por condições sensíveis à atenção básica / N. total de internações) * 100	29,65 %	2018	SIH / SUS	Semestral	↓	27,4 %	25,3 %	20 %
	Taxa de resolubilidade Macrorregional	Total de procedimentos de alta complexidade hospitalar executados no âmbito da macrorregião de saúde / Total de procedimentos de alta complexidade hospitalar programados para atendimento no âmbito da macrorregião de saúde	89,82	2017	SES / SDCAR DRAA	Anual	↑	91,5	91,86	92,05
	Taxa de mortalidade infantil	Taxa por 1.000	11,43	2017	SIM / SINASC Ministério da Saúde	Anual	↓	11	10,50	9,70
	Taxa de mortalidade prematura (30 a 59 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças Crônicas não transmissíveis (DCNT) - doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, diabetes mellitus e neoplasias	Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (por 100 mil)	289,62	2018	SIM Ministério da Saúde	Anual	↓	278,2	261,89	241,56
IV) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas	Razão entre áreas restauradas/conservadas em relação às áreas suprimidas	(Total de áreas conservadas ou restauradas) / (Total de áreas suprimidas)	NA	NA	SISEMA	Anual	↑	1,03	1,09	1,15
	Índice de Qualidade da Água nas bacias do estado de Minas Gerais	O indicador corresponde ao cálculo do percentual do número estações de monitoramento que apresentaram Índice de Qualidade da Água (IQA) maior que 70 (classes do IQA Bom e Excelente), considerando as estações de monitoramento da rede básica do ano em referência	24%	2018	SISEMA	Anual	↑	28%	32%	36%

Objetivo	Indicador	Descrição	Valor de Referência	Ano de Referência	Fonte	Periodicidade	Polaridade	Metas		
								2022	2026	2030
V) Ser referência em qualidade, eficiência e oportunidade em ensino	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do 5o ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual	Prova Brasil	6,5	2017	INEP / MEC	Bienal	↑	6,8	7,1	7,4
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do 9o ano dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual	Prova Brasil	4,4	2017	INEP / MEC	Bienal	↑	4,8	5,2	5,6
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do 3o ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual	Prova Brasil	3,6	2017	INEP / MEC	Bienal	↑	4,2	4,7	5,3
	PROEB do 5o ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual	Desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática em testes de larga escala.	LP: 222,1 Mat: 230,9	2018	SEE	Bienal	↑	LP: 227; Mat: 241,5	LP: 234,5 Mat: 252,7	LP: 241; Mat: 261,3
	PROEB do 9o ano dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual	Desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática em testes de larga escala.	LP: 251,9; Mat: 256,1	2018	SEE	Bienal	↑	LP: 260,6; Mat: 264	LP: 267,3 Mat: 270	LP: 274,2; Mat: 276,2
	PROEB do 3o ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual	Desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática em testes de larga escala.	LP: 272,1 Mat: 268,9	2018	SEE	Anual	↑	LP: 280,8; Mat: 278,3	LP: 291,2; Mat: 288,1	LP: 302,1 Mat: 301,6
VI) Reduzir a vulnerabilidade social promovendo o acesso a direitos e a trajetória para autonomia	Percentual de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza inscritas no CadÚnico em relação à população de MG	Relação entre o nº de pessoas extremamente pobres inscritas no CadÚnico e a população total de MG	12,76 %	2018	CADÚnico / Sedese	Anual	↓	12,27 %	10,57 %	8,47 %
	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza inscritas no CadÚnico em relação à população de MG	Relação entre o nº de pessoas pobres inscritas no CadÚnico e a população total de MG	17,77 %	2018	IBGE /Sedese	Anual	↓	16,65 %	14,53 %	12,41 %
VII Estabelecer parcerias com o setor privado	Estado de conservação das estradas mineiras	Percentual de Rodovias em Estado de Conservação Bom e Ótimo	70 %	2018	CNT / DEER	Anual	↑	70 %	72,5 %	75 %
VIII) Recuperar o equilíbrio econômico e financeiro do Estado	Receita Tributária (R\$)	Arrecadação de impostos (ICMS + IPVA +ITCD +Taxas SEF)	55,4B	2018	SEF	Mensal	↑	67 B	80,2 B	96,4 B
	Índice de comprometimento com despesa de pessoal	Relação entre o gasto com pessoal e a RCL (Receita Corrente Líquida)x100	66,65 %	2018	SEF	Mensal	↓	57 %	49 %	46,5 %
IX) Ser o melhor destino turístico e cultural do Brasil	Fluxo de Turistas em MG	Número absoluto do fluxo de turistas no Estado	20,8 M	2018	Observatório do Turismo	Mensal	↑	32,8 M	39,3 M	47,2 M
X) Ser o Estado mais competitivo e mais fácil de se empreender no Brasil, em agronegócio, indústria e serviços, propiciando ambiente para maior geração de emprego e renda e promovendo o desenvolvimento regional com vistas à redução das desigualdades.	Taxa de crescimento do PIB de MG	Variação do PIB Real / PIB Real	1,2 %	2018	FJP	Trimestral	↑	2,1 %	2,3 %	2,6 %
	Participação de MG no PIB brasileiro	PIB de MG / PIB Brasileiro * 100	8,8 %	2018	FJP e IBGE	Anual	↑	8,81 %	8,91 %	9,12 %
	Saldo de empregos formais criados	Evolução do nível de emprego = empregados admitidos - empregados desligados	-242.070	2015-2018	CAGED	Mensal	↑	600.000 (2019-2022)	910.000 (2019-2026)	1.260.000 (2019-2030)
	Taxa de ocupação	(Nº de Ocupados / População Economicamente Ativa) x 100	89,29%	2018	IBGE	Mensal	↑	90,24 %	92,70 %	95,15 %
	Investimentos atraídos (R\$)	Valor absoluto de investimentos atraídos para o Estado via assinatura de protocolos de intenção e aditivos	28,2B	2015-2018	INDI	Mensal	↑	150 B (2019-2022)	190 B (2023-2026)	210 B (2027-2030)
	Participação mineira no Valor Bruto da Produção nacional Lavouras e Pecuária	% do Valor Bruto de Produção Agropecuária de MG em relação a do Brasil	10,21%	2018	Ministério da Agricultura	Anual	↑	10,30 %	10,90 %	11,50 %
	Crescimento das exportações mineiras em produtos do agronegócio	Evolução do total de exportações do agronegócio em relação ao ano anterior (Valor absoluto do ano / Valor absoluto do ano anterior)*100	- 0,18%	2018	Comex Stat do Ministério	Anual	↑	6 %	15 %	20 %
Índice de Cobertura do Transporte Metropolitano	Percentual da população urbana atendida em até 500m de alguma rota de ônibus do sistema metropolitano, excluindo-se Belo Horizonte.	91,18%	2018	Seinfra	Anual	↑	93%	95%	97%	

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As Diretrizes Estratégicas foram organizadas por Áreas Temáticas, que são compostas pelas Áreas Temáticas Finalísticas e pelas Áreas Temáticas de Apoio e Suporte.

As Áreas Temáticas Finalísticas são aquelas que produzem resultados diretos para os cidadãos, são as responsáveis por consolidar as transformações necessárias e desejadas para o alcance da visão de futuro e dos objetivos estratégicos, observando os princípios definidos.

Essas Áreas reúnem os melhores esforços e recursos visando às transformações e melhorias desejadas em direção à visão de futuro e às metas de médio e longo prazo.

Já as Áreas Temáticas de Apoio e Suporte fornecem toda a sustentação necessária às Áreas Temáticas Finalísticas na consecução de seus objetivos e no alcance das metas e resultados.

São 14 as Áreas Temáticas, sendo nove Áreas Temáticas Finalísticas e cinco Áreas Temáticas de Apoio e Suporte.

Finalísticas



Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Cultura e Turismo



Desenvolvimento Econômico



Desenvolvimento Social



Educação



Infraestrutura e Mobilidade



Meio Ambiente



Saúde



Segurança Pública

Apoio e Suporte



Advocacia-Geral



Fazenda



Governo e Gabinete Militar



Transparência, Combate à Corrupção, Integridade e Ouvidoria



Planejamento e Gestão

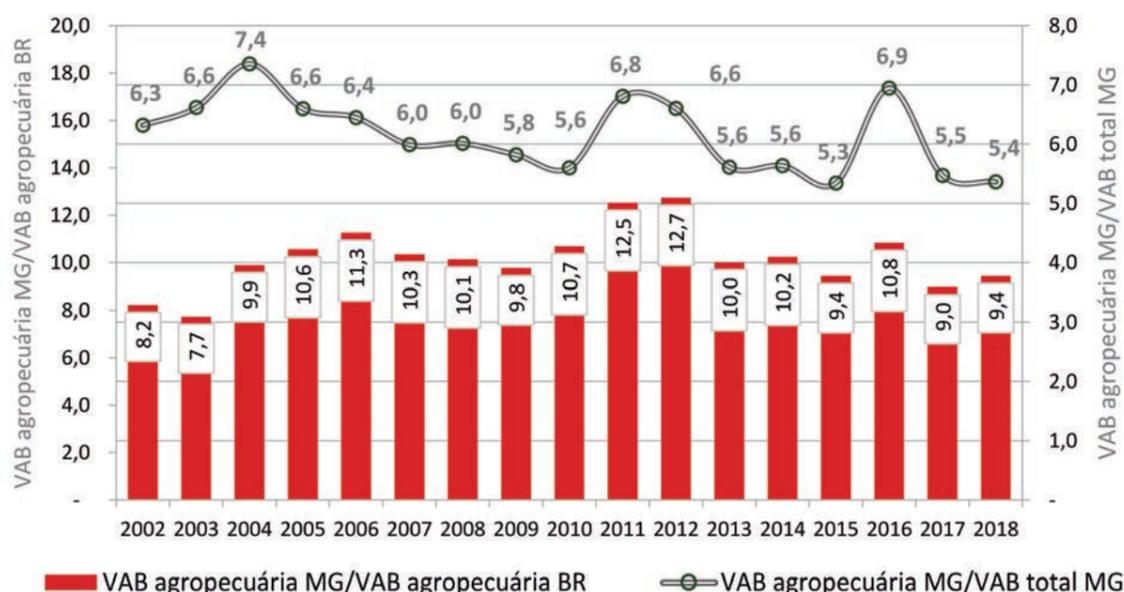
4.1. Diretrizes Estratégicas para Áreas Temáticas Finalísticas

4.1.1 Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A produção agropecuária de Minas Gerais tem uma grande importância na geração de riqueza e possui grande diversificação de produtos e relevância no conjunto nacional. As exportações mineiras de produtos relacionados à agropecuária representaram cerca de 8% do equivalente nacional em 2018, com destaque para café, soja, carnes e açúcar⁹. Os dados preliminares do PIB indicaram que a participação mineira na agropecuária brasileira correspondeu a 9,0% e 9,4%, respectivamente, em 2017 e 2018¹⁰, conforme ilustra o Gráfico 30.

Em 2017, Minas Gerais produziu o equivalente a 54,3% da produção brasileira de café, equivalente a 15,8% da produção mundial¹¹. Também foi o principal produtor brasileiro de batata-inglesa e de alho, o segundo na produção de abacaxi e de feijão, além de destaque nos cultivos de cana-de-açúcar, banana, soja, laranja e tomate.

Gráfico 30: Participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária de Minas Gerais no VAB total de Minas Gerais e no VAB da agropecuária do Brasil - 2002 - 2018



Fonte: FJP, Diretoria de Estatísticas e Informações (Direi); IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.

No que se refere à farta variedade de produtos típicos ofertados pelo estado, alguns itens reconhecidos pela qualidade, diferenciação e especialização têm sido beneficiados pelos avanços nos processos de certificação sanitária e de qualidade, a exemplo do queijo, da cachaça, favorecendo a agregação de valor, competitividade e mais inserção no mercado interno e externo.

Na pecuária, Minas Gerais registrou o terceiro maior rebanho de bovinos e o quarto maior de suínos e de aves. Entre os produtos de origem animal, manteve a maior produção de leite (26,6% do total nacional) e grande produção de mel e de ovos de galinha e de codorna, como apontam os dados da Pesquisa Pecuária Municipal - PPM¹².

Apesar da pujança, o grande potencial da agropecuária mineira está ainda latente em muitos segmentos da cadeia produtiva, em que se identificam tipos e escalas de produção que variam da pequena produção familiar de subsistência às grandes cadeias do agronegócio.

A agricultura familiar é fonte de emprego, renda e integração social para um grande contingente de famílias, além de suprir grande parte do mercado estadual de alimentos. Nas últimas duas décadas, muitos programas e políticas foram direcionados à agricultura familiar, sendo ainda fundamentais para o setor o desenvolvimento de ações de pesquisa e transferência de tecnologias, de assistência técnica e extensão rural e de regularização fundiária e da atividade econômica.

Nas cadeias produtivas de café, leite, soja, carnes, frutas e sucroalcooleiro, verifica-se forte diferenciação interna de estrutura e de porte tecnológico. Esta situação evidencia a necessidade de investimentos em pesquisa, tecnologias, assistência técnica, extensão rural e defesa agropecuária para todos os estratos de produtores de forma a estimular os empreendimentos e potencializar os resultados em produtividade em um curto espaço de tempo.

Além do enfoque econômico, a prática sustentável é premente na agropecuária. A produção integrada, a produção orgânica e o bem-estar animal são práticas crescentemente demandadas pela sociedade. Não obstante os programas de incentivo à adoção de modelos de produção de base ecológica, fica evidente a necessidade de adoção de boas práticas agropecuárias na condução dos processos produtivos na perspectiva de conservar, proteger ou de recuperar os recursos naturais.

Com relação à vigilância sanitária, o Estado tem um sistema de vigilância sanitária e defesa agropecuária das mais avançadas no país, mas com enormes desafios a enfrentar, consolidando a segurança dos alimentos e da produção agropecuária, com melhores processos e que confirmam mais competitividade ao agronegócio mineiro.

⁹ Secretária de Comércio Exterior/Ministério da Economia.

¹⁰ PIB trimestral/FJP e CNT/IBGE.

¹¹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – (FAO).

¹² PPM/IBGE

Diretrizes Estratégicas:

- Agregar valor ao longo de toda a cadeia agropecuária de Minas Gerais, alavancando inovações tecnológicas e assegurando a certificação e a defesa agropecuária.
- Promover a diversificação da produção agropecuária, reduzindo o risco da exposição às oscilações de mercado.
- Mitigar a pobreza no campo, enfrentando-a com ações de educação, geração e difusão de tecnologia e assistência técnica qualificada, e estimulando o cooperativismo.
- Estimular a organização da produção por meio do fomento à agroindustrialização, ao empreendedorismo e ao acesso a mercados, além de atividades não agrícolas no espaço rural, valorizando as aptidões regionais.
- Ampliar a capacidade de resposta do Estado à demanda de regularização fundiária.
- Racionalizar o uso dos recursos públicos e incentivar inovações digitais, propiciando mais eficiência e qualidade dos serviços oferecidos.
- Promover o uso sustentável dos recursos ambientais para a produção agropecuária. Dar celeridade na implantação de empreendimentos para agricultura irrigada, por meio da coordenação ativa com outros órgãos.
- Promover o adequado acesso a insumos e a equipamentos agropecuários.
- Fortalecer a agricultura familiar e contribuir para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais e de beneficiários de reforma agrária, estimulando a inclusão econômica, produtiva e social, por meio do estímulo à sucessão rural, ao associativismo e ao cooperativismo.
- Promover a cidadania e a dignidade da vida no campo.
- Fomentar a segurança alimentar e nutricional sustentável, incluindo o acesso e o uso sustentável da água.
- Desenvolver e implantar políticas públicas de convivência com o clima e com o território do semiárido e de atração de novos investimentos, promovendo a integração econômica dessa região.

4.1.2 Cultura e Turismo

A cultura e o turismo são atividades de extrema importância para a inovação, diversificação e ativação da economia de Minas Gerais.

O conceito de cultura abarca aspectos bastante diversificados e inclui não somente as artes e as letras, mas também modos de vida, direitos fundamentais, sistemas de valores, tradições e crenças. É, portanto, um “(...) o complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social”, conforme definição da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e a Cultura (Unesco, 1982).

Em relação ao impacto econômico das ações de cunho cultural, é importante destacar que, para cada R\$1,00 captado e executado de projetos culturais por intermédio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, é gerado em média R\$1,59 na economia local (onde o projeto é executado), conforme estimativa da Fundação Getúlio Vargas para o Ministério da Cultura (Secretaria Especial da Cultura, 2018). Em comparação com outros setores da economia, estes efeitos são proporcionalmente altos.

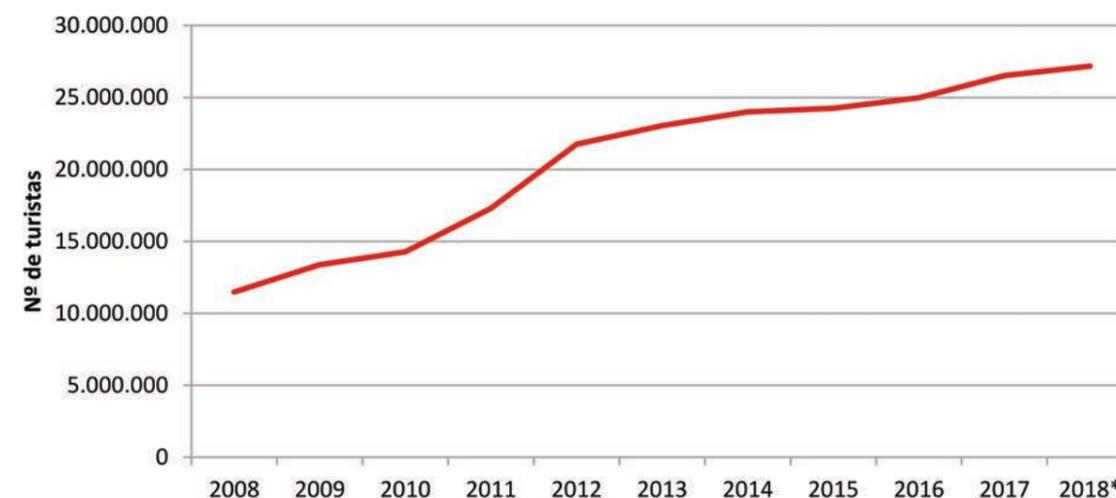
O turismo por sua vez, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) diz respeito “às atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras “ (OMT, 2001).

O turismo, como um dos aspectos da cultura, é uma atividade econômica que pode ser entendida como “exportadora” de produtos e serviços e tem potencial de alavancar emprego e renda em nível local. Congrega externalidades positivas e impactos negativos, tendendo a aumentar a oferta e a qualidade dos produtos e serviços locais, além da renda local. Por sua vez, os atrativos turísticos possuem capacidade limitada de carga, sejam naturais ou antrópicos, sofrem com a sobrecarga da infraestrutura (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de lixo e esgoto), aumento de preços, entre outros conflitos. Ao poder público, cabe gerenciar o processo de forma a minimizar os problemas e maximizar os impactos positivos da atividade a partir da identidade e vocação local.

Num território que oferta inúmeros atrativos de riqueza cultural e natural, Minas Gerais possui oportunidades únicas de integração e catalisação de esforços entre políticas voltadas à Cultura e ao Turismo.

Em 2018, Minas Gerais foi visitado por pouco mais de 28 milhões de turistas, com gastos totais de aproximadamente 18 bilhões de reais. Entre 2008 e 2018, o número de turistas cresceu 137% (9% ao ano em média) e a renda média gasta cresceu 200% (11,6% ao ano em média), com tendência de crescimento constante, apesar de episódios isolados de queda e estagnação, como mostram os Gráficos 31 e 32. Apesar da crise, tanto o fluxo de turistas como a receita turística têm apresentado uma trajetória de crescimento.

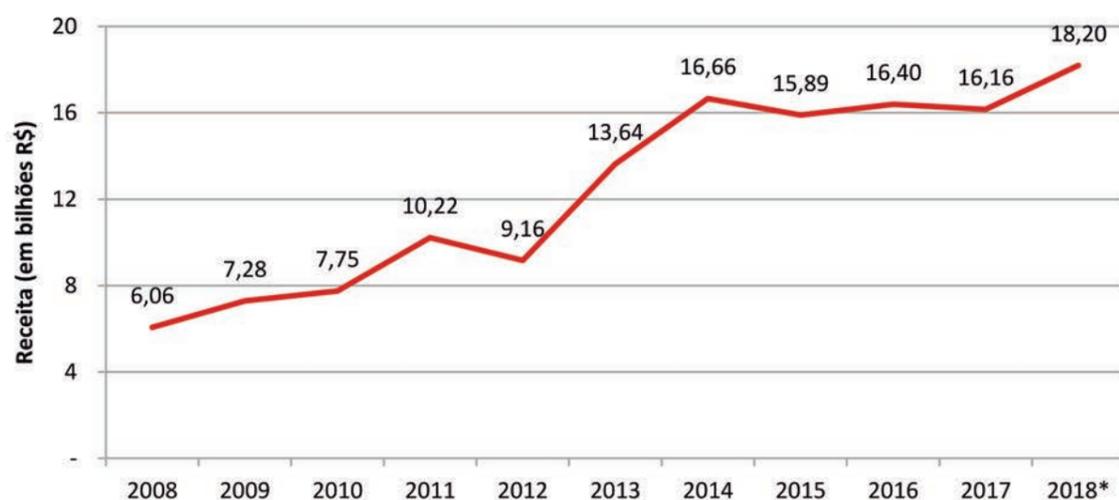
Gráfico 31: Fluxo Turístico – Minas Gerais – 2008-2018



Fonte: Setur-MG (2018), Anuário do Turismo em Minas Gerais.
Nota (*): Dados estimados.

Os maiores gastos no setor são com hospedagem (31%), alimentação (24%), compras (22%) e atrativos (7%). Os motivos das viagens são lazer (40%), visitas a parentes e amigos (30%) e negócios (15%), de acordo com o Observatório do Turismo da Setur, disponível em <https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo/faca-parte>. Entre os visitantes a lazer, destacam-se aqueles que buscaram o turismo cultural (45,3%) e o ecoturismo (35,7%).

Gráfico 32: Receita Turística – Minas Gerais – 2008-2018



Fonte: Setur (2018), Anuário do Turismo em Minas Gerais.
Nota (*): Dados estimados.

A oferta turística de Minas Gerais, além de expressiva, diversificada e relativamente bem distribuída entre os territórios, é apta ao desenvolvimento de vários segmentos, com destaque para o turismo cultural. Entre os atrativos identificados, 70% são culturais e 23,8% naturais, o que mostra a potencialidade do turismo cultural, com destaque para os subsetores artístico, religioso e gastronômico, e do turismo de natureza e aventura. O turismo de negócios e eventos também possui grande representatividade em municípios de médio para grande porte, como a capital Belo Horizonte. Entre os atrativos identificados, 58% são de atratividade regional, 41,2%, nacional e 0,8%, internacional.

A integração dos esforços voltados à Cultura e ao Turismo - tanto no sentido das políticas públicas quanto na articulação junto à sociedade e ao setor privado - tende a catalisar o desenvolvimento mineiro, por meio da diversificação e ativação de sua economia. Ações voltadas aos diversos territórios mineiros servirão como estratégia para atacar as desigualdades entre as regiões do estado.

Diretrizes Estratégicas:

- Fortalecer as identidades de Minas Gerais e alavancar suas vocações regionais e locais, tornando o Estado o melhor destino turístico e cultural do País e promovendo o desenvolvimento da atividade econômica.
- Fomentar as cadeias produtivas de cultura e turismo, por meio da inovação e do empreendedorismo, visando à democratização do acesso a seus bens e ao desenvolvimento humano, social e econômico do Estado.
- Fortalecer o sistema de financiamento à cultura e desenvolver novos mecanismos de financiamento, em parceria com o setor privado e a sociedade, para incentivar opções turísticas e culturais e garantir a preservação do patrimônio material e imaterial.
- Promover maior integração entre cultura e turismo, para que ambos os setores possam crescer e se apoiar, sem desconsiderar suas particularidades.
- Favorecer a desconcentração do investimento nas políticas culturais, para racionalizar recursos, promover a descentralização de iniciativas, maximizar seu impacto e melhorar a qualidade das opções turísticas e culturais oferecidas em Minas Gerais a seus cidadãos e visitantes.
- Garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura e apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais por meio da democratização do acesso aos bens de cultura.
- Proteger o patrimônio cultural de Minas Gerais, constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores de nossa sociedade.

4.1.3 Desenvolvimento Econômico

Um dos papéis do Estado é promover melhorias nas condições de mercado, com o intuito de aumentar a capacidade produtiva de determinada região. Nessa perspectiva, o Estado não deveria ser um entrave ao desenvolvimento, mas, sim promover uma base regulatória que culmine em um ambiente econômico mais competitivo, estável e atrativo a investimentos privados e próspero para os empreendimentos locais, gerando emprego, renda e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida da população.

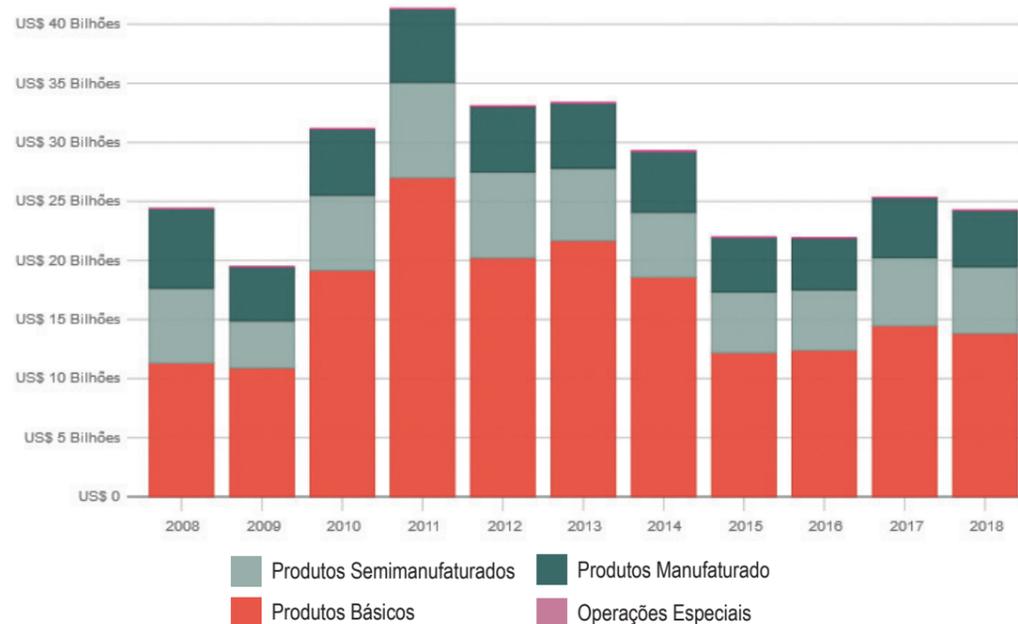
Além disso, urge como desafio a solução de gargalos de infraestrutura para atração e modernização de investimentos, com destaque para os modais logísticos e a base energética, para os quais demanda-se atuação estatal na articulação da participação do setor privado de modo a viabilizar os investimentos necessários.

Ao longo da história do desenvolvimento econômico, a despeito das formas de governo, as economias sempre enfrentaram os desafios de sustentação, expansão e ganhos de novos mercados. Subjacentes a tais desafios, estão mudanças de patamares e saltos qualitativos. Nas últimas três décadas, as principais rupturas se deram por intermédio da expansão dos mercados, sendo necessário, agora, possibilitar a diversificação e o aumento da competitividade e produtividade.

No processo de desconcentração e reestruturação produtiva em curso, a partir dos quais as bases produtivas não necessariamente se organizam em torno de um único pólo e as relações de trabalho são flexibilizadas em especial considerando a inserção de novas tecnologias nos processos produtivos, Minas possui desafios próprios devido à sua trajetória econômica e histórica, com destaque para a necessidade de fortalecimento da economia por meio de sua diversificação, tanto de sua pauta exportadora, com bens de maior valor agregado, quanto a composição economia em si.

No que tange à exportação, conforme supracitado, no ano de 2018, Minas Gerais ficou em 3º lugar no ranking dos estados brasileiros, representando 10,1% das exportações nacionais. O Gráfico 33 abaixo demonstra uma tendência de queda na variação dos valores das exportações ao longo da década iniciada em 2011, com leve tentativa de recuperação nos últimos dois anos, a ser acompanhada nos próximos exercícios para que se confirme.

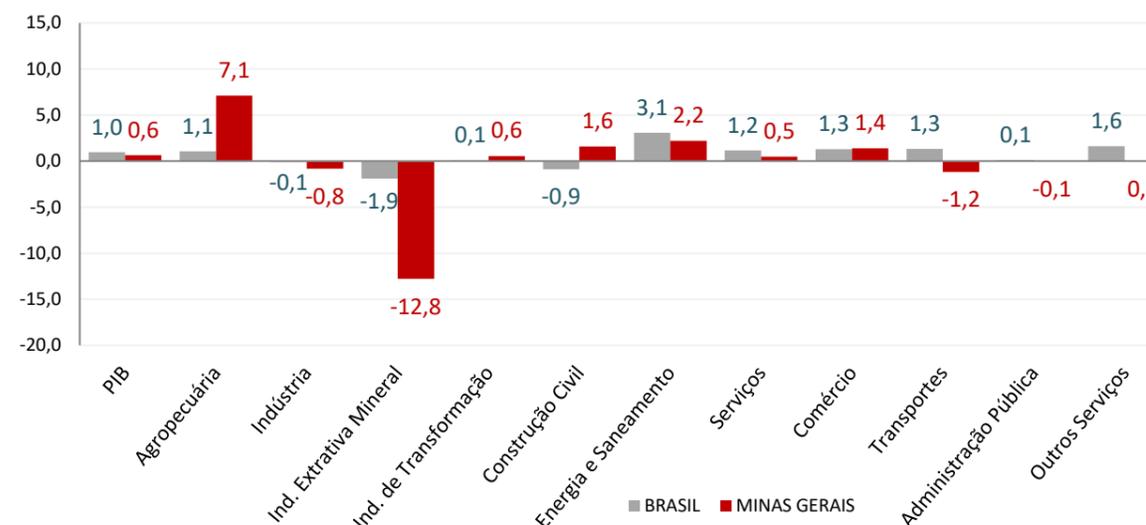
Gráfico 33 - Variação das Exportações por Fator Agregado - Minas Gerais - 2018



A partir dessa análise, é importante voltar a atenção para a necessidade de ressignificar o papel da atividade extrativista minerária em Minas Gerais, pois, apesar de ser uma das forças motrizes da economia estadual, é um recurso finito. Dessa maneira, reconhece-se a vocação mineradora do estado, mas entende-se que essa atividade demanda o desenvolvimento e a aplicação de tecnologia inovadoras que a tornem sustentável ambiental e economicamente. O fomento a cadeias produtivas de minerais de maior valor agregado, como lítio, grafeno, nióbio e terras raras, e a potencialização da verticalização das cadeias produtivas tradicionais são caminhos para a resolução desse desafio.

Conforme estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) relativa ao segundo trimestre de 2019 realizada pela Fundação João Pinheiro, é possível perceber a queda na indústria extrativista mineral, conforme Gráfico 34 abaixo.

Gráfico 34: Taxas de Variação do PIB e do Valor Adicionado por setor acumulada nos últimos quatro trimestres em relação ao mesmo Período do ano anterior - Minas Gerais e Brasil - 2o Trim. 2019



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)

Também é possível vislumbrar como caminho para o desenvolvimento sustentável da economia mineira o fomento a cadeias produtivas intensivas em mão-de-obra qualificada, que inclusive tendem a ter patamares remuneratórios mais elevados, tais como o setor Aeroviário, Microeletrônico, de Energia Solar, Fármacos e Medicamentos, configurando uma nova dinâmica econômica.

Outro tema que se apresenta como desafio é a adaptação a um novo paradigma produtivo mundial, em consequência da globalização e da popularização do acesso à internet nas duas últimas décadas e que geraram transformações disruptivas para a sociedade, principalmente em termos econômicos e comportamentais, com a entrada na chamada “Era da Informação”. As condições de produção econômica mudaram e essa nova configuração tem como um dos principais motores a inovação. Para que a inovação efetivamente se transforme em desenvolvimento econômico, é necessária uma forte articulação entre a Tríplice Hélice (Estado, Academia e Iniciativa Privada), de modo a coordenar os esforços, tanto em pesquisa e desenvolvimento, como na transformação dos conhecimentos gerados pela academia em soluções, produtos e serviços para o setor produtivo, o governo e a sociedade mineira, de maneira a aumentar a produtividade e a competitividade.

Nesse sentido, é essencial incentivar a cultura de inovação e do empreendedorismo.

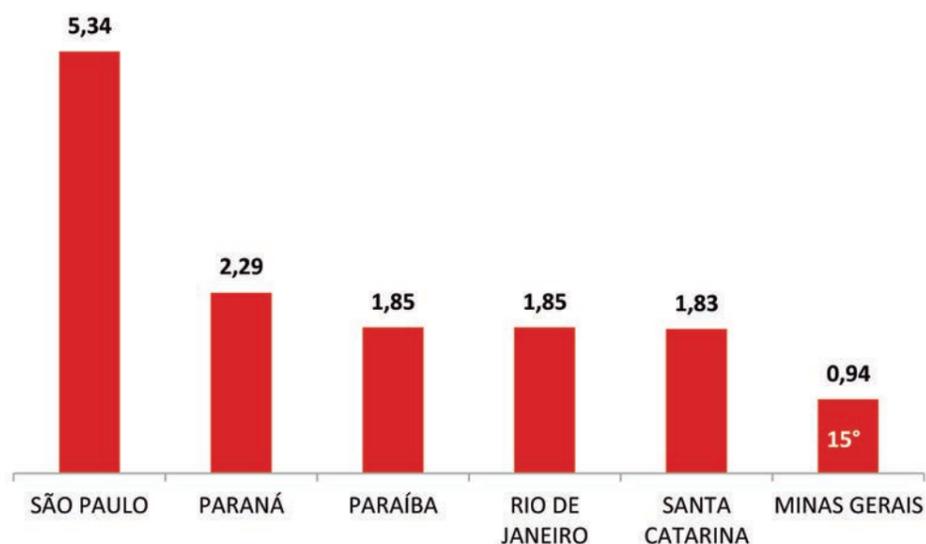
Dentre várias métricas que buscam comparar as economias em seus diferentes estágios de desenvolvimento, destaca-se, para os dias de hoje, o Índice Global de Inovação - IGI¹⁴, que faz um comparativo entre 129 economias, com indicadores associados aos seus investimentos em inovação – pesquisa e desenvolvimento, número de patentes, produção intelectual e publicações acadêmicas, dentre outros –, e que, em última instância, refletem como as economias têm se posicionado estrategicamente para garantir e/ou sustentar seus espaços e mercados econômicos. No IGI-2019, o Brasil passa de 64º para 66º no ranking de inovação composto por 129 países integrantes.

¹⁴ O Índice Global de Inovação é elaborado pelo World Intellectual Property Organization – WIPO, em parceria com a Universidade de Cornell e o Institut Européen d’Administration des Affaires - INSEAD.

Por meio da publicação “Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2018” do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é possível destacar alguns aspectos relevantes para a discussão das formas de financiamento de investimento em inovação na economia nacional e, mais especificamente, na mineira.

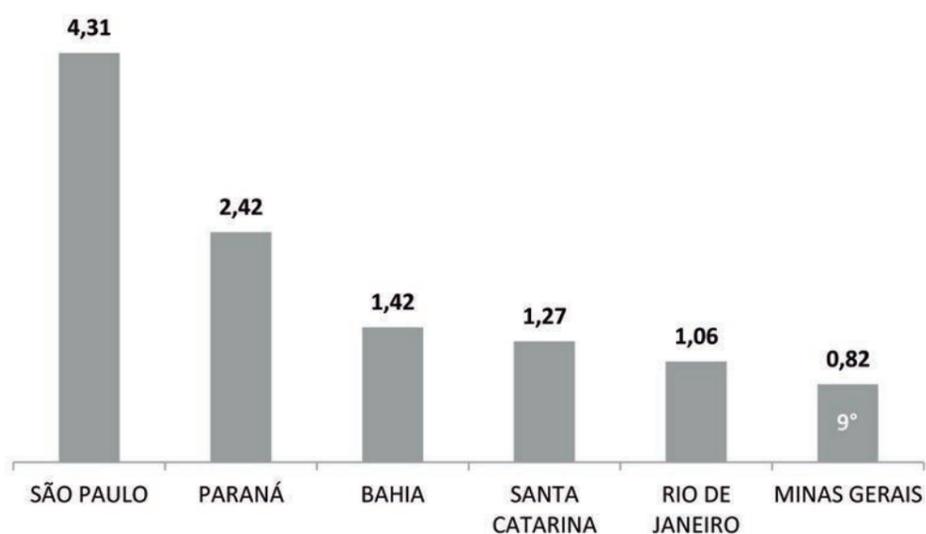
Conforme ilustrado, Minas Gerais ocupou o 15º lugar no ranking de investimento das receitas totais dos estados em Ciência e Tecnologia no ano de 2016 (Gráfico 35). Na média dos investimentos realizados entre os anos de 2000 a 2016, o Estado sobe para 9ª posição (Gráfico 36).

Gráfico 35: Percentual dos dispêndios em Ciência e Tecnologia em relação às receitas totais, em relação aos estados. 2000 - 2016



Fonte: MCTIC.

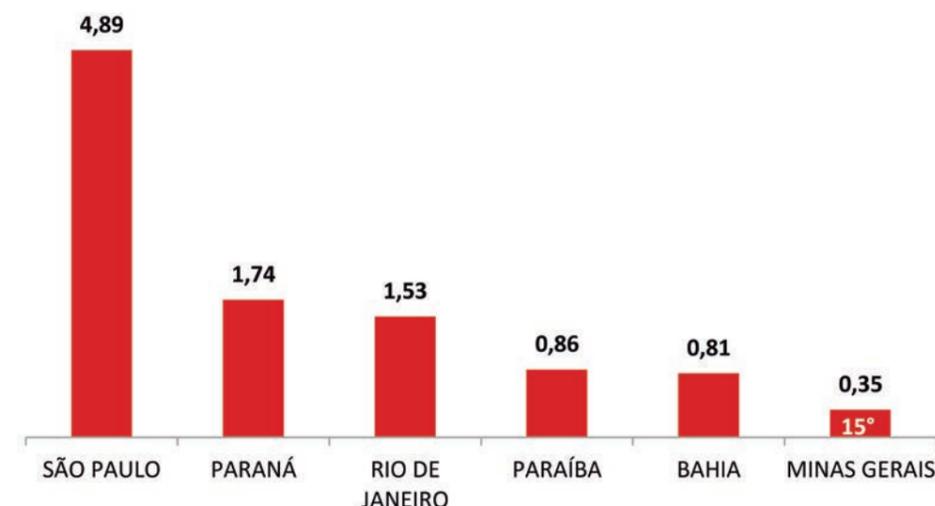
Gráfico 36: Percentual dos dispêndios em Ciência e Tecnologia em relação às receitas totais, em média. 2000 - 2016.



Fonte: MCTIC.

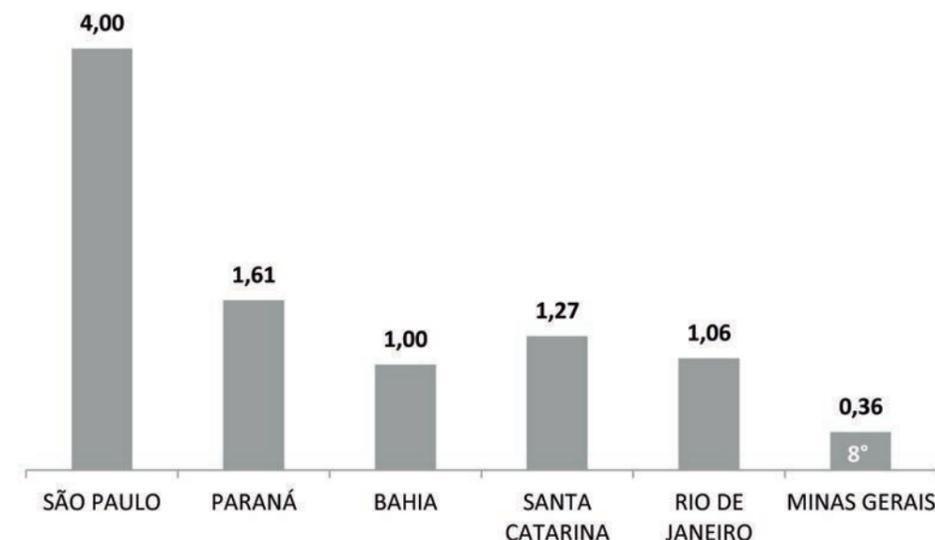
Especificamente em relação aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, os resultados comparativos entre Minas Gerais e as demais Unidades da Federação mostram-se bem similares (Gráfico 37), com exceção de ligeira melhora no investimento médio entre 2000 e 2016 (Gráfico 38).

Gráfico 37: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento em relação às receitas totais, em relação aos estados. 2000 - 2016.



Fonte: MCTIC.

Gráfico 38: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento em relação às receitas totais em média. 2000 - 2016.



Fonte: MCTIC.

Entretanto, tanto no investimento em Ciência e Tecnologia quanto em Pesquisa em Desenvolvimento, o Estado de Minas Gerais não vem apresentando performance condizente com sua posição na produção total de bens e serviços na economia.

Dessa forma, o desafio de maior contribuição relativa para a composição do PIB nacional não está desassociado de investimentos em educação e promoção de melhor ambiente de negócios. Corroborando com essa afirmativa, o último documento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – (OCDE) sobre agenda econômica para os países, intitulado: Economic Policy Reforms 2017: going for growth, destaca a necessidade de investimento em infraestrutura e educação técnica e tecnológica, facilitação das trocas comerciais, desenvolvimento do crédito privado de longo prazo e reforma tributária como elementos necessários para a agenda nacional, em consonância com suas necessidades e desafios de avanço no campo da inovação.

Minas Gerais encontra-se igualmente inserida nesse ambiente, consciente da necessidade de promover iniciativas inovadoras para o desenvolvimento de suas regiões, em complemento às vocações regionais consolidadas, ampliando, assim, a competitividade dos pequenos e médios negócios locais e regionais.

Diretrizes Estratégicas:

- Tornar Minas Gerais um dos dois principais destinos de investimentos privados no Brasil.
- Propiciar o melhor ambiente para a criação e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento das regiões, estimulando a nova economia em Minas Gerais, incentivando o desenvolvimento de novas profissões e tecnologias, visando ao bem-estar da população, ao desenvolvimento social, à maior lucratividade e produtividade de e ao desenvolvimento de novas cadeias produtivas.
- Racionalizar a atuação das entidades do Sistema de Desenvolvimento Econômico e instrumentos de incentivo do Estado.
- Respeitar as diferentes vocações econômicas regionais de Minas Gerais e os empreendedores.
- Estimular a diversificação econômica nos municípios mineradores, calcada no desenvolvimento de serviços e produtos da própria cadeia produtiva da mineração.
- Promover o desenvolvimento das localidades mais pobres de Minas Gerais e proteger as regiões estaduais que fazem divisa com outros estados dos efeitos da guerra fiscal.
- Tornar Minas Gerais referência em investimentos relacionado à pesquisa e ao desenvolvimento e destaque em ciência, tecnologia e inovação.
- Incentivar a qualificação da força de trabalho, com vistas ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do Estado.

4.1.4



Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social reúne um conjunto de políticas (assistência social, direitos humanos, trabalho e emprego, esportes, política sobre drogas, políticas de habitação e segurança alimentar) fundamentais para uma gestão que concilie crescimento econômico e atenção à população. As diversas áreas do desenvolvimento social devem atuar de forma coordenada, numa estratégia comum de desenvolvimento social do estado, baseada na indução das capacidades locais e visando promover a trajetória para autonomia dos indivíduos e famílias, considerando as especificidades regionais e com foco especial nas regiões de maior vulnerabilidade.

A garantia de direitos sociais, a promoção e proteção social, premissas básicas para o exercício da cidadania e condições de vida digna, são assumidos pela assistência social. Faz parte de suas atribuições articular as demais políticas para a superação das vulnerabilidades e para a promoção da autonomia das pessoas, além das ações preventivas e protetivas à violação de direitos e ao risco social. Compõem o rol de estratégias o acesso ao trabalho e à renda, a formação para o trabalho ou o apoio ao empreendedorismo, com o olhar voltado às competências dos indivíduos e às potencialidades dos territórios.

A inserção dos indivíduos na estrutura produtiva é crucial para o desenvolvimento integral do estado e exige o compromisso governamental com a oferta de condições adequadas de capacitação, apoio e fomento de iniciativas propulsoras para a geração de renda.

Minas Gerais, assim como o país, tem apresentado uma tendência de concentração da população na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. Este é um grupo populacional importante e, uma vez afastado dos direitos sociais básicos e a uma inserção qualificada no mundo do trabalho, expõe-se mais intensamente a situações de vulnerabilidade.

Convergentes, a política sobre drogas e a política de esportes agregam os desafios de promover direitos e o desenvolvimento humano saudável, a partir da dimensão socializadora e da capacidade produtiva no campo profissional, possibilitando mudanças positivas na realidade de indivíduos e famílias.

A promoção e defesa de direitos é um pilar fundamental para toda e qualquer política de desenvolvimento social. Sem a garantia integral de direitos não há terreno fértil para as demais políticas.

Diretrizes Estratégicas:

- Aprimorar a proteção social ofertada pelo Estado, por meio de ações inovadoras que envolvam a assistência social, a promoção de direitos, o empreendedorismo, o acesso ao mundo do trabalho, o aumento da empregabilidade e a geração de oportunidades, para que os cidadãos transitem de uma situação de vulnerabilidade para a autonomia social.
- Desenvolver, articular e fomentar iniciativas a serem implementadas pelos municípios e consórcios, de acordo com as demandas e especificidades regionais.
- Priorizar a concepção e a execução de políticas de inclusão aplicadas às regiões de maior vulnerabilidade social.
- Racionalizar o uso de recursos, focando esforços na promoção do esporte como instrumento de desenvolvimento social.
- Promover iniciativas em colaboração com organizações privadas, entes públicos de diferentes níveis federativos e com a sociedade, visando a trajetória para a autonomia.
- Induzir a estruturação das políticas sobre drogas nos municípios.
- Promover e defender todas as liberdades individuais de forma plena e extensiva, garantir a tolerância à diversidade de pensamentos e a liberdade de expressão, impulsionar o respeito e a convivialidade entre todas as pessoas e oportunizar que todos tenham igual acesso aos Direitos Humanos sem nenhuma discriminação nem distinção.

4.1.5 Educação

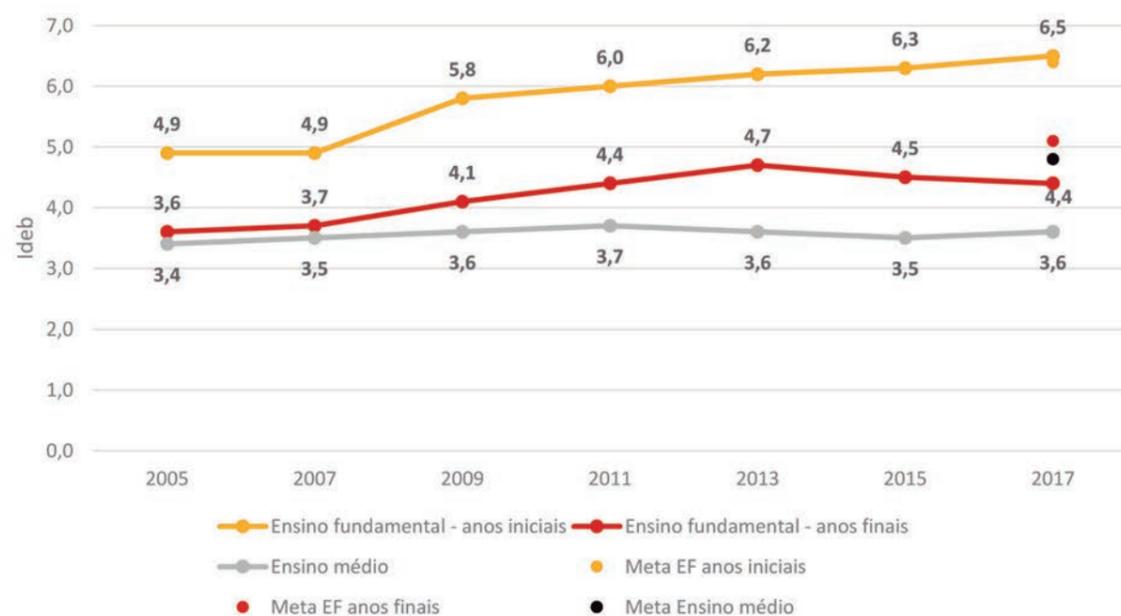
A educação tem impactos positivos tanto na esfera econômica quanto na social. Do ponto de vista econômico, uma população mais escolarizada apresenta mais capacidade de conceber, incorporar ou utilizar novas tecnologias, aumentando a capacidade produtiva e as riquezas de determinada localidade. Ou seja, uma educação de qualidade possibilita o aumento do capital humano e a produtividade do trabalho.

Do ponto de vista social, ela incorpora objetivos que têm a ver com a socialização ou a transmissão de valores importantes para a coesão social e a sustentabilidade da democracia, como valorização e respeito às diferenças, tolerância, igualdade de tratamento, contribuindo para a formação de uma identidade nacional e de cidadania. Outra função importante da educação é promover a igualdade de oportunidades, contribuindo para a redução da desigualdade social e para o aumento da mobilidade socioeconômica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb¹⁵) é uma boa medida síntese do desempenho do sistema educacional, pois combina os resultados da proficiência dos estudantes com o indicador de taxa de aprovação. A evolução do Ideb em Minas Gerais mostra uma trajetória bastante diferenciada entre os níveis de ensino: enquanto os anos iniciais do ensino fundamental vêm apresentando uma tendência de melhora, esta trajetória não é acompanhada da mesma maneira pelos outros níveis.

Os anos finais do ensino fundamental encontram-se em patamar inferior durante todo o período e, após uma melhora entre 2005 e 2013, vêm experimentando uma queda preocupante. O nível médio parece ser aquele que representa o maior desafio para a educação básica, que se encontra praticamente estagnado, oscilando em um nível bastante insatisfatório desde o início da série, conforme o Gráfico 39.

Gráfico 39: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede estadual de Minas Gerais, 2005-2017.



Fonte: MEC/Inep. Elaboração: FJP.

¹⁵ O Ideb é divulgado bianualmente para as três etapas de ensino (anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio). Na sua metodologia de cálculo, ele combina informações da pontuação média dos estudantes em exames padronizados (proficiência média no Saeb) com as informações sobre o rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes), ao final de cada etapa da educação básica.

É preocupante que Minas Gerais venha perdendo posição relativa, quando comparado com os resultados do Ideb dos demais estados brasileiros. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o estado, que ocupava a segunda posição entre os estados em 2015, caiu para a quarta posição em 2017. Nos anos finais do fundamental, passou do quarto lugar para a décima posição no mesmo período. No ensino médio, Minas Gerais, que chegou a ocupar a segunda posição em 2005, ficou na sétima posição em 2015 e caiu para a 11ª em 2017¹⁶.

O estado precisa retomar o protagonismo na educação. Isto só será possível por meio de um empenho intenso do Estado e dos Municípios, criando um elo colaborativo de forma a otimizar esforços e recursos, evitando sobreposição de atuação e, conseqüentemente, alcançando resultados melhores. O ponto de partida é a capacitação e a valorização dos docentes, que estão na linha de frente, e dos gestores (escolas e Superintendências Regionais de Ensino).

O planejamento do Sistema Educacional e, mais especificamente, do Sistema de Gestão Escolar carecem de aprimoramento. Ambos, capacitação e planejamento, convergem esforços para processos mais eficientes e de qualidade e para o melhor desempenho dos alunos. Outra vertente a ser fortalecida é o ensino em tempo integral, cujos resultados múltiplos perpassam o desempenho educacional e o impacto social e econômico.

Na educação, as estratégias devem compreender ações de inovação digital, de forma a melhorar as práticas em sala de aula e facilitar a troca de conhecimento. Deve-se também evitar a sobreposição de ações e buscar a racionalização do gasto público, incluindo parcerias inovadoras com outros setores (privados e da sociedade civil organizada).

Diretrizes Estratégicas:

- Fortalecer tempo integral no ensino médio, com foco nas necessidades para a vida e para o mercado de trabalho.
- Desenvolver programas de formação de professores direcionados para as necessidades dos estudantes.
- Implementar processos baseados na gestão por competências, focando na atração, seleção, avaliação e formação das lideranças de Superintendências Regionais de Ensino e escolas, observados os princípios da gestão democrática da educação, com a garantia de participação da comunidade escolar na escolha de diretores e vice-diretores de escola.
- Racionalizar o uso dos recursos disponíveis e incentivar inovações digitais, propiciando mais eficiência e qualidade dos serviços oferecidos.
- Efetivar o regime de colaboração entre Estado e municípios para a oferta da educação pública de qualidade, focando a atuação dos entes nas suas prioridades constitucionais e no aprimoramento da articulação federativa para as ações compartilhadas.
- Ampliar as oportunidades de acesso à educação básica pública a crianças, jovens e adultos, reduzindo as desigualdades regionais e promovendo a equidade e a inclusão educacional.
- Promover políticas de atenção integral ao estudante, para prevenção da evasão escolar, implementadas por meio de ações desenvolvidas em articulação com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude e em parceria com as famílias.

¹⁶ Estes resultados consideram as redes estaduais

4.1.6 Infraestrutura e Mobilidade

A área de infraestrutura e mobilidade envolve ações estruturantes com potencial de impacto positivo nos demais setores da sociedade e na economia. Todavia, trata-se de um campo de resultados difíceis, especialmente no curto prazo.

Trata-se de uma área historicamente complexa, com programas e projetos de alto custo e prazos longos, que demandam robustez na sua elaboração e execução, envolvem muitos procedimentos administrativos, mecanismos de controles sofisticados e interlocução com diversos atores e órgãos intervenientes. Neste cenário, serão sempre oportunos benefícios que resultem em economia de tempo e dinheiro no processo, sem prejuízo de qualidade em qualquer das fases ou esferas envolvidas.

Neste sentido, a concessão privada é uma alternativa que vem produzindo bons resultados e deve ser considerada. Tal ação encontra-se alinhada com a otimização do uso do dinheiro público numa época de crise fiscal e de carência de recursos, tanto na esfera estadual quanto na nacional, apresentando-se como um desafio prioritário neste contexto. Torna-se fundamental encontrar formas de garantir maiores níveis de conservação e segurança nas estradas mineiras aos usuários, bem como melhor usabilidade da estrutura em implantação.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por sua vez possui 34 municípios e uma população de quase seis milhões de habitantes, movimentando cerca de 25% do PIB de Minas Gerais. Para responder à demanda de circulação de cargas, pessoas e serviços, há um sistema de transporte público interligando toda a RMBH, que compreende modais de transporte rodoviário (ônibus e taxi metropolitano) e ferroviário (metrô de Belo Horizonte).

Em 2017, o metrô de Belo Horizonte transportou cerca de 57 milhões de passageiros, com aproximadamente 4,8 milhões de viagens mensais (Companhia Brasileira de Trens Urbanos, 2018). Este número tende a crescer em linha com a recuperação econômica incipiente e, com isso, faz-se necessária a modernização e a ampliação do sistema, que é uma reivindicação antiga e constante da população.

Ações de infraestrutura e mobilidade são parte importante do bom funcionamento das cidades e do estado, de modo geral. Entretanto, o contexto atual de crise fiscal impulsiona a busca por soluções inovadoras, principalmente de tecnologias digitais e parcerias com o setor privado como opções que viabilizem ações mais efetivas.

Diretrizes Estratégicas:

- Aperfeiçoar a governança das obras públicas e retomar a capacidade de execução, buscando soluções de parceria para a conclusão e adotando medidas preventivas na conservação de obras.
- Priorizar iniciativas que resultem em melhoria na qualidade dos serviços de transporte metropolitano e intermunicipal com impacto tarifário baixo.
- Avaliar modelagem de contratos com parceiros privados para identificar possibilidades de otimização.
- Firmar parcerias com setor privado para investimentos em infraestrutura e promover melhoria da qualidade dos serviços sem onerar cofres públicos.
- Promover investimentos em infraestrutura, logística, energia e serviços com capacidade de induzir o desenvolvimento de novos negócios e atividades produtivas nas regiões Norte e Nordeste do Estado.

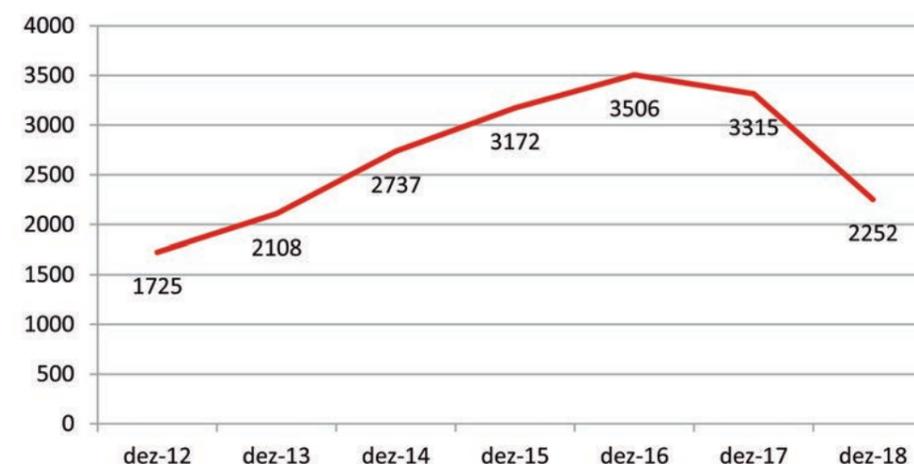
4.1.7 Meio Ambiente

A gestão ambiental pode ser entendida como a forma de ordenar as atividades humanas e suas relações com os recursos naturais, visando à sustentabilidade. É condição para o bem-estar da sociedade no longo prazo e fia-se em um modelo de desenvolvimento que considere a sustentabilidade, o aproveitamento racional dos recursos e a salvaguarda da capacidade de renovação ecológica.

Para a gestão, o instrumento da regularização ambiental é de suma importância, uma vez que diversas temáticas associadas são tratadas ao longo do processo, desde a preservação da cobertura vegetal nativa e da qualidade e quantidade da água até a gestão de resíduos. Trata-se ainda de instrumento de grande importância e visibilidade para a sociedade.

Notórias neste aspecto são as dificuldades na obtenção de licenças, a morosidade e burocratização do processo, situação que vem se prolongando ao longo dos anos e com tendência de crescimento, só revertida a partir de 2017 – conforme mostram os dados do Gráfico 40 – com os avanços na racionalização, simplificação, informatização e geoespacialização de processos, sem prejuízo do rigor técnico, mas que precisam continuar.

Gráfico 40: Processos de licenciamento ambiental pendentes de decisão – Série histórica 2012 a 2018

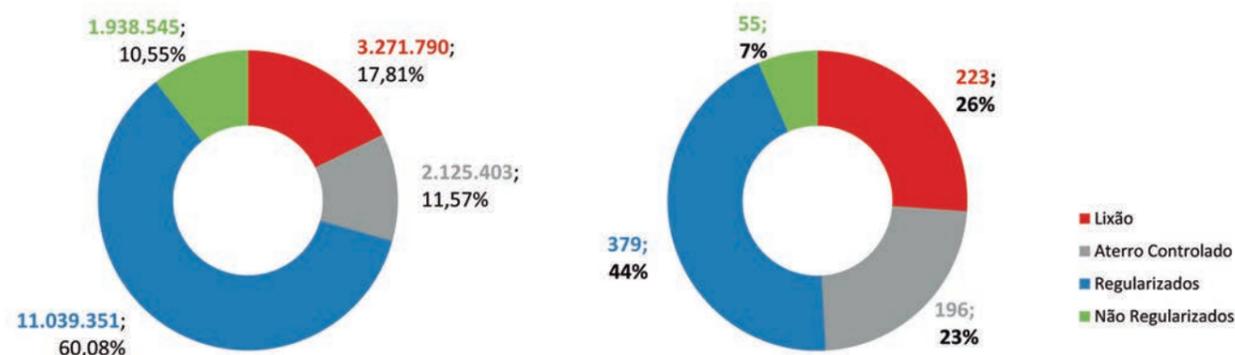


Fonte: Semad/MG.

No tocante às áreas protegidas, Minas Gerais possui atualmente 42 parques estaduais, que totalizam mais de 560 hectares de cobertura vegetal nativa nas diversas regiões e biomas do estado. Destas 42 unidades de conservação, apenas 11 possuem estrutura para receber visitantes e, conseqüentemente, integrar programas estruturados de turismo ecológico.

No campo de saneamento urbano, importante viés ambiental a ser considerado, refere-se ao adequado tratamento de esgoto sanitário e destinação de resíduos sólidos. O estado possui um déficit histórico nestes quesitos, que têm apelo ambiental e também de saúde pública. Segundo o Índice de Avaliação do Esgotamento Sanitário Municipal (IESM), do Programa Minas Trata Esgoto, da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), mais de 70% dos municípios estavam em situação ruim ou alarmante em 2016 (Figura 5). Para os resíduos sólidos urbanos (RSU), pode-se identificar que a maior parte da população e municípios possui destinação adequada (aterro controlado, estruturas regularizadas e não regularizadas), com redução representativa do uso de lixões – mas com números ainda expressivos –, e de aterros controlados, e aumento de aterros sanitários não regularizados.

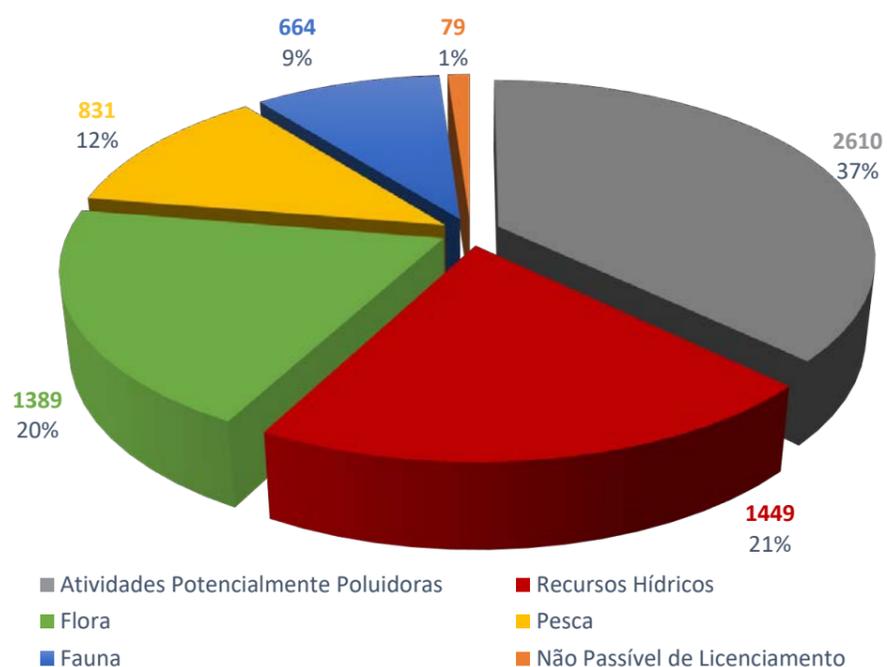
Figura 5: População Urbana Atendida e Municípios por Tipologia de Destinação Final, 2017



Não menos importante, considerando os acontecimentos recentes envolvendo a disposição de rejeitos de mineração, tal assunto merece destaque a partir de duas linhas. Em primeiro lugar, este tipo de acontecimento demonstra a necessidade de um sistema de gestão de crise colaborativo entre governo e empreendedores, com intuito de minimizar a perda de vidas humanas e de biodiversidade, promover de forma ágil e eficaz a interlocução entre os atores, as ações de recuperação, entre outros. Por outro lado, considerando-se que, segundo dados do Inventário de Resíduos Minerários de 2018 da Feam, cerca de 95% dos rejeitos de mineração gerados são dispostos em barragens, uma transformação na gestão desse tipo de material faz-se necessária, passando por novas tecnologias de disposição, incentivo ao reaproveitamento e descomissionamento de estruturas.

Perpassando por todas as vertentes colocadas, conforme demonstra o Gráfico 41, referente à temática das ações de fiscalização no estado em 2018, a fiscalização é um agente fundamental de apoio no sucesso de todo o processo, como termômetro para avaliação da eficácia das políticas, dos instrumentos de gestão implementados e de sua assimilação pelos usuários, com viés mais orientador e preventivo.

Gráfico 41: Distribuição temática das ações de fiscalização em Minas Gerais em 2018



Fonte: SEMAD/MG.

Não menos importante, o eixo da regularização ambiental deve ser valorizado em linha com os importantes e relevantes avanços na racionalização, simplificação, digitalização e espacialização territorial de processos que vêm ocorrendo nos últimos anos, sem prejuízo do rigor técnico. De forma diferenciada em função das peculiaridades de cada tipo de atividade, a abordagem e aplicabilidade dos instrumentos de gestão ambiental torna-se fator de sucesso do próprio instrumento.

Diretrizes Estratégicas:

- Alcançar melhores índices de sustentabilidade ambiental e ser referência na gestão de crises ambientais.
- Realizar parcerias com setor privado para gestão de parques estaduais, saneamento e outros serviços.
- Ter legitimidade e gestão participativa da população na formulação e condução de políticas ambientais.
- Garantir eficiência, transparência e rigor técnico na concessão de atos autorizativos e atendimento aos cidadãos, de forma célere, adotando soluções digitais inovadoras.
- Ampliar alcance da municipalização de licenciamento e fiscalização.
- Priorizar eficiência e fiscalização preventiva, adotando progressivamente incentivos, em vez de autuações.
- Aprimorar mecanismos inovadores em todas as etapas da fiscalização, autuação, recuperação e arrecadação.
- Aprimorar acompanhamento de condicionantes de licenciamentos no curso da licença.
- Estimular iniciativas públicas e privadas que aliem preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico nas diversas regiões do Estado de Minas Gerais.
- Adotar medidas de proteção e de prevenção a danos ambientais, visando à preservação da vida e ao equilíbrio dos ecossistemas naturais e transformados.

4.1.8 Saúde

A situação de crise fiscal, orçamentária e financeira já demonstrada requer intervenções diversas voltadas à recuperação de crédito e credibilidade perante fornecedores e prestadores de ações e serviços de saúde, a fim de prover uma atenção digna à população. Neste cenário, uma premissa básica a ser considerada na atual conjuntura é a organização da rede de serviços em saúde no estado, a partir da expansão do acesso e da melhoria da qualidade da atenção primária à saúde (APS), com o fomento e a incorporação de novas tecnologias a fim de que o potencial de tal atenção seja alcançado.

Essa rede de serviços se conforma a partir de uma diversidade de políticas, projetos, programas e serviços de referência específicos, possibilitando a abordagem integral da atenção (promoção, proteção, diagnose precoce, recuperação e reabilitação) e a coordenação do encaminhamento de serviços de mais densidade tecnológica, a partir de uma análise ascendente da situação de saúde. Assim, a atenção primária à saúde é campo de práticas de gestão e de saúde de grande complexidade, cuja resolutividade demanda cobertura dos seus serviços e qualidade de suas ações por meio da incorporação de conhecimento e tecnologia de várias áreas.

Como visto anteriormente, entre 2010 e 2017, em Minas Gerais, a proporção de internações hospitalares por condições que poderiam ser evitadas pelos cuidados da atenção primária à saúde variou entre 31,72% e 29,67%, o que aponta para necessidade de expansão do acesso e melhoria da qualidade da atenção primária.

A atenção primária à saúde é porta de entrada do usuário no SUS, como coordenadora da atenção integral, que também se operacionaliza pelo fortalecimento da atenção secundária e terciária, expandindo a oferta e melhoria da qualidade de serviços regionalizados. É nessa perspectiva que se dá a horizontalidade do cuidado do usuário, a partir da gestão e do domínio econômico e administrativo de uma rede de serviços que extrapola os limites políticos e administrativos dos municípios. Isso implica compreender e coordenar a dinâmica das ações e serviços ofertados em saúde.

No que tange ao âmbito hospitalar, por exemplo, para os serviços terciários, a taxa de resolubilidade macrorregional subiu de 88,48%, em 2008, para 89,82%, em 2017, o que indica maior nível de adequação da assistência regionalizada em saúde. Todavia, ao se considerar as especificidades regionais, observa-se a necessidade de fortalecer a estrutura de governança e a regionalização da atenção à saúde.

Nesse tipo de contextualização regional da saúde, incorporando aspectos da situação do estado de saúde da população e da oferta de ações e serviços, é fundamental a governança do setor, tendo por espaços e ferramentas: comissões intergestoras, consórcios intermunicipais, conselhos de saúde, regulação administrativa (contratualização, auditoria, ouvidoria), regulação financeira (formas de pagamento) e regulação assistencial (protocolos clínico-terapêuticos, mecanismos e meios formais de regulação).

Em meio à crise fiscal e toda a complexidade envolvida na gestão do SUS, um desafio que tem se avolumado é a judicialização. Minas Gerais recebe aproximadamente 1.300 processos judiciais por mês e, em 2017, os gastos com tais sentenças alcançaram o montante de R\$219 milhões, envolvendo, principalmente, assistência farmacêutica e hospitalar. Alcançar resultados de saúde melhores para a população mineira implica recuperar o poder de gestão da saúde na judicialização, buscando solucionar problemas nas fontes originárias do conflito. Tal propósito visa ao resgate de recursos destinados a demandas judiciais em prol da expansão de ações e serviços, como compromisso com os princípios doutrinários do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

Diretrizes Estratégicas:

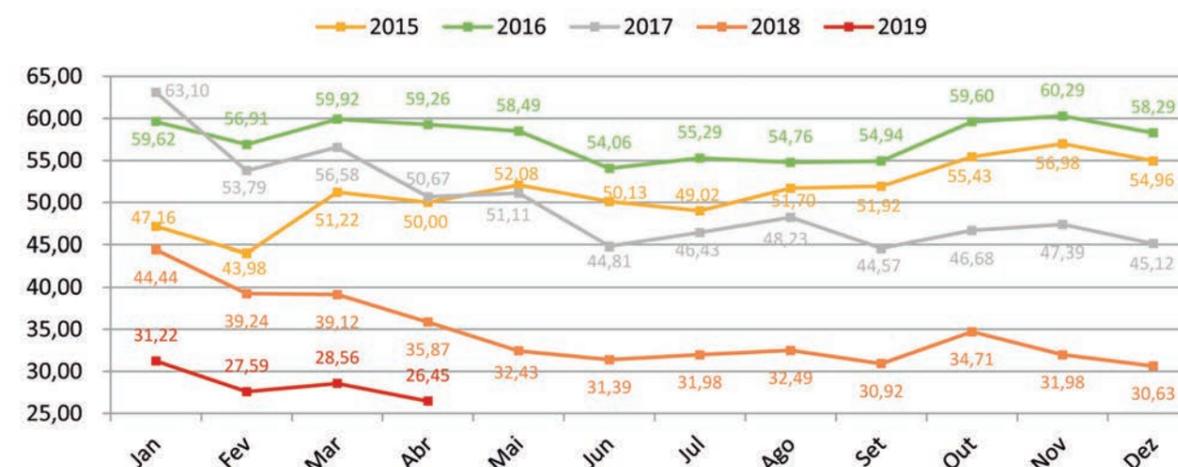
- Recuperar o poder de gestão da saúde no âmbito da judicialização, buscando solucionar, de forma célere, problemas nas fontes originárias do conflito.
- Expandir o acesso e melhorar a qualidade da atenção primária, fomentando a incorporação de novas tecnologias, estimulando a integração de sistemas de informação e automatização de processos.
- Fortalecer a atenção secundária e terciária, expandindo a oferta e melhorando a qualidade de serviços regionalizados.
- Fortalecer a estrutura de governança e a regionalização da atenção à saúde, considerando as especificidades regionais e a necessidade de aperfeiçoar ações de apoio institucional junto aos municípios.
- Promover a readequação dos hospitais de pequeno porte de acordo com a estrutura funcional e a vocação de cada um e as necessidades sanitárias de cada região, garantindo a prestação de pronto atendimento, com vistas a fortalecer e aumentar a resolutividade da política hospitalar no Estado.
- Garantir a integralidade das ações e dos serviços de acordo com a regionalização e a hierarquização do atendimento, adequando-os às diversas realidades epidemiológicas do Estado.
- Universalizar a assistência, garantindo às populações urbana e rural igualdade no acesso a todos os níveis de atenção dos serviços de saúde.

4.1.9 Segurança Pública

De modo mais abrangente, os objetivos finais das políticas de segurança pública se concentram na redução da ocorrência de crimes, sobretudo violentos¹⁷. Além de guardarem a particularidade de sua gravidade, tais crimes são também os que mais exercem impacto sobre a percepção da população em relação aos padrões de segurança dos territórios, cuja ocorrência, quando de conhecimento disseminado, gera mais medo na população e pressões sobre as agências de segurança pública.

As mensurações contínuas do desempenho da segurança são centrais para a tomada de decisão e medidas preventivas e corretivas das estratégias do Estado. O que tem se verificado em Minas Gerais, a partir de 2017, é uma tendência de redução da criminalidade, se analisadas as taxas de crimes violento. Redução esta que se mostra consistente nos períodos seguintes. No ano de 2018 e nos quatro primeiros meses de 2019, se verificam reduções ainda maiores. Assim, se em abril de 2017 ocorreram 50,67 crimes violentos para cada grupo de 100 mil habitantes, no mesmo mês de 2019 foram registrados 26,45, conforme ilustra o Gráfico 42.

Gráfico 42: Taxa de Crimes Violentos por 100 mil habitantes em Minas Gerais (2015 a abril de 2019)



Fonte: Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) / SESP.

¹⁷ Crimes violentos são os de homicídio consumado, homicídio tentado, roubo consumado, extorsão mediante sequestro consumado, sequestro e cárcere privado consumado, estupro consumado, estupro tentado, estupro de vulnerável consumado e estupro de vulnerável tentado.

Entre os crimes violentos, os homicídios são aqueles que mais se destacam. Em Minas Gerais, ocorreram reduções importantes também no que se refere a esses crimes, especificamente como ilustrado pelo Gráfico 43. Os meses de maio a julho costumam registrar as menores taxas de homicídio em todos os anos considerados. As reduções em 2018 e nos primeiros meses de 2019, no entanto, são mais acentuadas. De uma taxa correspondente a 1,66 para cada grupo de 100 mil habitantes, em abril de 2016, para 1,16, em abril de 2018, e 0,93 em abril de 2019. A despeito da redução na ocorrência desses crimes, o número de vítimas permanece, o que demanda a constante atenção em políticas públicas para sua redução.

Gráfico 43: Taxa de Homicídios Consumados por 100 mil habitantes em Minas Gerais (2015 a abril de 2019)



Fonte: Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) / SESP.

A redução da criminalidade e da criminalidade violenta, particularmente de homicídios, no entanto, não esgota a discussão neste campo de atuação do Estado. A sensação de segurança da população, a disponibilidade de práticas preventivas e o incremento das capacidades comunitárias de prevenir crimes e violências também devem ser levados em consideração quando se delineiam políticas e ações em segurança.

É neste sentido que os objetivos em segurança devem buscar estabelecer ações que orientem práticas multidimensionais, ou seja, práticas capazes de fortalecer as agências de segurança pública e de gerar capacidades para a prevenção da criminalidade, o aumento da segurança e o incremento da sensação de segurança da população mineira.

Diretrizes Estratégicas:

- Contribuir para a redução da criminalidade no estado de Minas Gerais, consolidando novas iniciativas e as demais em curso da Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
- Buscar meios alternativos para modernizar a Polícia Civil, visando a ampliar sua formação, sua capacidade de trabalho, de identificação e esclarecimento de crimes e sua articulação com outros órgãos e com a esfera federal, em especial nos temas relacionados ao crime organizado, tráfico de drogas e combate a corrupção.
- Desarticular a lógica do ciclo vicioso da criminalidade, fortalecendo os sistemas socioeducativo e prisional com soluções alternativas, garantindo saúde, educação e trabalho ao interno e ao detento, visando à sua reintegração social.

- Incrementar as ações de prevenção social à criminalidade, investir na aproximação com a sociedade e aprimorar a comunicação sobre as variações nos índices de segurança pública e seus impactos.
- Fortalecer a atividade correcional no que tange à supervisão, ao controle de qualidade e à orientação realizada pelas corregedorias dos órgãos de segurança pública e pelas ouvidorias.
- Otimizar vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em estabelecimentos de uso coletivo, assegurando transparência e celeridade nesses procedimentos, iniciando gestão por metas e soluções alternativas, e disseminar a cultura de prevenção de incêndios e de outros desastres.
- Investir em inteligência de segurança pública, promovendo centralidade e integração dos sistemas de informação existentes, assim como ampliando as habilidades das áreas de estatística e análise criminal.
- Desenvolver maturidade institucional coletiva entre os órgãos de segurança e proteção públicas, visando à integração do planejamento, das metas, do monitoramento e das ações, além de refinar a interlocução entre esses órgãos e os demais componentes do sistema de justiça criminal.
- Focar na desburocratização e na ampliação do uso das tecnologias digitais para melhorar a infraestrutura, a formação, a distribuição dos recursos e as atividades das forças de segurança.
- Avaliar a distribuição das forças de segurança e proteção públicas, buscar a otimização em localização, infraestrutura e recursos, e continuar a ampliação da cobertura da atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

4.2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA ÁREAS TEMÁTICAS DE APOIO E SUPORTE

4.2.1 Advocacia-Geral

As transformações sociais e tecnológicas vêm promovendo um crescimento exponencial das demandas que alcançam a Advocacia Geral do Estado (AGE). Tais demandas advêm de incremento histórico de processos judiciais, da modernização do Poder Judiciário com vistas à sua inserção no ambiente virtual e adequação da Advocacia para solução dos problemas que a afetam.

O crescimento do volume de ações judiciais e a massificação das demandas tiveram origem a partir da implementação do novo ordenamento constitucional, que ampliou os direitos prestacionais exigíveis do estado. Porém, a capacidade de resposta do estado não acompanhou na mesma proporção o crescimento das demandas da sociedade, provocando, assim, o fenômeno da judicialização das políticas públicas.

Nesse sentido, é imprescindível que a administração pública promova a utilização de métodos alternativos na solução de conflitos em que o Estado de Minas Gerais e suas entidades sejam parte, de modo que a redução de conflitos de massa permita ao Poder Executivo retomar o protagonismo na proposição de políticas públicas. Contudo, existe um grande passivo de ações a serem defendidas pela Advocacia Geral do Estado, situação que exige a adoção de soluções que automatizem ao máximo os fluxos e processos administrativos, com foco na integração com os sistemas do Judiciário e do Executivo.

Diretrizes Estratégicas:

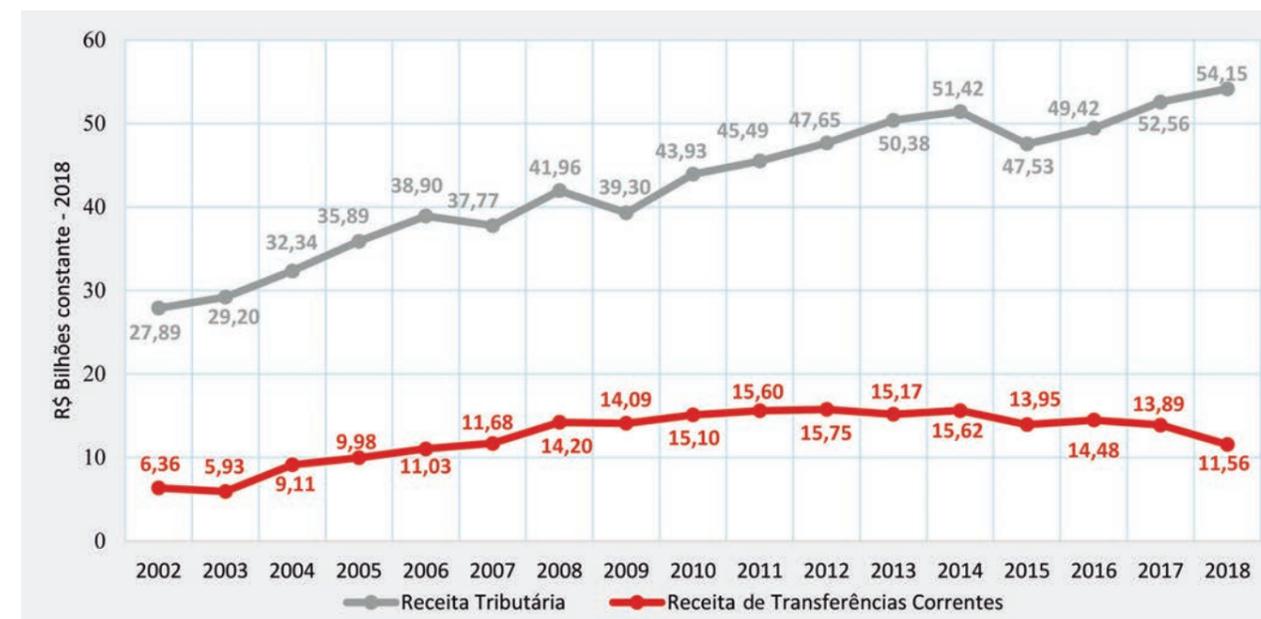
- Garantir agilidade e segurança jurídica para a viabilização de políticas públicas, mediante a proposta de alternativas legais, eficientes e seguras e interface próxima ao público interessado.
- Alcançar menor nível de judicialização de controvérsias e alto índice de casos resolvidos de forma preventiva e extrajudicial.

4.2.2 Fazenda

Como visto na apresentação, as contas públicas de Minas Gerais vêm registrando uma trajetória de deterioração. Nos últimos anos, as despesas governamentais cresceram em ritmo superior ao das receitas, pressionando as contas públicas, que exibem uma sequência de resultados negativos desde 2013. As consequências disso são os constantes atrasos no pagamento de fornecedores, do funcionalismo público e nos repasses de recursos constitucionais aos municípios.

A estrutura das receitas orçamentárias variou muito pouco ao longo dos anos. As receitas tributárias somadas às transferências correntes correspondem a mais de 70% do total desde 2002. Com base no Gráfico 44, nota-se que as receitas tributárias têm crescido em termos reais desde 2002. As exceções são 2009 e 2015, quando o PIB mineiro decresceu, respectivamente, 3,9% e 4,2%. Destaca-se que o nível das receitas tributárias voltou ao patamar pré-crise (2014) apenas em 2017.

Gráfico 44: Evolução da receita tributária e de transferências correntes – Minas Gerais – 2002-2018 – Preço constante em bilhões de 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siafi-MG.
Nota: Os dados não consideram as receitas intraorçamentárias.

As receitas de transferências correntes declinaram consecutivamente a partir de 2016. O resultado para as transferências em 2018, muito abaixo ao registrado em 2017, é decorrente, sobretudo, da diminuição das transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) recebidos pelo estado. No entanto, essa queda se deve à retenção, por parte do próprio Estado, da parcela de sua arrecadação vinculada ao Fundeb.

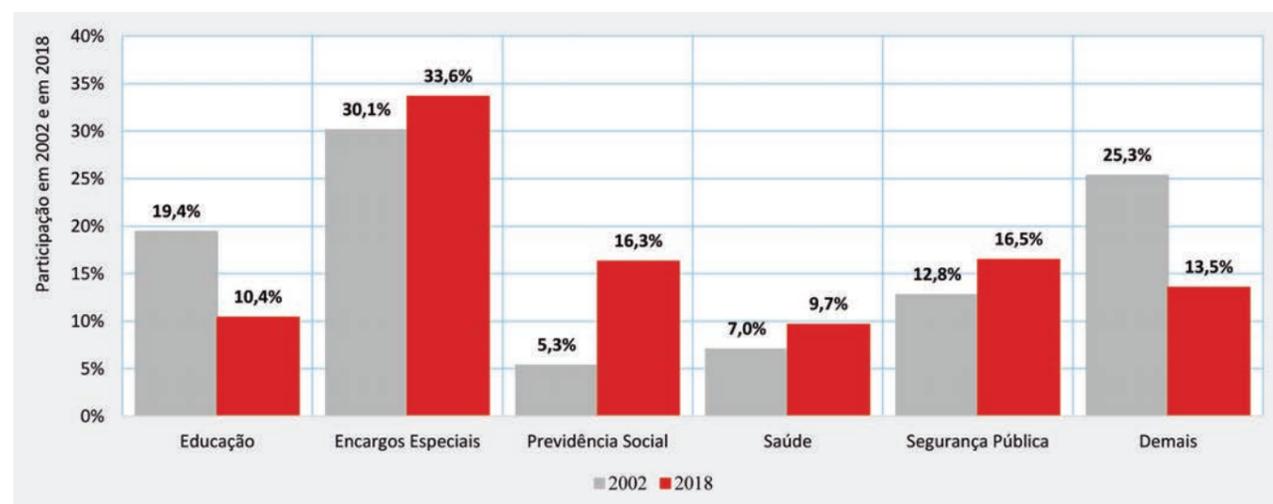
Logo, observa-se que a recuperação relativamente rápida das receitas tributárias¹⁸ foi insuficiente para impedir o aumento dos déficits orçamentários. Associado à queda das receitas das transferências correntes, o aumento das despesas inviabilizou o ajuste das contas.

Por outro lado, do ponto de vista da despesa, com base no Gráfico 45, percebe-se que os encargos especiais continuam sendo uma fonte de pressão sobre o orçamento público. Nessa função, destacam-se, em 2018, os gastos com serviços da dívida, que correspondem a 21,6% do total das despesas; os aportes para cobertura do déficit da previdência, na proporção de 32,2%; e a repartição constitucional das receitas, que corresponde a 43,8%.

Somados aos aportes, os gastos previdenciários têm inviabilizado cada vez mais os gastos em outras áreas, tornando-se um dos principais responsáveis pela situação atual de insustentabilidade fiscal pela qual passa Minas Gerais. Isto pode ser observado pela redução das despesas com educação: em 2002, elas representavam o segundo maior dispêndio. Em 2018, o déficit foi de R\$ 17 bilhões. Em 2019, a expectativa é que ele se eleve para R\$ 18 bilhões. Em janeiro de 2019, os restos a pagar somavam R\$ 28,2 bilhões. Desse total, R\$ 20 bilhões referem-se apenas a 2018.

¹⁸ Houve majoração de alíquotas de bens supérfluos, conforme Lei Estadual nº 21.781, de 01 de outubro de 2015

Gráfico 45: Composição das Despesas Totais por tipo de Função, Minas Gerais, 2002 e 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Siafi-MG.

Nota1: Consideram-se as despesas empenhadas no exercício, inclusive as intra-orçamentárias.

Buscar o equilíbrio das contas públicas é fundamental para que Minas Gerais seja capaz de atuar efetivamente nas áreas que lhe são prioritárias.

Diretrizes Estratégicas:

- Promover a recuperação fiscal, com vistas à melhoria dos serviços públicos e à retomada da capacidade de investimento do Estado.
- Preservar e acompanhar o incremento das receitas estaduais por meio do aprimoramento da política tributária e de medidas de controle administrativo-fiscal, aproximando-se dos pagadores de tributos.
- Aperfeiçoar a gestão das contas públicas por meio do incremento de ações de gerenciamento da dívida pública, com foco na sustentabilidade e adoção de práticas de identificação, monitoramento e mitigação de riscos ao equilíbrio fiscal.
- Modernizar a Administração Fazendária, estimulando a inovação do modelo de gestão e dos processos de trabalho, o uso de tecnologias da informação e investimento no capital humano e implementar política de gestão de ativos e haveres financeiros.

4.2.3 Governo e Gabinete Militar

Um sistema político é dotado de capacidade governativa na medida em que for capaz de identificar problemas da sociedade e formular políticas públicas, isto é, oferecer soluções e implementá-las. Para isso, é necessário mobilizar meios e recursos políticos, organizacionais e financeiros para formar coalizões que deem sustentação às propostas prioritárias de sua gestão, evitando a paralisia das ações.

A capacidade de um governo definir, implementar e sustentar políticas públicas está ligada diretamente ao desenvolvimento de padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos que coordenam e regulam transações dentro e através do governo.

Estes padrões pressupõem uma interação bem articulada entre as unidades da federação e os poderes Legislativo e Judiciário. Assim, é essencial que a comunicação ocorra de forma rápida, fluida e clara, evitando desgastes e facilitando o andamento das ações relevantes para o Estado.

Na relação com outros entes federativos, o sucesso das ações do governo depende de envolvimento, discussão e articulação com Municípios, órgãos reguladores, demais Estados e Governo Federal. O entrosamento de ações e o fluxo adequado de comunicação evitam sobreposição de esforços e direcionam ações de forma eficiente, possibilitando que os envolvidos desempenhem suas atribuições, contribuindo para o alcance dos objetivos, bem como para a sedimentação de uma visão dentro das diversas esferas de governo.

É papel do Estado, por meio do sistema de Proteção e Defesa Civil, articular uma rede de prevenção, preparação, socorro e reconstrução em caso de eventual ocorrência de um desastre. Neste sentido, considerando que tal ocorrência tem consequências catastróficas, com perdas irreparáveis de vidas, atributos naturais e ativos econômicos, envolvendo grandes volumes de recursos financeiros, atenção especial deve ser dada à prevenção e redução do risco de ocorrências destes desastres.

O desenvolvimento da sociedade e a forma com que ela se organizou, seja no ambiente urbano ou rural, geraram uma exposição deste ambiente aos efeitos negativos de eventos críticos inesperados. Estes eventos, denominados de desastres, podem ser naturais, como enchentes, inundações, temporais e secas; ou tecnológicos, como rompimento de barragens, incêndios, vazamento e de transporte.

Diretrizes Estratégicas:

- Promover preparação adequada dos projetos de lei, envolvendo tempestivamente as instâncias, para aprimorar a qualidade técnica, normativa e legal dos textos no intuito de gerar discussão de qualidade com o Poder Legislativo.
- Assegurar relação virtuosa com atores estratégicos dos governos Federal, Municipais e meios de comunicação.
- Articular fluxos de comunicação e discussão com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Municípios, Governo Federal e demais atores estratégicos, de maneira a facilitar o entendimento dos projetos e fluidificar a comunicação.
- Construir e sedimentar visão de governo com a sociedade, servidores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos essenciais à justiça e meios de comunicação.

- Gerenciar a agenda para melhor gestão das ações transversais estratégicas, promovendo tomadas de decisão tempestivas e assertivas.
- Atuar na redução substancial dos riscos de desastres, nas perdas de vidas e na recuperação, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas e cidades do estado de Minas Gerais.
- Buscar aprimorar a articulação com atores estratégicos para atender a demanda crescente em Proteção e Defesa Civil.
- Dar transparência às ações do governo por meio de uma comunicação clara e eficiente.

4.2.4 Planejamento e Gestão

O planejamento e a gestão governamentais têm se tornado fatores que, juntos, ampliam a capacidade do governo de induzir, fomentar ou mesmo produzir as condições para a transformação das estruturas econômicas e sociais, uma vez que governos sem uma coordenação robusta são atropelados pela própria máquina pública, podendo não lograr os resultados aos quais foram instados e eleitos a executar. No caso de Minas Gerais, trata-se de executar ações que vão além de simplesmente fazer melhor e de modo mais eficiente àquilo que já é feito.

A governança estratégica é, portanto, um instrumento crucial para colocar em execução as diretrizes de governo. Neste sentido, deve integrar eficiência e eficácia à melhor orientação para tomada de decisão, só possível por meio da utilização de informações confiáveis e relevantes, sendo que a avaliação do desempenho das instituições é também parte importante para a efetiva realização da coordenação governamental e da gestão estratégica.

Para garantir a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos usuários em um contexto de restrições orçamentárias e financeiras, o Poder Executivo estadual tem o desafio de gerir estrategicamente pessoas, integrando conhecimentos técnicos e outras características pessoais dos agentes públicos para o alcance dos resultados esperados.

Para tanto, a continuidade do processo de mapeamento de competências essenciais dos agentes públicos, o aprimoramento do modelo de avaliação de desempenho, com base em competências e indicadores, e o alinhamento das ações de desenvolvimento às estratégias de governo são essenciais para garantir a efetividade da implementação das políticas públicas a cargo do Estado.

Somada a isso, tem-se ainda a necessidade de adoção de práticas inovadoras de gestão de pessoas, desde o recrutamento e seleção de agentes públicos, em especial para ocupação de cargos de liderança, passando pelo desempenho, desenvolvimento e retenção de talentos, sem deixar de lado a simplificação e a automatização dos processos correspondentes e a adequação da legislação correlata.

Paralelamente, é necessário conduzir ações com o objetivo de promover a cultura da simplificação administrativa, da modernização da gestão pública e da melhoria da prestação de serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade. Dessa forma, consegue-se desburocratizar órgãos e entidades do governo, gerando impactos diretos e indiretos na vida do cidadão.

Por meio de iniciativas e mudanças relativamente simples e sem grandes custos adicionais, aliadas ao pensamento criativo e inovador, será possível repensar os processos de trabalho, gerando mudanças importantes.

Contribuindo também para a gestão eficiente de recursos, considerando a atual situação fiscal de Minas Gerais, o orçamento é um instrumento de acompanhamento e peça fundamental para orientar os órgãos e entidades do governo para atingir os objetivos governamentais. Uma vez que a finalidade específica das ações deve ser a melhoria da qualidade de vida da população mineira, é necessário implementar modelos que direcionem a alocação eficiente dos recursos disponíveis, por meio da priorização das ações, da incorporação de ganhos de eficiência na execução dos órgãos e entidades, da contenção do crescimento das despesas de caráter obrigatório e mirando a melhoria da qualidade do gasto público, limitando o quanto se deve gastar e definindo a melhor maneira de se gastar.

Nesse cenário, considerando o alto comprometimento financeiro para pagamento de suas despesas obrigatórias, é imprescindível que as unidades do Poder Executivo busquem fontes alternativas de financiamento para manter a realização de suas entregas à sociedade. Nesse sentido, é essencial que a área central dê o apoio metodológico necessário para que os órgãos e entidades tenham sucesso na busca por diferentes maneiras de financiarem suas entregas planejadas.

Diretrizes Estratégicas:

- Coordenar as ações governamentais por meio da gestão estratégica, com foco na transversalidade e intersetorialidade de programas e projetos e no alinhamento dos mesmos com a estratégia central.
- Realizar o planejamento e gestão do orçamento público, tendo como foco a melhoria da qualidade do gasto e sua utilização como ferramenta gerencial.
- Fomentar e apoiar os órgãos e entidades na captação de recursos e parcerias com outros poderes, entes da federação, entidades privadas e do terceiro setor.
- Conduzir a implementação da simplificação de processos, de inovações e tecnologias digitais na administração pública, focando em obter um salto de qualidade nos serviços, maximizar as potenciais sinergias e minimizar impacto fiscal.
- Potencializar a abrangência e a eficácia dos serviços compartilhados, centralizando e dando transparência aos processos de compras, alavancando tecnologias digitais e automatizando processos, visando à maximização das sinergias e à otimização dos recursos.
- Fomentar a gestão de pessoas baseada no mérito e competência, promovendo atração, seleção, desempenho e desenvolvimento dos gestores públicos estaduais, bem como atuar na modernização dos processos de pessoal da administração pública estadual.

4.2.5  Transparência,
Combate à Corrupção,
Integridade e Ouvidoria

Ao contrário do que indica o senso comum, a corrupção não nasce primordialmente da falha de caráter de agentes individuais e sim de um arranjo político propício à sua sobrevivência. Entre os fatores que contribuem para essa realidade estão políticas governamentais, programas concebidos e administrados insatisfatoriamente, instituições deficientes, mecanismos inadequados de controle e avaliação, baixa organização da sociedade civil, sistema de justiça criminal fraco, remuneração inadequada de servidores públicos e falta de responsabilidade e transparência (Organização das Nações Unidas, 2011).

Em linha com os interesses da sociedade e dos governantes, a transparência é, hoje, além de uma necessidade, uma face importante do controle social sobre o governo. O acesso à informação é indispensável para se promover mais transparência e, conseqüentemente, menos corrupção. A transparência no acesso às informações promove a confiança da população no governo e viabiliza sua prestação de contas. É também uma ferramenta no combate à corrupção e outras formas de irregularidades públicas.

Perpassando toda a atuação do governo e envolvendo também a sociedade fora dele, mas em constante relacionamento com ele, ações de integridade tem sido objeto de especial atenção por parte do governo, inclusive com um arcabouço legal implementado sobre o tema. A integridade passa a se inserir como um valor nas instituições governamentais, evoluindo para novas formas de relacionamento entre agentes públicos e privados e consolidando um padrão de comportamento alinhado às expectativas da sociedade e aos padrões éticos mais altos. Trabalhar neste ambiente exige dos envolvidos, agentes públicos e privados, maturidade e comprometimento que devem ser valorizados.

Alinhado às ações de integridade está o combate à corrupção, com foco tanto nos agentes públicos quanto nos privados: orientador e educativo, quando possível, mas também efetivo em sanções quando necessário.

Como um canal de escuta para a relação entre sociedade e governo, a Ouvidoria Geral do Estado atua como interlocutora entre as partes de forma independente e autônoma. Em Minas Gerais, atualmente, o órgão atua aprimorando e facilitando o contato com seu público-alvo, recebendo manifestações de forma presencial, on-line, por telefone ou carta. É subdividido em seis ouvidorias especializadas que atuam nas áreas ambiental, educacional, fazenda, patrimônio e licitações públicas, polícia, saúde e sistema penitenciário.

Diretrizes Estratégicas:

- Combater a corrupção com eficiência e eficácia.
- Promover melhoria na gestão pública por meio de alto grau de transparência ativa nas secretarias e vinculadas e menor necessidade de busca por transparência passiva.
- Aumentar o nível de maturidade em governança pública, gestão de riscos e integridade.
- Aprimorar padrões de comportamento de agentes públicos e da sociedade na gestão pública.
- Aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, cumprindo as atribuições constitucionais e fornecendo avaliação e consultoria baseadas em riscos, pautadas em padrões internacionais e nacionais reconhecidos.
- Contribuir para o aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos, melhorando a qualidade do atendimento e a credibilidade do órgão, aproximando ouvidoria e sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG. Minas Gerais do século XXI. Belo Horizonte: Rona Editora, v.10, 2002.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços Exterior. Secretaria de Comércio Exterior - Comex Stat. Exportação e Importação geral. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 10 de julho de 2019.

CBTU. Notícias. Disponível em <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/belo-horizonte/6732-cbtu-belo-horizonte-transportou-mais-de-58-7-milhoes-de-passageiros-em-2017>. Acesso em jun. 2019.

CNT – Confederação Nacional do Transporte. Pesquisa CNT de Rodovias 2018. Disponível em > <https://pesquisarodovias.cnt.org.br/Home> < Acesso em jul. 2019.

DATASUS. Ministério da Saúde. Informações de Saúde. Disponível em <<http://www2>

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Emater–MG). Disponível em: >http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18710< Acesso em jun. 2019.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. Inventário de Resíduos Sólidos da Mineração Ano Base 2017. Disponível em > http://www.feam.br/images/stories/2018/RESIDUOS/Inventario_Minera%C3%A7%C3%A3o_ano_base_2017.pdf < Acesso em jul. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Food and agriculture data. Disponível em: ><http://www.fao.org/faostat/en/#data><. Acesso em jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Indicadores FJP. 4º Trimestre 2018. Belo Horizonte: Diretoria de Estatísticas e Informações. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/908-indicadores-fjp-pibmg-2018-4/file>>. Acesso em: jun.2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática. Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: ><https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846>< Acesso em jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: > <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>< Acesso em jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: > <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2017>< Acesso em jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Indicadores Educacionais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>< Acesso em jun. 2019.

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Percentual dos dispêndios em ciência e tecnologia dos governos estaduais. Disponível em >https://www.mctic.gov.br/mctic/opencvms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/governos_estaduais/2_3_7.html < Acesso em jun. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Projetos da Lei Rouanet. Disponível em: <http://cultura.gov.br/projetos-da-rouanet-injetaram-r-49-78-bilhoes-na-economia-em-27-anos/>. Acesso em jul. 2019.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 2002. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf

PMDI

2019



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

2030